

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC



20 ANOS









Consórcio Intermunicipal Grande ABC

**20 anos planejando
e executando ações regionais**

Expediente

Clóvis Volpi

Presidente do Consórcio Intermunicipal
Prefeito de Ribeirão Pires

Mário Wilson Pedreira Reali

Vice-Presidente do Consórcio Intermunicipal
Prefeito de Diadema

Aidan Antônio Ravin

Prefeito de Santo André

Luiz Marinho

Prefeito de São Bernardo do Campo

José Auricchio Júnior

Prefeito de São Caetano do Sul

Oswaldo Dias

Prefeito de Mauá

Adler Alfredo Jardim Teixeira

Prefeito de Rio Grande da Serra

Secretaria Executiva da Presidência

Eliana Bernardo da Silva

Diretoria Jurídica

Maria Mirtes Gisolfi

Diretoria de Projetos e Programas

Cláudio Deberaldine

Diretoria Administrativa

Eliana Bernardo da Silva (respondendo pelo expediente)

Assessoria de Imprensa

Margarete José Acosta de Mendonça

Assessoria de Projetos

Osana Margarete dos Santos

Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC

Presidente

Adler Alfredo Jardim Teixeira

Vice-Presidente

Valter Moura

Esta é uma publicação do Consórcio Intermunicipal Grande ABC. Av. Ramiro Colleoni, 5 - Centro - Santo André. Fone: 4435-3555. Fotos cedidas pelas Prefeituras de Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Diretora Responsável: Eliana Bernardo da Silva. Edição: Margarete Acosta (MTB - 12.536). Diagramação: Marina Matos. Textos: Margarete Acosta e Marina Matos. Colaboração: Agência de Desenvolvimento Econômico (Filipe Rubim e Rayane)

>> índice

4

Apresentação

Mensagens dos prefeitos

19

Transição

O ano de 2010 marcou a transição do regime jurídico do Consórcio.

22

Casa Abrigo

O programa é um serviço público prestado pela autarquia para a região.



18

Consórcio Público

O Consórcio Intermunicipal Grande ABC passa a ter uma nova personalidade jurídica.

21

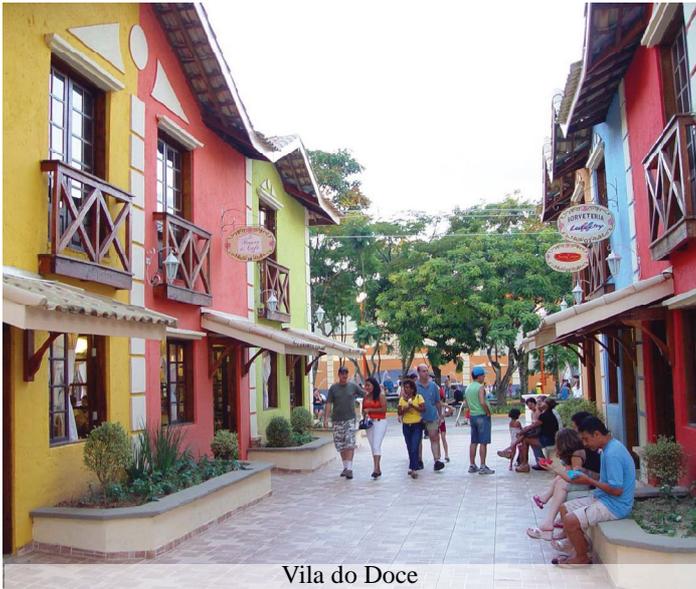
Duas décadas de trabalho

A Região do ABC contabiliza inúmeros ganhos oriundos de ideias nascidas dentro do Consórcio.

39

Planejamento Regional Estratégico

O cenário almejado pelos GTs do Consórcio para a próxima década é o resultado do trabalho realizado de agosto a outubro.



Vila do Doce



Estátua São José de Inox



Igreja Santo Antônio



Jardim Japonês no Paço Municipal



Vista Aérea - Entrada da Cidade pela Av. Kaethe Richers



Igreja do Pilar

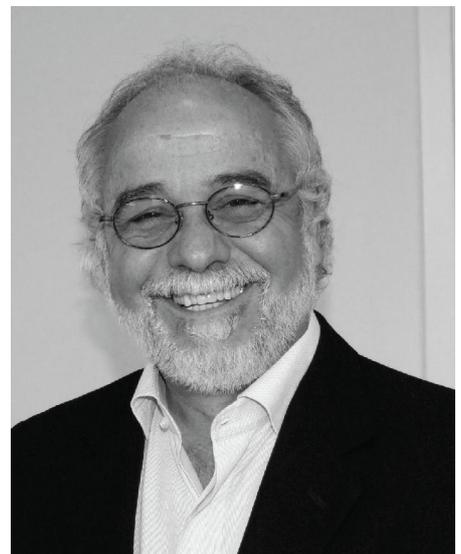
Palavra do Presidente

A dimensão da obra do Consórcio Intermunicipal Grande ABC em favor da regionalidade está nas páginas desta publicação. São 20 anos de história e de realizações que estimulam uma reflexão pertinente sobre o papel que cada uma das cidades desempenhou e desempenha nas conquistas que ora temos o orgulho de registrar. Avançamos e muito. Se hoje somos o primeiro consórcio de municípios do Brasil e o primeiro a ser transformado em entidade pública é porque aprendemos com os erros e acertos do passado e tivemos a coragem de prospectar o amanhã. A esperada resposta de como será o Grande ABC do futuro talvez ainda não esteja definitivamente delineada, mas certamente será fruto das escolhas que estamos fazendo agora, no presente.

O Consórcio Intermunicipal é o protagonista da integração do Grande ABC e como tal disseminou os benefícios das ações conjuntas. Seus participantes são cúmplices de um roteiro cujo aperfeiçoamento ocorre a cada dia, a cada reunião, a cada nova ideia. Muito do que nossas cidades se transformarão em tempos vindouros está diretamente relacionado à disseminação dessa cultura de cooperação. Os pontos fortes e fracos estão diagnosticados e agora temos de atravessar a tênue fronteira que separa o micro do macro, o local do regional para estabelecer prioridades sem resvalar, mesmo que involuntariamente, no privilégio ou na injustiça.

O planejamento estratégico que aqui apresentamos foi construído com pensamento constante no amanhã e é uma ferramenta valiosa para não deixar escapar o bonde das oportunidades que certamente baterão em nossas portas nas próximas décadas. Os tempos não muito distantes de fragmentação, do cada um se preocupar apenas com seu território, estão fadados ao passado, mas as lições que aprendemos continuam vivas em nosso cotidiano. Ainda há levas de miseráveis para incluir, milhares de jovens para empregar, mão de obra especializada para qualificar, muita infraestrutura para implantar e muita saúde para melhorar. Não é tão simples a tarefa de olhar para 2,5 milhões de habitantes sem enxergar as fronteiras geográficas que os separam em determinadas situações, mas os unem na maioria delas. Não é fácil, mas o legado do Consórcio está aí para mostrar que é perfeitamente possível.

Clóvis Volpi
Presidente do Consórcio Intermunicipal Grande ABC
Prefeito de Ribeirão Pires





Festa Nossa Senhora dos Navegantes



Quartirão da Saúde



Praia Vermelha



Monumento ao Migrante



Vista Aérea



Borboletário

Uma trajetória de consenso e conquistas

A trajetória dos 20 anos do Consórcio Intermunicipal Grande ABC colocou em evidência uma prática que deveria ser regra geral na elaboração de políticas públicas: a construção do consenso político para a definição da agenda prioritária e para a superação dos problemas. Foi por meio dessa postura que a maioria das conquistas obtidas se confirmou ao longo desses anos todos.

Nesse sentido, podemos afirmar que a primeira vitória alcançada, ainda na década de 1990, foi a concretização de um modelo de gestão que possibilitou a priorização das demandas aos sete municípios da região do ABCD. Isso trouxe de imediato uma ampla mobilização social que em médio prazo resultou em importantes realizações como o plano de macrodrenagem e a construção dos diversos piscinões; a implantação dos Hospitais Regionais do Serraria, em Diadema, e Mário Covas em Santo André; do tramo sul do Rodoanel metropolitano; a ampliação da produção do Polo Petroquímico e a implantação da UFABC e da UNIFESP na região.

Outro passo fundamental foi o da transformação, em 2010, do Consórcio em órgão multisetorial de direito público e natureza autárquica. (sendo o primeiro do gênero no país). Em atendimento à Lei Federal nº 11.107/05, a nova configuração possibilita à instituição abrir processos de licitação para atender os interesses dos sete municípios, firmar acordos entre as prefeituras e receber recursos do Estado e da União, além dos organismos internacionais.

Esse novo cenário abre uma nova perspectiva de atuação do Consórcio e também coloca desafios importantes para as sete prefeituras do ABCD. Mais uma vez, a prevalência do consenso entre os municípios será fundamental para que a região consiga definir prioridades e ações para atender a importantes demandas, como a questão do transporte e do desenvolvimento sustentável. Além disso, é preciso se preparar para as novas oportunidades que a economia brasileira poderá oferecer nos próximos anos.

O Consórcio Grande ABC tem todas as vantagens sociais e políticas para continuar sendo um ator fundamental para a melhoria de vida de toda população da região.

Mário Reali

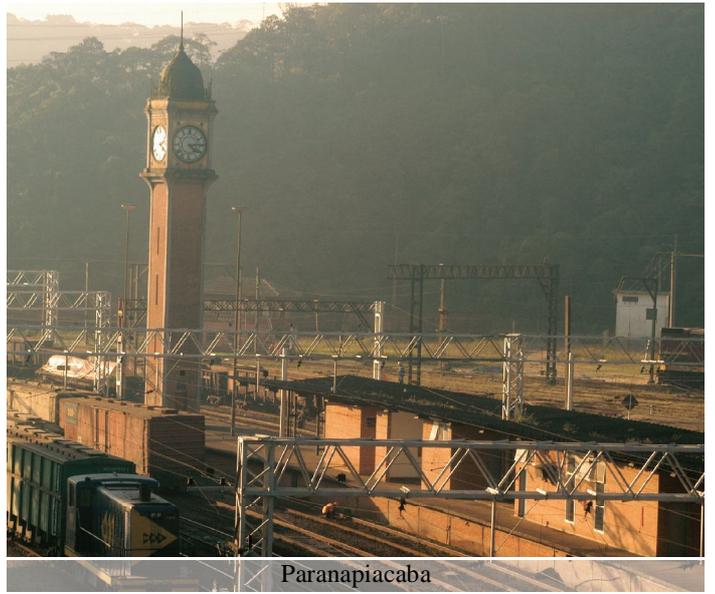
Vice-Presidente do Consórcio Intermunicipal Grande ABC

Prefeito de Diadema

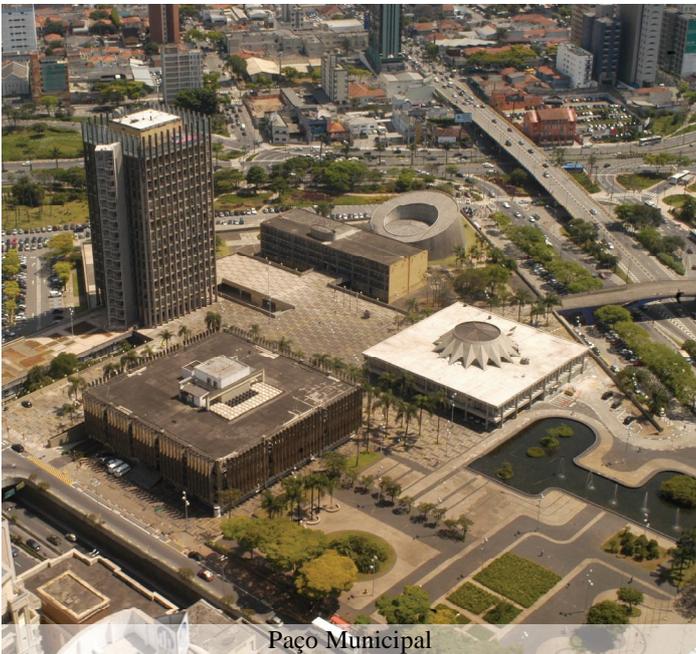




Parque Central



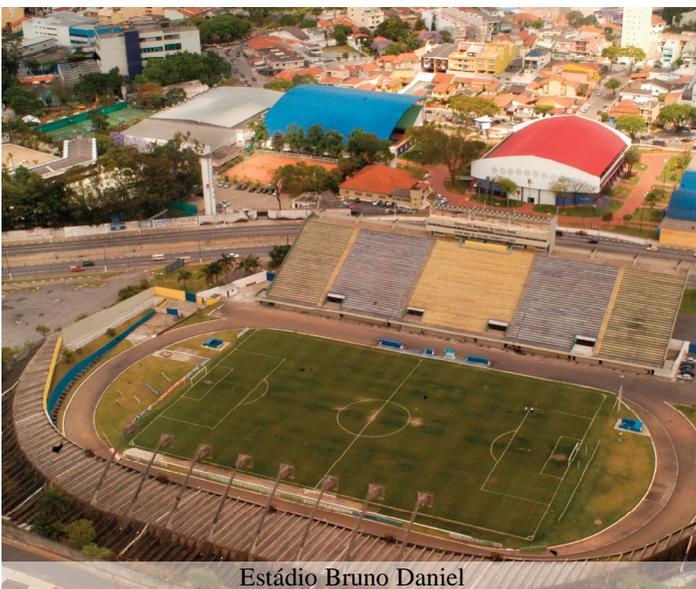
Paranapiacaba



Paço Municipal



Parque do Pedroso



Estádio Bruno Daniel



Avenida Perimetral

Consórcio Intermunicipal: trajetória inovadora e um futuro ainda mais promissor

Berço da indústria petroquímica e das montadoras de veículos, que estão na origem da nossa riqueza, o Grande ABC destaca-se ainda graças ao seu sistema de governança regional, que está completando 20 anos desde a criação do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

Ao lado da Câmara Regional e da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, o Consórcio Intermunicipal compõe a aliança tríplice da nossa regionalidade.

O surgimento deste modelo é, antes de qualquer consideração, um motivo de satisfação para os agentes públicos, sociais, econômicos, produtivos e institucionais de Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Esta estrutura foi concebida de forma inovadora e arrojada numa época em que a abertura econômica ensejava a criação de mecanismos heterodoxos para fazer frente aos desafios decorrentes da evasão e mortalidade de empresas, da compactação de milhares de empregos na indústria de transformação e, conseqüentemente, do aumento desproporcional da demanda por serviços públicos.

O período mais complicado felizmente ficou para trás, mas as instâncias de governança regional permanecem como herança a ser valorizada neste contexto em que os poderes municipais demandam o complemento da atuação regional. Afinal, necessidades em áreas como saúde, segurança, saneamento básico e desenvolvimento urbano não reconhecem limites territoriais.

Neste ponto, a recente transformação do Consórcio Intermunicipal Grande ABC em consórcio de direito público e natureza autárquica é um divisor de águas. O novo formato jurídico confere autonomia de voo para celebração de convênios destinados ao recebimento de recursos federais e estaduais, contratação conjunta de serviços que beneficiem os sete municípios, acordos para repasse de recursos de organismos internacionais, entre outras ações.

No momento em que comemoramos os 20 anos do Consórcio Intermunicipal Grande ABC e planejamos os próximos 10 anos de atividades em diversas áreas, nada melhor do que rememorar a trajetória gloriosa e vislumbrar um porvir ainda mais frutífero com as novas possibilidades abertas pelo status de consórcio público.

Aidan Ravin
Prefeito de Santo André





Riacho Grande



Parque Estoril



Vera Cruz



Parque Rafael Lazzari



Parque Salvador Arena



Paço Municipal

Consórcio Intermunicipal Grande ABC, 20 anos de desafios e conquistas

O Consórcio Intermunicipal Grande ABC nasceu como associação civil de direito privado 20 anos atrás, dia 19 de dezembro de 1990, a partir da constatação de uma necessidade. São Bernardo do Campo, Santo André, São Caetano, Ribeirão Pires, Mauá, Diadema e Rio Grande da Serra perceberam que alguns problemas que afetam a todos os municípios - como de mobilidade urbana, tratamento de lixo e prevenção às enchentes - não poderiam ser resolvidos isoladamente, mas demandavam uma estratégia pensada e implementada de forma coordenada.

Apartidário, o Consórcio não foi constituído apenas como um local que reunia prefeitos de diferentes matizes ideológicos. Graças a visionários como o ex-prefeito de Santo André Celso Daniel, um dos idealizadores da instituição, o Consórcio sempre produziu diagnósticos e formulou novas estratégias de desenvolvimento econômico e social para a região.

Iniciativas como a parceria com a Agência de Desenvolvimento Econômico, a criação de Grupos de Trabalho em áreas como Turismo, Defesa Civil, Setor Automotivo demonstra a variedade de temas a que a instituição tem se dedicado. Vários resultados positivos podem ser citados: a construção do Hospital Regional Mário Covas, ações para a expansão do Polo Petroquímico e instalação da Universidade Federal do ABC.

Instituição pioneira, o Consórcio se prepara para os desafios do futuro em um novo formato jurídico: desde 8 de fevereiro de 2010 se tornou público. Com o novo status, a instituição poderá firmar convênios com outras instâncias de governo, contrair empréstimos para a realização de obras e realizar licitações compartilhadas.

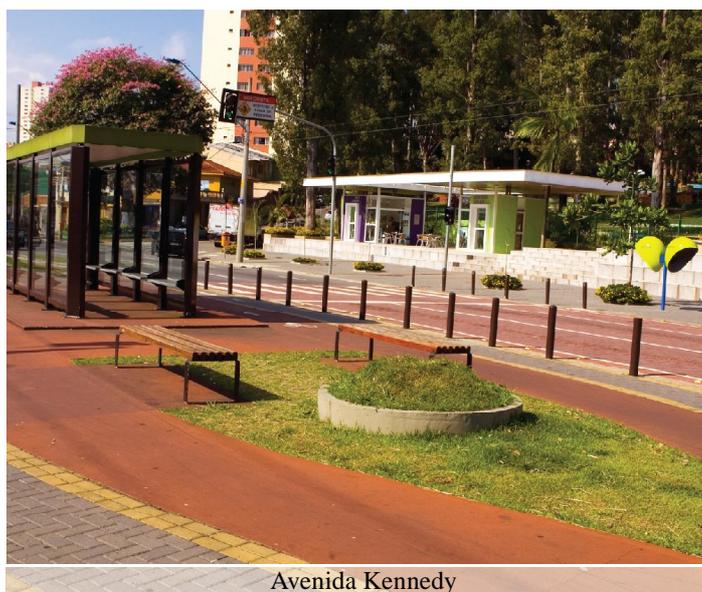
Além disso, hoje a instituição da mesma forma se debruça sobre temas centrais para o desenvolvimento regional: a instalação em São Bernardo de uma Usina Verde, as conversas sobre o Polo Tecnológico e o novo monotrilho intermunicipal são alguns exemplos.

Assim, em vinte anos o Consórcio Grande ABC, referência nacional em termos de gestão metropolitana, já tem muita história, e conquistas, a comemorar. De outro lado, os novos temas que a região enfrenta, de desenvolvimento sustentável e melhores condições de vida para a população, encontram uma instituição mais forte e madura.

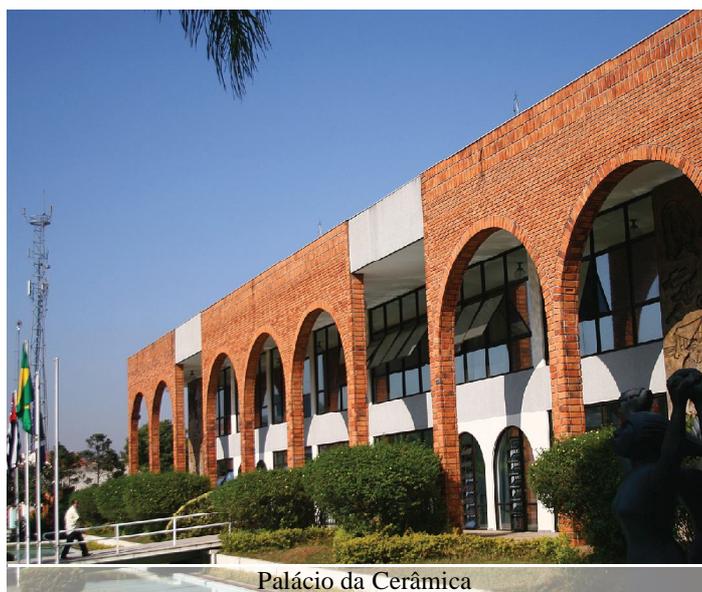
Luiz Marinho

Prefeito de São Bernardo do Campo





Avenida Kennedy



Palácio da Cerâmica



Vista Aérea



Centro Digital



Câmara Municipal



Praça do Estudante

Muito além dos limites municipais

Planejamento orientado, visão de futuro e espírito de regionalidade. Foi com essas características que o Consórcio Intermunicipal Grande ABC respondeu, nas últimas duas décadas, aos inúmeros desafios impostos pela intensa integração econômica, física e política dos sete municípios de uma das regiões mais desenvolvidas do País.

Ao completar 20 anos no próximo 19 de dezembro, pode-se dizer que o Consórcio encerra um ciclo no seu processo de amadurecimento institucional. A visionária experiência de se criar, desenvolver e consolidar uma entidade de caráter regional que abrigasse interesses comuns e suprapartidários acabou se transformando em um grande laboratório de políticas públicas e ofereceu ao País os subsídios necessários para o marco regulatório da cooperação interfederativa, afinal materializado na Lei de Consórcios Públicos.

Nossa região teve a honra de protagonizar uma unidade de gestão regional que evoluiu de uma associação de prefeitos para se tornar, de fato e de direito, aquilo que pretendia ser desde o começo: um consórcio institucional, capaz de oferecer soluções efetivas para os problemas que extrapolam as fronteiras locais.

Maduro, o Consórcio agora mira o futuro com um consistente Planejamento Regional Estratégico 2011-2020, o documento que estabelece as diretrizes das ações e políticas públicas a serem desenvolvidas pela entidade na próxima década.

Mais que uma descrição de projetos e políticas públicas regionais, o Planejamento Estratégico carrega um significado maior: revela a capacidade dos executivos públicos do Grande ABC de formular um projeto que vai além dos interesses locais ou das tensões partidárias.

Duas décadas de experiência, mais que aperfeiçoar a cooperação intermunicipal, nos transformaram efetivamente como gestores. Temas como defesa civil, inspeção veicular, igualdade racial, direitos do consumidor, acessibilidade e mobilidade urbana são tratados por grupos de trabalho qualificados e, sobretudo, com fundamento científico e técnico.

O Consórcio nos mostra que o Grande ABC planeja, pensa, age e se projeta para além dos limites municipais, que, na realidade, não são mais capazes de conter os fluxos e funções urbanísticas que se interagem cada vez mais. Parabéns a todos os que acreditaram na integração regional e de alguma forma contribuíram para a consolidação do Consórcio.

José Auricchio Júnior
Prefeito de São Caetano do Sul





Afresco Capela Santa Casa



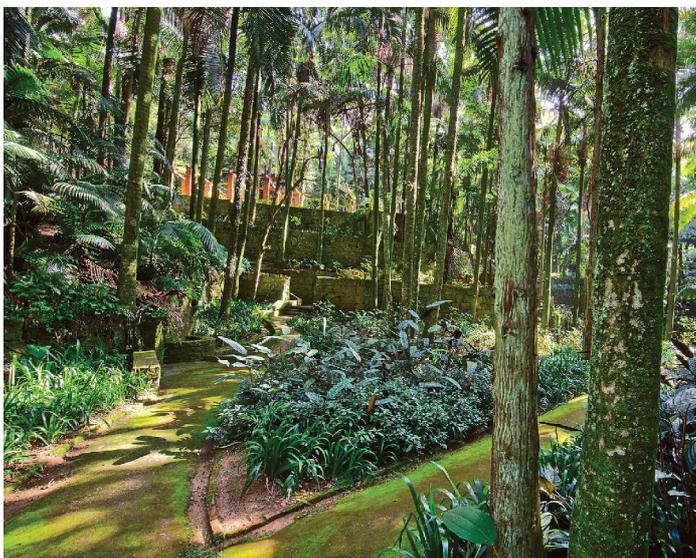
Centro de Formação



Prefeitura Municipal



Museu Barão de Mauá



Parque Guapituba



Teatro Municipal

Consórcio é importante ferramenta de gestão pública intermunicipal

O Consórcio Intermunicipal do ABC Paulista acaba de completar 20 anos de existência. Experiência inédita de gestão consorciada entre municípios, surgida na década de 1990, a partir da iniciativa do prefeito Celso Daniel e da necessidade de se lutar pela preservação da Represa Billings e dos mananciais, o Consórcio tem se tornado referência para várias cidades do País.

Nesse período, conseguimos avançar com soluções muitas vezes comuns para os nossos municípios, como a gestão integrada de infraestrutura, de desenvolvimento econômico e de inclusão social, além do debate em torno do destino final para os resíduos sólidos.

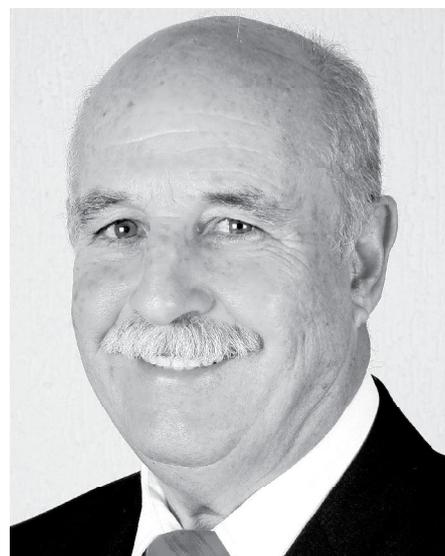
Os avanços do trabalho conjunto das sete cidades por meio do Consórcio podem ser representados pela estruturação da Casa Abrigo Regional, que atende as mulheres vítimas de violência e as articulações para a expansão do Polo Petroquímico, instalação da UFABC e as obras do Coletor Tronco Regional.

Por meio dos grupos de trabalho, temas são aprofundados com a participação de técnicos de cada uma das sete cidades e se consolida a governança integrada entre esses municípios.

Com a aprovação da lei dos consórcios públicos, o Consórcio Intermunicipal Grande ABC é, desde 8 de fevereiro de 2010, o primeiro consórcio de direito público do País, e, com isso, deverá se adequar à legislação para avançar em parcerias e poder celebrar convênios com os governos estadual e federal, além de ficar apto para realizar licitações e contratar obras, por exemplo.

Para isso é importante se planejar e programar as ações para os próximos anos. O Planejamento Regional Estratégico 2011/2020 terá esse papel de apontar os caminhos a seguir. O ABC Paulista precisa celebrar e comemorar a existência do Consórcio, importante ferramenta de gestão pública intermunicipal.

Oswaldo Dias
Prefeito de Mauá





Bondinho Restaurado



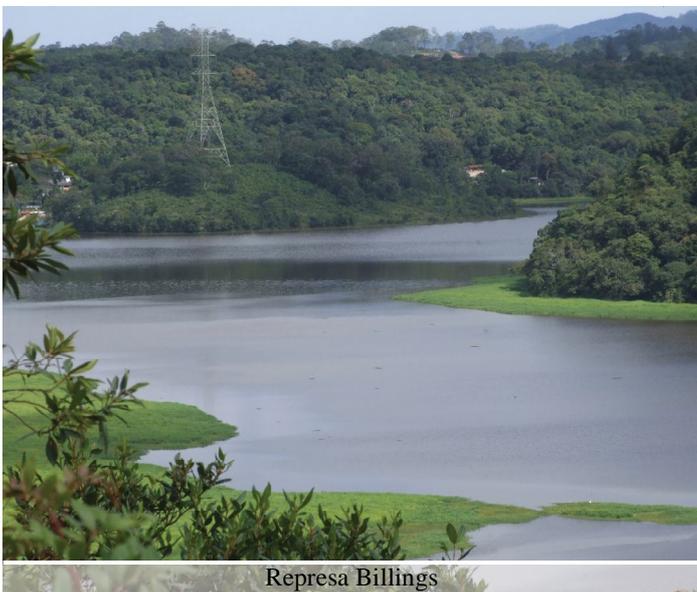
Capela Santa Cruz



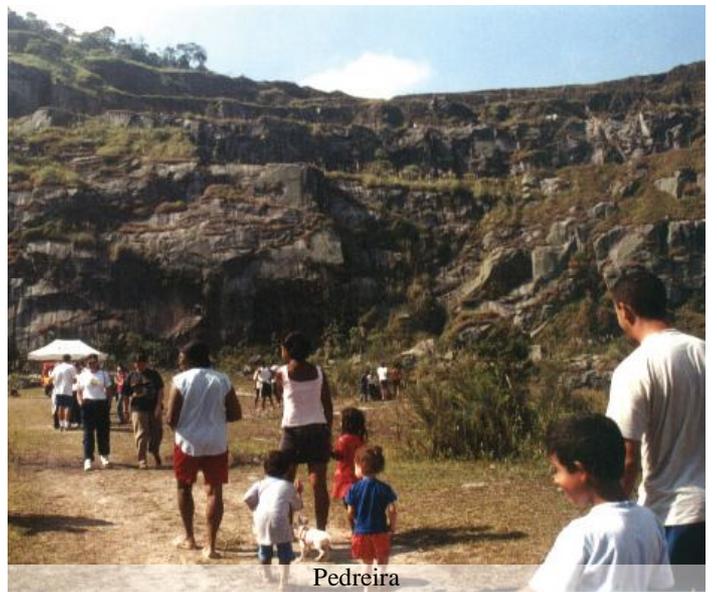
Entrada da Cidade



Vista Aérea



Represa Billings



Pedreira

Consórcio alavancou o crescimento conjunto das sete cidades

Há vinte anos o sonho de ter uma instituição que pudesse representar com direitos iguais os interesses da região do ABC tornou-se realidade.

O Grande ABC sempre foi uma região muito próspera em todos os aspectos, principalmente na geração de empregos por meio de seu Polo Industrial e comercial, um dos grandes propulsores da economia do Estado de São Paulo e do Brasil.

Entretanto, houve a necessidade de se organizar as ações dos sete municípios que compõem essa região, respeitando os interesses individuais com imparcialidade e objetivando sempre o crescimento regional.

A grandeza do trabalho que o Consórcio vem realizando deve-se, entre outras coisas, ao cuidado que tem em observar as peculiaridades de cada município, buscando por meio da união, ações que gerem o desenvolvimento sustentável do Grande ABC.

Essas ações vêm surtindo um grande efeito positivo no crescimento da região. O Rodoanel trecho sul, os piscinões, as feiras industriais, a facilidade em adquirir créditos empresariais, entre outras, fazem parte dessas ações, deixando evidente que o surgimento da entidade trouxe um novo tempo para o ABC, um verdadeiro divisor de águas, que alavancou o crescimento conjunto das sete cidades que compõem a região.

Mais uma vez o Consórcio inova, mudando sua estrutura para tornar-se uma entidade de direito público, no intuito de otimizar os trabalhos, passando inclusive a executar convênios e licitações, dinamizando as ações regionais, que passam a ter mais força e eficácia em seus objetivos.

Considerando o planejamento regional estratégico que a entidade está realizando para os próximos dez anos e observando a demanda da região e a atuação que o Consórcio vem realizando, acredito que os investimentos em setores como indústria, comércio, infraestrutura, transportes, saneamento, saúde e emprego são passos importantes a serem dados, pois uma região tão significativa e atuante no crescimento do Estado e da União certamente necessitará de avanços nessas áreas.

Adler Alfredo Jardim Teixeira
Prefeito de Rio Grande da Serra





O novo Consórcio Intermunicipal Grande ABC - Rumo ao Futuro

Mais uma vez os municípios do Grande ABC saem na frente e dão exemplo para o país ao modificarem a personalidade jurídica do antigo Consórcio Intermunicipal das Bacias do Alto Tamanduaté e Billings. Desde 8 de fevereiro de 2010, data em que os sete prefeitos instalaram a Assembleia Geral nos moldes do Contrato de Consórcio Público, a região passou a contar com o primeiro consórcio multissetorial de direito público e natureza autárquica do país: o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, denominação agora oficial.

O trabalho para transformar a instituição em uma autarquia pública regional começou em 2007 com o Grupo de Trabalho (GT) de Secretários Jurídicos Municipais e a Assessoria Jurídica do Consórcio, que elaboraram um Protocolo de Intenções não aprovado pelo Conselho de Municípios da época. Em 2009, ao assumir a presidência do Consórcio Intermunicipal, o

Prefeito de São Caetano do Sul, José Auricchio Júnior, resgatou o debate sobre as ações de fortalecimento da instituição e a sua adequação à nova lei de regulamentação dos Consórcios Públicos.

Consórcio Intermunicipal mantém pioneirismo

Com o Protocolo de Intenções aperfeiçoado e assinado por todos os chefes do Executivo, cada um dos Municípios encaminhou então o documento para as respectivas Câmaras Municipais, que em esforço conjunto aprovaram a nova personalidade jurídica da entidade quase simultaneamente e antes do

recesso dos legislativos, no final de 2009.

Autonomia

A almejada autonomia jurídica do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, porém, remonta ao ano de 2003, quando os prefeitos da região à época encaminharam a Carta do ABC ao Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva: um documento com oito reivindicações, uma delas foi a da colaboração do governo federal na elaboração de uma lei específica para dar maior legitimidade aos consórcios, o que resultou na Lei nº 11.107 de 2005.

Referida lei, regulamentada em janeiro de 2007 pelo Decreto nº 6.017, estabeleceu que somente os consórcios públicos poderiam pleitear o recebimento de verbas federais, a partir de 1º de janeiro de 2008, o que, com maior razão, exigiu e justificou a transformação do Consórcio de associação civil para autarquia.

Transição para autarquia pública

Primero presidente do Consórcio Intermunicipal Grande ABC no formato de autarquia pública, o Prefeito de Ribeirão Pires, Prof. Clóvis Volpi, previu que 2010 seria um ano de transição para a entidade, a fim de preparar a instituição para os novos desafios em prol da Região do Grande ABC.

No primeiro semestre de 2010, a Secretaria Executiva do Consórcio e a equipe administrativa e jurídica, trabalharam para: finalizar a migração da entidade para autarquia pública; realizar concurso público; revisar contratos; elaborar um estatuto e regimento interno; criar novos Grupos de Trabalho e preparar as bases para elaborar o Planejamento Estratégico Regional dos próximos dez anos (2011-2020).

Concurso Público

O primeiro Concurso Público para o preenchimento de 15 cargos: Assistente administrativo (sete vagas); Recursos Humanos (uma); Assistente Técnico (três); Bibliotecário (uma); Procurador (uma); Recepcionista/Telefonista (duas) foi realizado no mês de maio.

Em julho teve início o chamamento dos apro-

vados para posse, de acordo com a necessidade e a disponibilidade orçamentária.

O concurso é uma exigência da Constituição Federal para os entes públicos e foi feito em parceria com a Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS).

Regimento Interno

Em junho, os prefeitos aprovaram o primeiro Regimento Interno do Consórcio. Elaborado pela Diretoria Jurídica da autarquia, o documento estabelece oito eixos de atuação: Infraestrutura; Desenvolvimento Econômico Regional; Desenvolvimento Urbano e Gestão Ambiental; Saúde; Educação, Cultura e Esportes; Assistência, Inclusão Social e Direitos Humanos; Segurança Pública e Fortalecimento Institucional.

O regimento também disciplina o funcionamento dos Grupos de Trabalho, que passam a ser constituídos por gestores públicos indicados pelos Chefes do Executivo dos entes consorciados, sendo um membro efetivo e um suplente, e um secretário e seu suplente para cada GT, entre outros.



Composição do Consórcio Intermunicipal

O Consórcio Intermunicipal Grande ABC é mantido com recursos oriundos dos municípios, que o fazem por meio de contrato de rateio, de acordo com suas receitas orçamentárias. As ações dos grupos de trabalho são iniciadas após serem aprovadas pela Assembleia Geral, órgão soberano constituído pelos sete prefeitos consorciados, que se reúnem uma vez por mês ou

em caráter extraordinário. É a Assembleia que elege anualmente o presidente e o vice-presidente.

O encaminhamento das deliberações compete à Secretaria Executiva com o auxílio de uma equipe técnica, administrativa e financeira, jurídica e de imprensa. A coordenação dos Grupos de Trabalho fica a cargo da Diretoria de Programas e Projetos do Consórcio.

>> consórcio público

Mudança é vantajosa para os Municípios

Pertence ao passado o papel do Consórcio de não extrapolar a esfera dos debates na discussão de iniciativas para a região por falta de representatividade e ausência de autonomia para executar ações ou firmar parcerias com outros órgãos públicos. A nova constituição jurídica trouxe poder de execução para a autarquia, que agora tem capacidade para firmar acordos entre as administrações e abrir processos de licitação para obras, serviços e locações em prol dos sete municípios.

Agora os municípios podem acionar a autarquia regional e trazer mais dinâmica, agilidade e economia para as ações projetadas para a região, por meio das licitações compartilhadas. Os projetos de agrupamentos de entes federativos, caso do Consórcio, têm prioridade na análise de repasses da União, principalmente na área de saneamento básico.

A mudança trouxe outras vantagens: a possibilidade de receber recursos oriundos das esferas federal e estadual, bem como de organismos internacionais, para dar vida aos projetos regionais que nascerão dos 25 Grupos de Trabalho do Consórcio.

Licitatória

O modelo vigente permite ao Consórcio abrir processos de licitação para obras, serviços e locações em prol das sete cidades.

- Aumenta os limites de valores das modalidades de licitação para Consórcios Públicos, em razão do consorciamento de vários municípios.
- Dispensa o Consórcio de Licitação para contratar com entes da federação ou entidades de sua administração direta.
- Aumenta o percentual de dispensa de licitação em razão do valor, de 10% para 20%, também em razão do consorciamento de vários municípios.

Imunidades tributárias

Doravante o Consórcio está imune do pagamento de tributos, pois é regra jurídica que os entes públicos não tributem uns aos outros.

- IRPJ – Imposto sobre a Renda de pessoa jurídica.
- ISS – Imposto Sobre Serviços, caso realize serviços para terceiros.
- IOF – Imposto sobre Transações realizadas.
- Demais Impostos.

Vantagens Processuais

- Prazo em quádruplo para contestar ações e em dobro para recorrer de sentenças judiciais.
- As obrigações não alimentares podem ser pagas por meio de Precatórios.
- Isenção de custas judiciais.



Ribeirão Preto



Diadema



Rio Grande da Serra



Marília



São Bernardo do Campo



Santo André



São Caetano do Sul

>> duas décadas

Breve histórico de 20 anos de trabalho e de resultados

Asoma de forças entre os administradores públicos para a realização de um objetivo comum faz com que mais rápido ele seja alcançado. Assim transcorreram os quase 20 anos de atividades do antigo Consórcio Intermunicipal das Bacias do Alto Tamanduateí e Billings, instituição regional, que teve na pessoa do então Prefeito de Santo André, Celso Daniel, um grande idealizador.

Resultado da união estratégica dos sete municípios que integram a região - Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Mauá, Diadema, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra - o Consórcio Intermunicipal Grande ABC foi instalado em 19 de dezembro de 1990.

A antiga associação civil de direito privado surgiu com a nobre função de articular políticas públicas setoriais voltadas para o desenvolvimento econômico e social de toda a região, independentemente de partido ou ideologia política. E nessas duas décadas de trabalho muitos foram os resultados.

- 1994 – Criação do Fórum da Cidadania do ABC;
- 1997 – Criação da Câmara do Grande ABC – espaço de discussões com a sociedade civil;
- 1997- Criação do Subcomitê da Bacia Billings;
- Por iniciativa do Consórcio, foram assinados dois acordos no âmbito das prefeituras da Região: de política de incentivos seletivos para manter e atrair

novas indústrias - lei aprovada nas sete Câmaras Municipais com a mesma redação para evitar a guerra

fiscal no ABC - e atividades ligadas ao turismo e entretenimento;

- 1998 – Criação da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, espaço para o desenvolvimento do fomento, da indústria e do comércio na região, que tem 49% de sua receita oriunda do Consórcio;

- 2000 – Elaboração do 1º Planejamento Regional Estratégico que vigorou até 2010;

- Execução de acordos firmados no âmbito da Câmara Regional, principalmente na área social;

- Construção da rede de piscinões; dos hospitais Serraria, em

Diadema; e Regional de Clínicas Mário Covas, em Santo André; e a instalação das FATECs – Faculdades de Tecnologia, em quatro dos sete municípios, são resultantes de parceria com o governo do Estado de São Paulo;

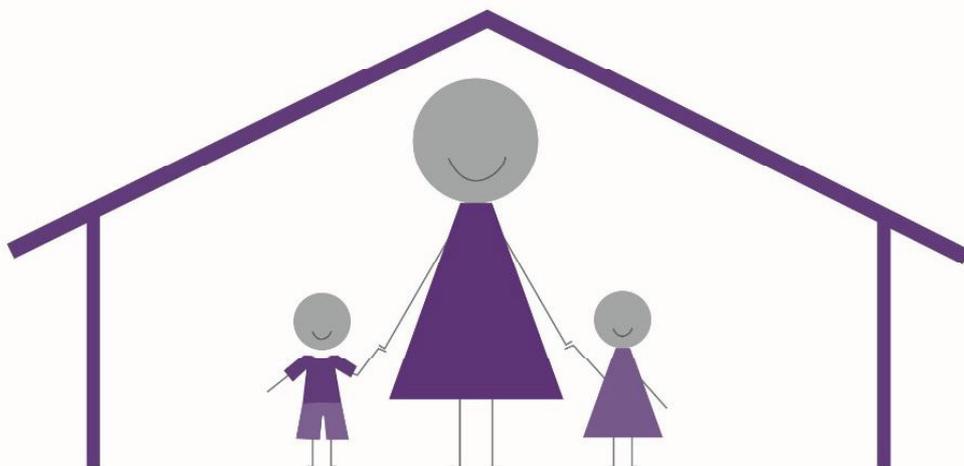
- Implantação da Casa Abrigo Regional Grande ABC, o programa mais antigo em atividade no âmbito do Consórcio;

- A força política da região manifestou-se também nas negociações feitas em conjunto, durante as audiências públicas do Rodoanel, que resultaram na antecipação das obras do trecho sul, na região do ABC. Na área de Educação, o MOVA e Criança Prioridade 1 também foram implantados com sucesso.



Celso Daniel 1991-1992-1997

>> programa



Casa Abrigo

Programa Regional Grande ABC

Casa Abrigo Regional é pioneira em proteção à mulher

A Casa Abrigo Regional é um programa idealizado pelo Consórcio Intermunicipal, que teve início em dezembro de 2003. Desde sua criação até 2010, aproximadamente 500 pessoas, entre mulheres e seus filhos menores, foram atendidas. O objetivo da iniciativa é o de proteger e promover a re-integração à vida social e econômica, bem como proporcionar serviços de atendimento psicológico, médico, jurídico e educacional à mulher vítima de violência e seus filhos.

No início do projeto, apenas cinco dos municípios da região aderiram ao seu custeio. No entanto, a partir de 2006, São Caetano do Sul e São Bernardo do Campo passaram a fazer parte do programa, hoje com

duas casas, que juntas têm capacidade para atender 40 pessoas, entre mulheres vítimas de violência e seus filhos menores de 18 anos.

A casa é gerenciada por uma organização sem fins econômicos, escolhida pelo Consórcio por meio de licitação e convênio. A fiscalização é feita pelo Conselho Gestor Casa Abrigo, formado por representantes dos sete municípios, que se reúne periodicamente na sede do Consórcio. O projeto é mantido por meio de rateio entre as sete prefeituras do Grande ABC. Atualmente, a Casa Abrigo é o único programa sustentável do Consórcio, e funciona como um serviço público prestado pela autoridade para a região.

A mulher em situação de risco,

e que tenha necessidade de abrigo, é conduzida para a Casa Abrigo por intermédio dos Centros de Referência de cada município.

O programa promove o atendimento integral e interdisciplinar das mulheres e seus filhos menores por meio de diversas ações, tais como: acolhimento, apoio psicossocial, atendimento jurídico, orientação individual e familiar, documentação pessoal, desenvolvimento de atividades socioeducativas e de convívio social.

Geralmente as vítimas chegam à casa destruídas psicologicamente. Com o início do trabalho, elas começam a se reconhecer como seres humanos. No primeiro mês a mulher passa por um período de adaptação

para se adequar à rotina da casa e melhorar sua autoestima. A partir de então, recebe orientação para buscar emprego e cursos profissionalizantes. O principal objetivo é o de que todas elas tenham condições para alcançar independência financeira.

Segundo estudos do Banco Mundial, a violência diminui a produtividade e a participação da mulher no mercado de trabalho. A cada cinco dias de falta ao trabalho, um é causado pela violência doméstica. Pesquisa realizada em maio de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística denuncia que apenas 2,7% dos municípios no país oferecem serviço de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica.

Antes da existência da Casa Abrigo na região, as mulheres que

registravam boletim de ocorrência de violência doméstica, e não tinham para onde ir, caíam no mesmo paradigma: eram encaminhadas para abrigos em outras cidades e perdiam o contato com suas famílias, dificultando, assim, a orientação posterior ao abrigamento.

Lúcia*, uma abrigada da Casa Abrigo, sofreu violência doméstica e ameaças de morte durante 10 anos, tempo que durou seu casamento. Graças ao apoio recebido na casa, Lúcia pôde levar os estudos adiante e fazer diversos cursos.

O apoio educacional recebido durante o abrigamento é uma das principais ferramentas utilizadas para que as mulheres tenham condições de retomar a rotina. Ana Claudia*, outra abrigada, está sendo alfabetizada e faz curso profissionalizante

de pintura.

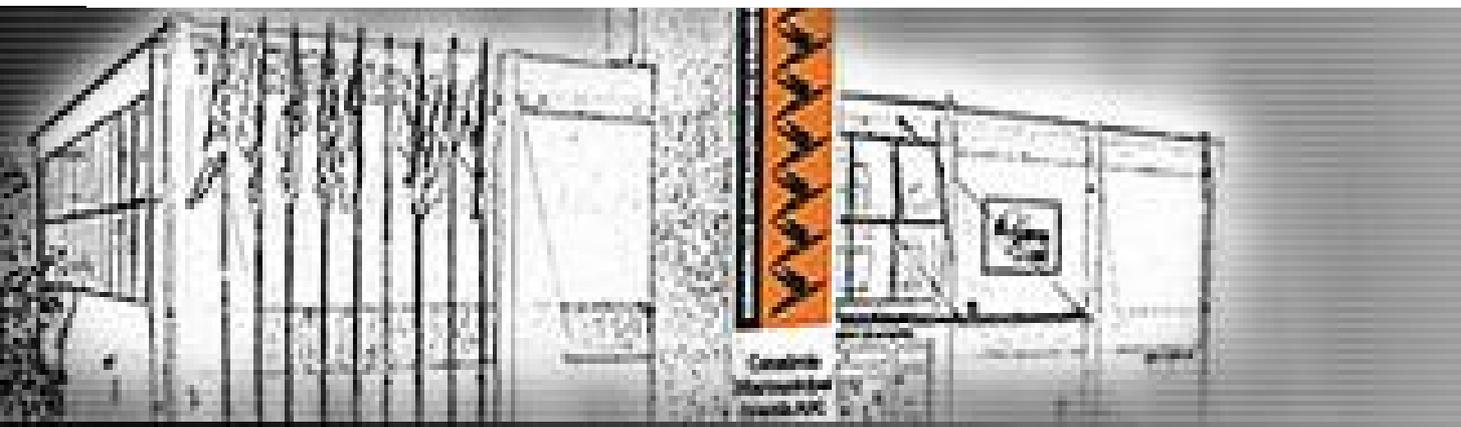
O programa é desenvolvido com o apoio da rede social de serviços da região do grande ABC, assegurando às vítimas proteção e atendimento nas redes de saúde e educação, bem como atendimento jurídico em suas especificidades. O serviço é sigiloso e tem duração média de seis meses a um ano, para que as mulheres abrigadas reúnam condições necessárias para retomar suas vidas com mais autonomia.

**para proteger a identidade das mulheres abrigadas, foram usados nomes fictícios.*



As páginas a seguir trazem o resumo das ações dos dois últimos anos de atividades do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, comprovando que unidos podemos mais. Assim foi, entre outras ações, com a redução do ISS para os Cartórios, transformação do Consórcio em autarquia de Direito Público, o Guia Regional de Serviços de Atenção às Mulheres em Situação de Violência Doméstica, a formação da Brigada de Combate a Queimadas, a implantação dos Bureaus de Turismo nos sete municípios e o Planejamento Regional Estratégico que vai nortear as ações do Consórcio nos próximos dez anos (2011-2020).

Ações 2009/2010



Ações 2009/2010

Nos últimos dois anos, o Consórcio Intermunicipal Grande ABC também criou novos Grupos de Trabalho, como o Automobilístico, Inspeção Veicular, Defesa Civil, Procon e Proteção dos Animais, promoveu conferências e fez intermediações junto ao governo do Estado. Abaixo:

- Intermediação junto à Dersa para a construção da interligação da Avenida do Estado com a Jacu Pêssego, recém-aberta ao tráfego;
- II Conferência Regional de Promoção da Igualdade Racial do Grande ABC, que reuniu cerca de 250 representantes - indicados nas conferências ou encontros temáticos realizados em cada uma das sete cidades da região;
- Criação do GT Automotivo com a missão de: melhorar a competitividade do setor automotivo no mercado nacional e internacional; liderar medidas inteligentes e criativas; pensar alternativas para a fragilidade de elos da cadeia automobilística como o setor de autopeças e trabalhar pela retomada da abertura de novos mercados para o setor como os países em reconstrução e os que possuem sua economia lastreada no petróleo;
- Criação do Grupo de Trabalho de Inspeção Veicular para estudo de viabilidade da implantação da inspeção veicular no Grande ABC;
- 1º Seminário do Turismo Regional com a finalidade de impulsionar os trabalhos regionais e desenvolver o potencial turístico das sete cidades. O evento apresentou as iniciativas municipais relacionadas ao turismo e a sua interface com as políticas das demais esferas de governo, buscando soluções para o desenvolvimento turístico da região do Grande ABC;
- Conferência Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a fim de consolidar o princípio da prioridade absoluta preconizado na Constituição Federal e no ECA -Estatuto da Criança e do Adolescente;
- 1º Concurso Público do Consórcio para preenchimento de 15 vagas para nível Superior e Médio de: Assistente Administrativo, Procurador, Recepcionista, Técnico de Banco de Dados, Técnico em Recursos Humanos e Técnico de Programa e Projetos, nas áreas de Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura, Meio Ambiente e Serviço Social;
- Convênio firmado com a FUNCRAF - Fundação para o Estudo e Tratamento das Deformidades Crânio-Faciais – de apoio financeiro para auxiliar no custeio da subsele regional do Grande ABC, situada em São Bernardo do Campo e que atende a população portadora de deficiências específicas;
- Criação do GT Defesa Civil objetivando condições de uma Defesa Civil regionalizada forte e mais equipada para atender melhor às ocorrências dos sete municípios;
- Conferência Regional do Trabalho Decente em parceria com a Agência de Desenvolvimento Econômico e apoio da CUT - Central Única dos Trabalhadores; Força Sindical; DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos e FACESP - Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo;
- Criação do GT Cidadania e Defesa do Consumidor para uniformizar os procedimentos dos órgãos;
- Encaminhamento à Secretaria de Estado da Saúde reivindicando a criação de um posto médico legal, especializado no atendimento de crianças e adolescentes, vítimas de abuso e exploração sexual na região. E à direção do Hospital Mário Covas solicitando uma ala psiquiátrica infanto-juvenil no Hospital Mário Covas;
- I Encontro Lúdico Regional de Crianças e Adolescentes dos sete municípios para tratar dos 20 anos do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e do protagonismo infanto-juvenil;
- Criação do GT Proteção dos Animais durante a 9ª Assembleia Geral.

Parceria Consórcio e Instituto WCF

Em maio de 2009 o Consórcio Intermunicipal Grande ABC assinou uma parceria com o Instituto WCF (World Childhood Foundation) Brasil para o desenvolvimento de ações articuladas em Rede, voltadas à prevenção e atenção integral às situações de violência, extrafamiliar e à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes da região. O projeto denominado Laços de Proteção capacitou 300 profissionais dos sete municípios integrantes do Consórcio que lidam com abusos



e maus-tratos de crianças e adolescentes.

O Curso oferecido aos técnicos

abordou as temáticas 'A Infância e Juventude na Contemporaneidade', 'Conceituação e Sensibilização para o trabalho em Rede', 'Sexualidade' e também realizou oficinas para desenvolvimento dos Projetos de Prevenção.

O Convênio firmado por meio do GT Criança Prioridade 1 foi formalizado durante o Seminário Regional de Enfrentamento ao Abuso, Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes realizado no auditório do Sesc Santo André.

ABC do Diálogo e do Desenvolvimento

O Consórcio Intermunicipal promoveu o seminário "O ABC do Diálogo e do Desenvolvimento" com o objetivo de apresentar e debater propostas para enfrentar a crise econômica mundial e evitar o desemprego.

Os prefeitos da região discutiram durante a 175ª Reunião Ordinária do Conselho de Municípios alguns temas para serem considerados no seminário que ocorreu nos dias 11 e 12 de março de 2009.

O evento foi realizado no CENFORPE - Centro de Formação de Professores de São Bernardo - e con-



tou com a participação dos três níveis de poder: municipal, com representação dos prefeitos da região; estadual, com a presença do então Governador, José Serra e do ex-Secretário de Desenvolvimento Econômico, Geraldo Alckmin; e federal, com os Ministros da Casa Civil e do Trabalho, Dilma Rousseff e Carlos Luppi.

A partir do seminário foram propostas ações de curto, médio e longo prazo para retomar o crescimento econômico.

Fundação Seade propõe parceria com o Consórcio



Em maio, o Secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, Guilherme Afif Domingos, participou da 177ª reunião do então Conselho de Municípios do Grande ABC. Ele veio propor parceria da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho - SERT - e da Fundação SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - com o Consórcio, que permitiria o acesso ao banco de dados gerados pela fusão dos dados do Observatório do Emprego e do Trabalho - elaborado pela FIPE-USP e SERT, com os números da PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego, da Fundação Seade.

>> ações 2009

Prefeitos aderem ao "Prefeito Amigo da Criança"

Os prefeitos da região aderiram em maio de 2009 de forma conjunta ao 4º Programa Prefeito Amigo da Criança (PPAC) da Fundação Abrinq. O convite partiu do representante da Fundação, Domiciano Souza, em reunião na sede do Consórcio com o GT Criança Prioridade 1.



O programa foi lançado pela Abrinq em 1996 a fim de contribuir com os gestores municipais para a efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes e demais mecanismos preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA.

A formalização da parceria possibilitou o início de mapeamento a respeito das ações empreendidas pelos municípios em consonância com os princípios do ECA, ferramenta importante de avaliação e monitoramento das ações desenvolvidas de atenção à criança e ao adolescente.

"O ABC do Desenvolvimento e do Crédito"



O Consórcio Intermunicipal Grande ABC e a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC realizaram no final de julho de 2009, no Teatro Cacilda Becker, em São Bernardo do Campo, o Seminário "O ABC do Desenvolvimento e do Crédito". O objetivo do evento foi obter junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - resposta às demandas do

Seminário "O ABC do Diálogo e do Desenvolvimento", realizado em março do mesmo ano, com a missão de driblar a crise econômica.

O debate contou com a participação do Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, que garantiu às micro e pequenas empresas da Região acesso facilitado às linhas de crédito oferecidas pelo banco de fomento federal.

Debate sobre a Lei Maria da Penha

Em julho de 2009, a convite do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, por meio do Grupo Temático Gênero, a Presidente da Associação Paulista de Defensores Públicos, Juliana Belloque, participou de mesa redonda que reuniu 90 pessoas para discutir a aplicabilidade da

Lei Maria da Penha e as reformas propostas no Código de Processo Penal, que afetarão o combate à violência doméstica.



A palestrante Juliana Belloque defendeu o fortalecimento da Lei que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

ABC reivindica Polo Tecnológico



Em agosto de 2009, o Consórcio Intermunicipal instalou o GT Polo Tecnológico, com a presença do ex-Secretário de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, Dr. Geraldo Alckmin, que fez uma apresentação sobre os Parques Tecnológicos do Estado de São Paulo.

O GT foi composto pela Secretaria de Desenvolvimento do Estado, Coordenadores dos Núcleos Estratégicos de Desenvolvimento Econômico, Educação e GT Automotivo, APOLO (Associação das Empresas do Polo Petroquímico), dos Reitores das Universidades: UFABC, FSA, FEI e Engenharia Mauá, USCS, além de representação regional do CIESP, Associações Comerciais e dos Sindicatos dos Trabalhadores.

I Encontro Regional do Setor Automobilístico



O Consórcio Intermunicipal, com o apoio da Agência de Desenvolvimento Grande ABC e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e de Santo André, promoveu em maio de 2009 o I Encontro Regional do Setor Automobilístico. O evento contou com a participação do ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, e do então secretário de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, e prefeitos da região.

No encontro foram realizados painéis sobre a cadeia produtiva automobilística e as políticas dos governos federal e municipal, além do lançamento do Grupo de Trabalho Automotivo composto pelas principais instituições representativas dessa cadeia produtiva na região.

Consórcio e os impactos do Rodoanel

Em reunião realizada em setembro de 2009, o Dersa assumiu compromisso com o Consórcio Intermunicipal para a recuperação de um trecho de quase três quilômetros da Avenida Papa João XXIII, em Mauá, até a entrada do Parque do Pedroso e mais 300 metros da Estrada do Guaraciaba que faz a ligação com Santo André. O encontro contou com a participação do Deputado Estadual Orlando Morando, de representantes das indústrias instaladas no Pólo Sertãozinho, do Corpo de Bombeiros, do Dersa e da Agência de Desenvolvimento do Grande ABC.



Essa foi uma das ações conquistadas pelo Consórcio para reduzir os impactos do fluxo de veículos e das obras provenientes do Trecho Sul do Rodoanel. Entre outras medidas discutidas na reunião, ficou também definido o pleito junto à Secretaria de Segurança do Estado e ao Comando Geral da Polícia Militar para a ampliação do Corpo de Bombeiros de Mauá e para a compra de novos equipamentos com o objetivo de atender a demanda do Trecho Sul do Rodoanel.

>> ações 2009



Redução de ISS para Cartórios

Os prefeitos das sete cidades do Grande ABC decidiram, durante a 181ª reunião do Conselho de Municípios, em setembro de 2009, enviar projeto de Lei às respectivas Câmaras Municipais para a instituição de alíquota comum de 2% de ISS dos Cartórios Extrajudiciais de Registro e Notas de Imóveis. O mesmo percentual

também foi definido para a cobrança retroativa do ISS devido dos últimos cinco anos.

Os prefeitos consideraram que os Cartórios têm um volume de trabalho muito significativo prestado aos municípios, razão pela qual optaram pela menor alíquota.

1º Festival de Escolas de Esportes



O Consórcio Intermunicipal Grande ABC, por meio do Núcleo Estratégico de Esportes, realizou em novembro de 2009 o 1º Festival de Escolas de Esportes.

O evento contou com cinco modalidades, Basquete, Handebol, Voleibol, Futsal e Futebol (masculino e feminino) e um desfile de abertura em cada festival.

Cada município sede ficou responsável pela arbitragem dos jogos e organização da tabela dos mesmos, considerando que cada equipe fizesse no mínimo três jogos.

Os jogos não tiveram caráter competitivo, mas foram concebidos com a finalidade de estimular amizade, cordialidade, respeito e disciplina, além de promover a integração entre comunidades e municípios, transformando a atividade esportiva em hábito de vida saudável pela população do Grande ABC.

Prefeitos se reúnem com vereadores

Em reunião com os presidentes e vereadores das sete Câmaras Municipais do Grande ABC, no dia 8 de novembro de 2009, os prefeitos apresentaram o Protocolo de Intenções celebrado pelos sete municípios visando a constituição do Consórcio Público Intermunicipal Grande ABC. Durante o encontro, os parlamentares tiraram dúvidas sobre o projeto e o então presidente da instituição, José Auricchio Júnior, fez um apelo para que o projeto de lei fosse votado antes do recesso

parlamentar. Na 183ª reunião ordinária do Conselho de Municípios, os prefeitos encaminharam às respectivas Câmaras Municipais, o projeto de lei, que foi aprovado com celeridade.



Consórcio pleiteia Polo Tecnológico



Na 185ª Reunião Ordinária do Conselho de Municípios, realizada no dia 18 de janeiro de 2010, a última no formato do antigo Consórcio Intermunicipal da Bacia do Alto Tamanduatei e Billings, os prefeitos dos sete municípios decidiram solicitar audiência com o então Secretário de Desenvolvimento Econômico

do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, para pleitear o pré-credenciamento do Polo Tecnológico Grande ABC no Sistema Paulista de Parques Tecnológicos (SPTec) e verba para contratação de uma consultoria para elaboração do projeto definitivo do Polo. No dia 5 de fevereiro, os prefeitos de São Caetano do Sul, Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, e os diretores da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC foram recebidos em audiência pelo Secretário e entregaram o documento que apresenta todo o potencial do Grande ABC para receber e consolidar o Polo Tecnológico. O documento foi elaborado pelo GT Polo Tecnológico, então conduzido pelo Consórcio e pela Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC e integrado também por associações empresariais, instituições de ensino e pesquisa e sindicatos de trabalhadores, após a realização de visitas técnicas a outros parques tecnológicos do País.

Consórcio Público, uma conquista

No dia 8 de fevereiro de 2010, os prefeitos da região do Grande ABC instalaram a primeira Assembleia Geral nos moldes do Contrato de Consórcio Público, elegeram o presidente e vice-presidente e aprovaram o estatuto da nova entidade jurídica. O ato marcou a instalação, na prática, da autarquia pública criada dezanove anos atrás como associação de direito privado.

A nova entidade é mais uma conquista da região famosa por seu pioneirismo: fomos o primeiro consórcio multissetorial do país e somos a primeira autarquia pública regional do Brasil. Agora o Consórcio pode receber recursos oriundos da esfera federal, estadual e de organismos internacionais para a execução de ações e elaboração de projetos e programas voltados para o atendimento dos sete municípios, a Região do Grande ABC.



Durante o primeiro semestre de 2010, a Secretaria Executiva do Consórcio e a equipe administrativa e jurídica trabalharam para finalizar a migração da entidade para autarquia pública; realizar o primeiro concurso da instituição para o preenchimento de 15 cargos; revisar contratos; elaborar um estatuto; criar novos Grupos de Trabalho e preparar as bases para elaborar o Planejamento Estratégico Regional dos próximos dez anos (2011-2020).

>> ações 2010

DAEE renova parceria com Consórcio



Em 4 de abril de 2010, diretores do DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica – se reuniram com os prefeitos na sede do Consórcio e renovaram o termo de cooperação e parceria com as prefeituras para a manutenção dos 19 piscinões na região. O contrato de quase R\$10 milhões vai até fevereiro de 2011. Os prefeitos ratificaram o pedido para que a Prefeitura de São Paulo participe da divisão dos custos de manutenção e operação dos piscinões do ABC.

Programa de combate à violência sexual de crianças cria 15 projetos de prevenção

A sensibilização de quase 200 profissionais da área da infância e adolescência sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, realizada em 2009 pelo Projeto Laços de Proteção da World Childhood Foundation, em parceria com o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, resultou na criação de 15 projetos de enfrentamento apresentados no dia 30 de março 2010, no Seminário Regional sobre Conquistas e Desafios na Prevenção à Violência Sexual contra Criança e Adolescentes.

O seminário foi realizado no auditório das Faculdades Integradas Coração de Jesus (FAINC), em Santo André, para apresentar aos gestores e atores das redes de proteção da infância e adolescência dos sete municípios os resultados das ações e os projetos, que vão desde a elaboração de planos municipais de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes à integração destes projetos que agora precisarão do apoio dos gestores para serem efetivamente implantados em cada uma das sete cidades do Grande ABC.



Conferência Regional do Trabalho Decente



A Conferência Regional do Trabalho Decente foi realizada pelo Consórcio nos dias 13 e 14 de maio de 2010, em parceria com a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC e apoio das centrais – CUT - Central Única dos Trabalhadores e Força Sindical; do DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - e FACESP - Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo.

O DIEESE apresentou o panorama atual do trabalho decente na região, elaborado a partir da PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Consórcio aumenta recursos para Casa Abrigo Regional

Em junho de 2010, os prefeitos dos sete municípios aumentaram o valor do repasse de verbas para o Programa da Casa Abrigo Regional, e autorizaram o convênio e novo contrato programa para pagamento do aluguel da sede da FUNCRAF - Fundação para o Estudo e Tratamento das Deformidades Crânio-Faciais - que funciona em São Bernardo do Campo e atende toda a região.

O Programa Casa Abrigo, criado para atender mulheres ameaçadas de morte e seus filhos, existe desde 2003 e o contrato assinado que permite aos municípios fazer o repasse de acordo com suas receitas é de R\$ 72 mil mensais e válido por 12 meses, prorrogáveis. Em relação à Funcraf, os prefeitos vão custear o aluguel do imóvel, no valor de R\$ 26 mil mensais.



1º guia regional de Serviços de Atenção às mulheres em situação de violência doméstica



O 1º guia regional do Grande ABC de Serviços de Atenção às mulheres em situação de violência doméstica foi lançado pelo Consórcio Intermunicipal Grande ABC no dia 24 de junho de 2010. Passo importante na consolidação de políticas regionais de enfrentamento à violência, o guia reúne todos os serviços de atendimento às mulheres em situação de violência da região do ABCDMRR.

Organizado pelo Grupo de Trabalho Gênero, o guia facilita o caminho das mulheres aos serviços, às ações de apoio para o rompimento da situação de violência existente e à busca da reestruturação de uma vida digna, plena e com autonomia. A publicação traz os diversos Serviços Ofertados na Região com a indicação do tipo de atendimento de cada um, os locais, dias e horários.

Consórcio realiza seminário sobre procedimentos em catástrofes

O Grupo de Trabalho Defesa Civil, oficializado pela 5ª Assembleia Geral de Prefeitos, realizou no dia 21 de junho um seminário com o objetivo de conscientizar sobre a importância dos dados que devem constar dos formulários de Notificação Preliminar de Danos (NOPRED) e de Avaliação de Danos (AVADAN). Esses formulários, após preenchidos, são encaminhados para a Coordenadoria Regional de Defesa Civil em casos de desastres (enchentes, deslizamentos de terra), a fim de que os municípios possam receber ajuda financeira e material.



>> ações 2010

Operação Verão 2010/2011

A Coordenadoria Estadual e as Coordenadorias Municipais de Defesa Civil dos sete municípios da região do Grande ABC se reuniram em agosto de 2010, na sede do Consórcio Intermunicipal, para discutir e planejar a "Operação Verão 2010".

O evento contou com a participação do Presidente do Consórcio Intermunicipal e Prefeito de Ribeirão Pires, Prof. Clóvis Volpi, do Vice-Prefeito de São Caetano do Sul, Walter Figueira Junior, e do representante do DAAE, Engenheiro Ricardo Daruiz Borsari, além de representantes do Corpo de Bombeiros e das Defesas Cíveis da região.

A Operação Verão terá duração até março de 2011, e tem como objetivo formular ações preventivas para amenizar as catástrofes trazidas pelas chuvas.



Consórcio quer medidas para desafogar tráfego na Rodovia dos Imigrantes

Preocupados com o aumento do tráfego no Sistema Anchieta/Imigrantes após abertura do trecho Sul do Rodoanel, os prefeitos se reuniram em agosto com a ARTESP -Agência Reguladora de Transportes- e a Concessionária ECOVIAS. No encontro eles decidiram enviar uma lista com as demandas dos sete municípios da região do Grande ABC e estabelecer um calendário de discussões com a agência e a concessionária.



Região tem brigada de combate ao fogo em mata



A formatura da 1ª Brigada de Combate ao fogo em mata aconteceu na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC no dia 30 de setembro. O curso que formou 70 brigadistas partiu da iniciativa do GT Defesa Civil, e foi aplicado pelo Corpo de Bombeiros em dois dias de atividades.

A existência do grupo é um dos requisitos para os municípios obterem o selo verde-azul, expedido pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Ao receber a certificação, os municípios têm algumas vantagens, como preferência para angariar verbas estaduais.

Consórcio trabalha no Controle à Poluição de Veículos



No dia 5 de outubro, os prefeitos aprovam o encaminhamento, pelo Consórcio, à CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) de um conjunto de ações para incluir a região de forma específica no Plano de Controle de Poluição Veicular (PCPV) que está sendo desenvolvido pela Cetesb e beneficiará todo o Estado de São Paulo, na implantação da Inspeção Veicular na região do ABC.

As ações sugeridas incluem: Inspeção e Manutenção dos veículos licenciáveis; gestão de frotas diesel; redução de emissões de gases, partículas e ruído, transporte público; programa disque-fumaça (canal 0800 para reclamações de emissão excessiva de fumaça preta); blitz para fiscalização de ruído da frota circulantes; controle do ruído em áreas lindeiras de rodovias, vias de trânsito rápido; regulamentação do posicionamento vertical do tubo de escapamento de ônibus urbanos e interurbanos, entre outras.

2º Bike-Nic Inclusivo do Grande ABC



Com a finalidade de promover integração e lazer, o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, por meio do Grupo de Trabalho (GT) Pessoas com Deficiência, realizou em setembro o 2º Bike-Nic Inclusivo do Grande ABC, passeio com bicicletas adaptadas para pessoas com deficiência. O evento ocorreu no Parque Cidade-Escola da Juventude Città Di Marostica, em São Bernardo do Campo, e reuniu cerca de 500 pessoas.

Circuito Sete Cidades - Arte & Cultura



Camerata de cordas - São Caetano do Sul

O Consórcio Intermunicipal Grande ABC, por meio do Grupo de Trabalho Intercâmbio Cultural, promoveu em setembro o Circuito Sete Cidades – Arte & Cultura. O projeto visa levar a produção cultural local a todos os municípios da região, sem que haja necessidade de deslocamento. A iniciativa abrangeu apresentações de teatro, dança, cinema, literatura, música e artes visuais, que serão espalhadas por teatros, parques e praças públicas.

O Circuito permitiu que os moradores da região entrassem em contato com a produção artística e cultural de todas as cidades. Um munícipe de Rio Grande da Serra, por exemplo, pode apreciar em sua cidade uma peça de teatro fomentada em São Caetano do Sul, e vice-versa.

>> ações 2010

Seminário de Turismo Regional está na 4ª edição

O Consórcio Intermunicipal Grande ABC, por meio do GT Turismo, recebeu, em outubro, a 4ª edição do Seminário de Turismo Regional. O objetivo do evento foi mostrar as expectativas e resultados do segmento aplicados ao ABC.

Os palestrantes foram: Profa. Dóris Ruschman, que apresentou as possibilidades para a expansão turística na região; a assessora de Informação e Pesquisa da São Paulo Turismo, Profa. Beatriz Lage, que caracterizou o turismo na cidade de São Paulo; e, por último, o gerente de Planejamento e Pesquisa da Empresa Paulista de Turismo e Eventos, Prof. Luiz Renato Ignarra, que falou dos dois eventos que o Brasil vai receber: a Copa do Mundo e as Olimpíadas.



Seminário para capacitação de gestores públicos



O Consórcio Intermunicipal Grande ABC promoveu nos meses de outubro e novembro o Seminário de Gestão de Projetos e Estratégias de Captação de Recursos para o Setor Público. O curso foi ministrado pelo Professor da PUC-Campinas, Prof. MSc. Dimas Alcides Gonçalves.

Em três dias de curso, os 84 gestores dos sete municípios inscritos tiveram a oportunidade de observar modelos para elaboração de projetos mais eficazes para receber verba dos governos federal e estadual.

O evento ocorreu no auditório da sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, que esteve lotado nos três dias de realização.

Consórcio promove 6º passeio do Jeep Clube



O Consórcio Intermunicipal Grande ABC, por meio do GT Pessoa com Deficiência, promoveu o 6º passeio do Jeep Clube para pessoas com deficiência. O evento foi realizado em Ribeirão Pires em outubro.

O passeio é uma iniciativa do Consórcio Intermunicipal, do Jeep Clube e do Hotel Pilar de Ribeirão Pires, para promover a integração e a inclusão social de pessoas com deficiência.

O transporte foi cedido pelas prefeituras, que levaram em torno de 20 participantes, escolhidos a critério dos municípios, preferencialmente os que não participaram das edições anteriores

Consórcio inaugura Bureaus de Turismo em municípios do Grande ABC

Em mais uma ação pioneira, o Consórcio Intermunicipal Grande ABC e o GT Turismo inauguraram, em outubro, sete Bureaus de Turismo, um em cada cidade. Os espaços, localizados dentro ou fora das Prefeituras, fornecerão dados municipais e regionais de turismo, e abrigarão o futuro Observatório de Turismo da Região.

Com a implantação deste serviço, o visitante passa a contar com informações sobre a cidade em que está situado e sobre a região, e os próprios municípios passam a divulgar o que os demais municípios oferecem ao turismo, desde lazer a negócios.

Os bureaus resultam de convênio de R\$ 480.000,00 firmado em 2007 pelo Consórcio com o Ministério do Turismo,

para a contratação de uma consultoria (por licitação) que elaborou o Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico para o Grande ABC.

Do plano constam o levantamento sobre o turismo na região, a regulamentação e promoção do turismo regional, a elaboração de projetos para captar recursos e investimentos no setor, e a melhora na eficiência da cadeia produtiva do turismo no ABC, demonstrando as ações regionais necessárias para promover o turismo nas sete cidades.

Como contrapartida, o Consórcio ficou responsável por acompanhar e avaliar os trabalhos em horas técnicas, logística, equipamentos e instalações/readequações dos Bureaus de Turismo nos sete municípios, no valor de R\$ 80.000,00.

São Caetano do Sul



Ribeirão Pires



Consórcio realiza 1º Seminário Regional de Inspeção Veicular do Grande ABC

A fim de capacitar os gestores públicos dos sete municípios do Grande ABC para implantar na região a Inspeção Veicular, o Consórcio Intermunicipal Grande ABC realizou, nos dias 17 e 18 de novembro de 2010, o 1º Seminário Regional de Inspeção Veicular do Grande ABC.

Cerca de 100 gestores dos Grupos de Trabalho de Inspeção Veicular, Mobilidade, Meio Ambiente do Consórcio receberam capacitação. Durante dois dias eles debateram dois temas, o Controle da Poluição Veicular e o PCPV, e os Programas de Inspeção e Manutenção – I/M. A capacitação foi patrocinada com recursos da Petrobrás e apoio do Consórcio.

O Consórcio e a CETESB estão buscando a realização de um convênio para implantação da inspeção veicular na região do ABC. Em outubro, o Consórcio encaminhou sugestões para serem incluídas no PCPV estadual.

Segundo dados dos DENATRAN, o Grande ABC totaliza uma frota de 1,2 milhão de veículos, e deverá ser a primeira região do Estado de São Paulo e do país a implementar a inspeção veicular através de um consórcio, o Consórcio Intermunicipal Grande ABC.



Rede de apoio aos empreendedores paulistas

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (Sebrae-SP) tem a missão de contribuir com o desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo por meio do fortalecimento das micro e pequenas empresas (MPEs), que, atualmente, representam 98% das empresas do Estado e, juntas, são responsáveis por 20% do Produto Interno Bruto (PIB) paulista.

Para cumprir a sua missão, o Sebrae-SP conta com um conjunto de soluções, que incluem projetos, programas, cursos, treinamentos e palestras, além de orientações individuais e coletivas. Todas essas ações são planejadas para levar aos negócios de menor porte os benefícios da gestão empresarial, por meio do acesso à informação, tecnologia e metodologias gerenciais.

O público-alvo dessas ações é composto por empresários de MPEs interessados em aumentar a qualidade de seus negócios; empreendedores que pretendem se formalizar ou para criar sua própria empresa.

O Sebrae-SP está presente em todo o Estado, por meio de uma rede de atendimento formado por escritórios regionais, Postos Sebrae-SP de Atendimento ao Empreendedor (PAEs) e Pontos de Atendimento (PAs).

Além do atendimento presencial, os empreendedores podem se informar e capacitar pelo portal www.sebraesp.com.br e acompanhar as novidades pelo twitter www.twitter.com/sebraesp.

Linhas de atuação

- Investimento na capacitação do empreendedor, fornecendo informações, treinamento, consultoria, tecnologia, estudos de mercado, oportunidades para conhecer outros nichos de mercado, no Brasil e no exterior.

- Subsídio para elaboração de políticas públicas que garantam um ambiente propício para criação, desenvolvimento e consolidação das pequenas empresas.

- Apoio ao desenvolvimento econômico e social regional por meio do apoio ao associativismo, oferecendo programas

como Arranjos Produtivos Locais, Incubadoras de Empresas e Circuitos Turísticos.

Histórico

O Sebrae foi criado em 1972 com o nome de Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Cebrae) vinculado ao Governo Federal. A partir de 1990, a entidade transformou-se num serviço social autônomo, denominado Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Cenário atual das MPEs em São Paulo

- Em São Paulo, atualmente, estão instaladas 562.671 micro e pequenas empresas, sendo 252 mil no comércio, 237 mil em serviços e 72 mil na indústria. Este número representa 33% do total de pequenos negócios paulistas.

- Em janeiro de 2010, o faturamento das micro e pequenas empresas teve aumento de 6,5% em relação a janeiro de 2009. Foi o quarto mês consecutivo de aumento de faturamento na comparação com o mesmo mês do ano anterior.

- 72% dos proprietários de micro e pequenas empresas (MPEs) acreditam que o faturamento da sua empresa irá aumentar em 2010, segundo sondagem realizada pelo Sebrae-SP.

- A capacitação e conhecimento do negócio é fundamental na hora de abrir uma empresa: 27% das empresas paulistas fecham em seu 1º ano de atividade.

Conselho Deliberativo

É composto por 13 representantes da iniciativa privada e do setor público. Essa composição tem o objetivo de promover a sintonia entre as ações que buscam estimular e promover as MPEs e as políticas de desenvolvimento econômico e social. Presidente: Abram Szjaman; Diretor-Superintendente: Ricardo Tortorella; Diretor Técnico: Paulo Eduardo Stabile de Arruda; Diretora de Administração e Finanças: Regina Maria Borges Bortolomei.



Planejamento Regional Estratégico do Consórcio 2011/2020

No dia 5 de agosto de 2010, o Presidente do Consórcio Intermunicipal Grande ABC e Prefeito de Ribeirão Pires, Prof. Clóvis Volpi, e o Vice-Presidente e Prefeito de Diadema, Arquiteto Mário Reali, fizeram a abertura oficial do trabalho de elaboração do 2º Planejamento Regional Estratégico (PRE) da autarquia pública para os próximos dez anos: o documento que estabelece as diretrizes das ações a serem desenvolvidas pela entidade de 2011 a 2020.

O Planejamento Regional Estratégico do Consórcio Intermunicipal Grande ABC 2011-2020 é o resultado da experiência elaborada coletivamente pelos integrantes dos 25 Grupos de Trabalho. De agosto até o final de setembro, todos os GTs participaram de oficinas com o objetivo de planejar as ações que entenderam imprescindíveis para a região, para os dez anos futuros, dentro de cada assunto, no âmbito regional.

Parceria com o SEBRAE

Para que a execução do Planejamento Regional Estratégico fosse mais eficiente, o Consórcio Intermunicipal Grande ABC firmou parceria com o SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas - para promover a moderação dos debates nos GTs.

A moderação não teve custos para o Consórcio. Segundo a Gerente Regional do SEBRAE, Josephina Irene Cardelli, a intenção dos moderadores foi trazer à tona a experiência de cada membro dos GTs, porque

os técnicos (indicados pelas prefeituras) já desenvolvem trabalhos relacionados a cada área, em seu município.

A sociedade civil foi aceita para a formação de ações, bem como participação nas discussões. Os próprios grupos de trabalho indicaram os órgãos da sociedade civil que pretendiam ver convidados, sem necessidade de inscrição.

Perspectiva de Futuro

A perspectiva de futuro desejada para a região nos próximos dez anos está nas páginas seguintes desta publicação, para que possa servir de ferramenta de trabalho. Problemas antigos e alvo de preocupação dos gestores municipais, quando da elaboração do primeiro Planejamento Regional Estratégico, ganharam ênfase ainda maior.

Dentre outros, destaca-se o problema das enchentes que assolam a região do Grande ABC há muitos anos, particularmente as ocorridas no final de 2009 e início de 2010 que ceifaram vidas, mostraram a anomalia existente no sistema de proteção da Defesa Civil, e a necessidade de a região ter um Plano de Defesa Civil mais científico, com um contingente de pessoas mais bem preparadas.

A nova peça destaca assuntos que hoje se apresentam como grandes desafios para a região, como o conceito de mobilidade urbana associada às questões do trânsito e transporte, maior oferta de acessibilidade aos deficientes e inspeção veicular.

Eixo de Atuação Infraestrutura

Finalidade

- integrar a região aos principais sistemas viários da Região Metropolitana de São Paulo aos portos e aeroportos;
- aprimorar os sistemas logísticos de transporte rodoviário e ferroviário de cargas;
- aprimorar os sistemas de telecomunicações vinculados às novas tecnologias;
- promover investimentos no saneamento integrado básico e serviços urbanos;
- colaborar para o gerenciamento regional de trânsito;
- implantar programas de operação e manutenção do sistema de macrodrenagem;
- aprimorar o transporte coletivo urbano municipal e metropolitano;
- desenvolver plano regional de acessibilidade;
- aprimorar o transporte coletivo urbano municipal e metropolitano.

Grupos de Trabalho que compõem o eixo

- ✓ Infraestrutura
- ✓ Mobilidade
- ✓ Defesa Civil



GT INFRAESTRUTURA

| EIXO ESTRUTURANTE INFRAESTRUTURA | | | | | | |
|--|---|--|--|--------------------|---|------------|
| Grupo de Trabalho INFRAESTRUTURA | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 1. Captação de Recursos | Mapeamento das necessidades de recursos para infraestrutura | Definir prioridades para melhoria da infraestrutura regional | Consórcio/ GT Infraestrutura/Universidades/ Concessionárias/ Governo Federal, Estadual, Municipal/ (Sistema S)/ PPP | 2011 | Governo Federal, Estadual e Municipal/ Entidades Internacionais/ PPP (parceria público privado) | |
| 2. Plano de Reuso | Criar regionalmente código de conduta da Construção Civil para Água de Reuso | Otimizar a reutilização de água de chuvas e/ou servidas | Consórcio/ GT Infraestrutura/Universidades/ Concessionárias/ Governo Federal, Estadual, Municipal/ PPP/ Câmaras Municipais | 2011 | não tem | |
| 3. Plano Diretor Regional Integrado de Infraestrutura | Elaboração do Plano Diretor | Criar diretrizes para o desenvolvimento sustentável em infraestrutura da região | Consórcio/ GT Infraestrutura/Universidades/ Prefeituras/ Entidades de Classe | 2013 - 2016 | Governo Federal, Estadual e Municipal/ Entidades Internacionais/ PPP (parceria público privado) | |
| 4. Plano de Proteção de Mananciais e áreas protegidas | Definir melhores práticas de proteção a mananciais e fundi-las | Buscar o equilíbrio, o desenvolvimento sustentável e a regularização fundiária para as áreas de mananciais e demais áreas protegidas | Consórcio/ GT Infraestrutura/ Sociedade Civil/ Prefeituras/ Universidades/ Governo Federal e Estadual | 2013 | Governo Federal, Estadual e Municipal/ Entidades Internacionais/ PPP (parceria público privado) | |
| 5 Macrodrenagem | Analisar o Plano Estadual de Macrodrenagem e sua compatibilidade com a região | Propor revisões e ações adequadas às características regionais | Consórcio/ GT Infraestrutura/ Prefeituras/ Governo Estadual/ Universidades/ Concessionárias | 2012 | não tem | |

GT MOBILIDADE

| EIXO ESTRUTURANTE INFRA - ESTRUTURA | | | | | | |
|--|---|--|---|--------------------|---|---|
| Grupo de Trabalho Mobilidade | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Intefaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 1. Integração Tarifária | 1.1 Integração tarifária | Qualificar e facilitar a utilização do transporte público / redução de custo | Consórcio, Prefeituras e Concessionárias da Região | 2012 | Prefeituras | |
| | 1.2 Viabilizar os estudos sobre a integração física - tarifária - modal / Regional e Metropolitana | Viabilização da integração | Consórcio, Prefeituras, Governo do Estado e Concessionárias da Região | 2011 | Consórcio e Prefeituras | |
| 2. Qualificar o Sistema de Transporte Público | 2.1 Desenvolvimento de medidas para uso Transporte Público | Incentivar a utilização e qualificar o sistema de Transporte Público não poluente | Consórcio, Prefeituras e Concessionárias da Região | Contínuo | Governo Federal, Estadual e Municipal/ Concessionárias | |
| | 2.2 Incentivar a utilização de frota movida por combustíveis menos poluentes | Reduzir a poluição emitida pelo transporte coletivo | Consórcio, Prefeituras e Concessionárias da Região | 2012 | não tem | |
| 3. Rodoanel | 3.1 Articulação política técnica/institucional visando diminuir impactos do Rodoanel | Otimizar a fluidez, segurança e minimizar os impactos negativos. | Governo do Estado, Consórcio, Prefeituras | 2011 | Governo do Estado | Cobrar a implantação de ciclovias existentes no projeto do Rodoanel |
| 4. Gestão Compartilhada de Projetos | 4.1 Apresentar ao Consórcio os projetos ou ações com impactos regionais | Compatilhar os projetos que tem impacto regional | Prefeituras e Consórcio | Contínuo | não tem | |
| | 4.2 Criação do Projeto de Orientação de Trânsito (POT) regional | Orientar adequadamente a circulação | Prefeituras/ Consórcio/ Governo do Estado | 2012 | Prefeituras/ Governo do Estado/ FUNSET | |
| | 4.3 Implantar uma central de monitoramento de tráfego regional | Melhorar a mobilidade, segurança do trânsito e minimizar a poluição | Prefeituras, Consórcio e Governo Federal e Estadual / Iniciativa Privada | 2012 | Governo Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada | |
| 5. Corredor Compartilhado de Transporte Coletivo | 5.1 Gestão junto ao Governo do Estado | Utilização e gestão dos corredores de Transporte Coletivo partilhada entre EMTU - Municípios | Prefeituras, Consórcio e Governo Estadual | 2011 | não tem | |
| 6. Legislação Compatibilizada | 6.1 Discutir e regionalizar a legislação referente aos serviços especiais de transporte | Padronização das legislações de táxi, escolar e fretamento | Prefeituras, Consórcio, Legislativo Municipal e Sindicatos de Classe | 2013 | não tem | |
| | 6.2 Discutir e regionalizar a legislação referente ao transporte público | Compatibilizar a legislação sobre transporte público regional | Prefeituras, Consórcio, Legislativo Municipal, Sindicatos de Classe e Concessionárias | 2013 | não tem | |
| 7. Plano Cicloviário Regional | 7.1 Diagnosticar os principais vetores de deslocamento cicloviários (trabalho, lazer, turismo e educação) | Desenvolvimento regional cicloviário garantindo a integração com os meios de transporte e infraestrutura | Consórcio/ Prefeituras/ Iniciativa Privada/ Governo do Estado | 2012 | Governo Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada | |
| | 7.2 Integração Modal | Desenvolvimento regional cicloviário garantindo a integração com os meios de transporte e infraestrutura | Consórcio/ Prefeituras/ Iniciativa Privada/ Governo do Estado | 2013 | Governo Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada | |
| | 7.3 Elaboração e implantação de projetos de infraestrutura | Desenvolvimento regional cicloviário garantindo a integração com os meios de transporte e infraestrutura | Consórcio/ Prefeituras/ Iniciativa Privada/ Governo do Estado | 2013 | Governo Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada | |

| EIXO ESTRUTURANTE INFRA - ESTRUTURA | | | | | | |
|--|--|--|--|--------------------|---|----------------|
| Grupo de Trabalho Mobilidade | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Intrefaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 8. Educação para Mobilidade | 8.1 Campanha regional travessia segura | Garantir e conscientizar a população com redução de atropelamentos | Consórcio/ Prefeituras/ Iniciativa Privada/ Governo Federal, Estadual/ Universidades | contínuo | Governo Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada | início em 2011 |
| | 8.2 Elaboração de Plano Regional de Educação para Mobilidade | Integração das políticas de educação para mobilidade | Consórcio/ Prefeituras/ Iniciativa Privada/ Governo Federal, Estadual/ Universidades | 2011 | Governo Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada | |
| | 8.3 Implementação do Programa Mundial de Redução de Acidentes | Reduzir o número de mortos e acidentados no trânsito | Consórcio/ Prefeituras/ Iniciativa Privada/ Governo Federal, Estadual/ Universidades | 2012 | Governo Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada | |
| 9. PIVIR | 9.1 Elaboração de Plano Viário de interesse regional | Traçar as rotas regionais | Consórcio/ Prefeituras | 2013 | Consórcio/ Prefeituras | |
| 10. Integração Metropolitana de Transporte Público | 10.1 Implantação da integração regional e metropolitana do T.P. | Qualificar e facilitar a utilização do transporte público / redução de custo | Governo do Estado/ Prefeituras e Concessionárias | 2014 | Prefeituras/ Governo do Estado | |
| 11. Circulação de Cargas | 11.1 Elaboração de Plano Regional Carga Perigosa e Superdimensionada | Criar rotas e garantir a segurança na circulação. Redução de poluição | Governo do Estado/ Prefeituras/ Consórcio/ Iniciativa Privada/ Entidades de Classe | 2014 | Prefeituras e Consórcio | |
| 12. Acessibilidade | 12.1 Elaboração do Plano Regional de Acessibilidade | Garantir a acessibilidade universal e qualificar o modo a pé | Governo Federal, Estadual e Municipal/ GT Pessoa com Deficiência/ Iniciativa Privada | 2014 | Governo Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada | |
| | 12.2 Projeto de calçadas | Garantir a acessibilidade universal e qualificar o modo a pé | Governo Federal, Estadual e Municipal/ GT Pessoa com Deficiência/ Iniciativa Privada | 2014 | Governo Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada | |
| 13. Metrô-Leve | 13.1 Início de operação do Metrô-Leve SBC-SA-SCS-SP | Promover a interligação da região com o metrô de São Paulo | Governo Federal, Estadual e Municipal | 2014 | Governo Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada | |
| 14. Metrô ABC | 14.1 Gestão junto ao Governo do Estado para expansão do Metrô | Expandir a malha metroviária para o ABC | Governo Federal, Estadual e Municipal | 2017 | Governo Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada | |
| 15. Sistema Cicloviário | 15.1 Implantação do Sistema Cicloviário | Desenvolvimento regional cicloviário garantindo a integração com os meios de transporte e infraestrutura | Governo Federal, Estadual e Municipal | 2016 | Governo Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada | |
| 16. Sistema Hidroviário | 16.1 Viabilizar os estudos para ligação hidroviária regional | Viabilizar novo modo de transporte | Governo Federal, Estadual e Municipal | 2017 | Governo Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada | |
| 17. ABC Aeroporto Guarulhos | 17.1 Gestão para implantação do Metrô-Leve ABC-Guarulhos | Garantir a ligação da região do ABC com o aeroporto internacional | Governo Federal, Estadual e Municipal | 2017 | Governo Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada | |
| 18. Conscientização da Utilização do Automóvel | 18.1 Implementação de medidas restritivas à circulação de transporte motorizado individual | Minimizar os impactos negativos causados pelo uso irrestrito de transporte motorizado individual | Consórcio e Prefeituras | 2018 | não tem | |
| 19. Sistema Hidroviário | 19.1 Ligação hidroviária regional | Implantar novo modo de transporte | Governo Federal, Estadual e Municipal | 2020 | Governo Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada | |
| 20. Sistema Ferroviário | 20.1 Implantação do ferrounel | Otimizar a circulação de cargas | Governo Federal, Estadual e Municipal | 2020 | Governo Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada | |

GT DEFESA CIVIL

| EIXO ESTRUTURANTE INFRA - ESTRUTURA | | | | | | |
|---|---|--|---|------------------------------------|---|--|
| Grupo de Trabalho Defesa Civil | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 1 - Levantamento da estrutura física das sete COMDECs | Fazer levantamento das necessidades materiais e funcionais de cada COMDEC | Planejar a compra e solicitação de verba para aquisição do necessário | GT Defesa Civil/Consórcio | 2011 | Não tem | |
| 2 Estruturação das COMDECs | | | | | | |
| 2.1 - Estruturar/Equipar as 7 COMDECs | Adquirir os materiais necessários em cada COMDEC | Tomar as COMDECs bem estruturadas | GT Defesa Civil/Consórcio | 2013/2014 | Governo Federal /Municipal/ Estadual/ Parceiros privados | |
| 2.2 Aquisição de viaturas para Defesa Civil | Aquisição de viaturas | Tomar as COMDECs bem estruturadas | Consórcio/Governo Federal /Municipal/ Estadual/Parceiros privados | 2013/2014 | Governo Federal /Municipal/ Estadual/ Parceiros privados | |
| 2.3 Aquisição de equipamentos para Defesa Civil | Adquirir os equipamentos necessários às ações diárias | Tomar as COMDECs bem estruturadas | Consórcio/Governo Federal /Municipal/ Estadual/Parceiros privados | 2011/2012 | Consórcio/ Prefeituras/ Parceiros privados/ Governo Federal | |
| 3 - Capacitação para formação para agentes de Defesa Civil | | | | | | |
| 3.1 Curso/Operação Verão - CAEM | Promover a realização do curso | Treinar agentes e coordenadorias de Defesa Civil | Governo Estado/Consórcio | Contínuo | Estado/União/ Município/ Consórcio | (+) Custos de locomoção |
| 3.2 Curso/Mata-Fogo/Incêndio | Promover a realização do curso | Treinar agentes e coordenadorias de Defesa Civil | Governo Estado/Consórcio | Contínuo | Estado/União/ Município/Consórcio | |
| 3.3 Curso/Geologia | Promover a realização do curso | Treinar agentes e coordenadorias de Defesa Civil | Governo Estado/ IPT/IG/ Prefeituras/FUNEP/ Consórcio | Contínuo | Estado | |
| 3.4 Seminário Regional para COMDECs e NUDECs, sobre desabamentos, deslizamentos etc. | Promover palestras com lideranças comunitárias sobre a importância das NUDECs | Treinar agentes e coordenadorias de Defesa Civil, bem como manter atualizadas as lideranças comunitárias | Municípios/Consórcio/Estado/ | Contínuo | Não tem | Realizar o seminário a cada ano em cada Município |
| 3.5 Seminário Regional de Defesa Civil com convidados de outros estados | Promover a realização do seminário | Treinar agentes e coordenadorias de Defesa Civil | Governo Federal (Secretaria Nacional de Defesa Civil) /Estado/Consórcio | A cada 2 anos - O primeiro em 2013 | Municípios/ Consórcio | Necessário estrutura física para aproximadamente mil pessoas/ Gastos com estrutura |
| 4 Fortalecimento das ações de Defesa Civil | | | | | | |
| 4.1 Integração entre municípios | Formalizar plano de ação de auxílio mútuo entre os sete municípios | Formar força tarefa dos sete municípios para auxiliar nas ações de Defesa Civil | GT Defesa Civil/Consórcio/ Prefeituras e Câmaras Municipais | 2011 | Não Tem | |
| 4.2 Legislação | Legislação única estabelecendo atribuições para todos as coordenadorias de Defesa Civil | Uniformizar os procedimentos e atribuições | GT Defesa Civil/Consórcio/ Prefeituras e Câmaras Municipais | 2011 | Não Tem | |

| EIXO ESTRUTURANTE INFRA - ESTRUTURA | | | | | | |
|---|---|--|--|--------------------|--|------------|
| Grupo de Trabalho Defesa Civil | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 5- Formar o Fundo de Defesa Civil | Formar Fundo para atender demandas de Defesa Civil da região | Disponibilização imediata de recursos para atender as COMDECs | Consórcio/ Prefeituras/GT Defesa Civil | 2011/2014 | Prefeituras/ Parceiros | |
| 6- Sede Regional de Defesa Civil | | | | | | |
| 6.1 Conseguir espaço Físico | Buscar espaço Regional | Sede única para gerenciamento das ações regionais de Defesa Civil, alocação de estoque estratégico, formação de Núcleo de Pesquisas em Defesa Civil e criação de uma central de gerenciamento de emergências | Consórcio/ Prefeituras/ Governo Federal/Governo Estadual | 2014/2017 | Consórcio/ Prefeituras/ Governo Federal/Governo Estadual | |
| 6.2 Formar o estoque estratégico regional | Manter estoque à disposição dos municípios | Manter os municípios abastecidos | Estado/Município | Contínuo | Estado/Município | |
| 6.3 Banco de dados regional | Formar o banco de dados | Subsidiar a pesquisa regional | Consórcio/ Prefeituras/ Governo Federal/Governo Estadual | Contínuo | Município/Estado/ União | |
| 7 - Plano de redução de risco Regional | | | | | | |
| 7.1 Mapeamento de riscos regional | Percorrer os municípios para detectar as áreas de risco (terrestre e aéreo) | Delimitar as áreas de risco | Prefeituras/Parceiros | Contínuo | Ministério das Cidades/ Ministério da Integração Social/ Prefeituras | |
| 7.2 Intervenções necessárias nas áreas de risco e previsão de despesas | Efetuar as Intervenções necessárias para sanear/prevenir o risco | Sanear e prevenir o risco e prever a despesa orçamentária | Prefeituras/ Parceiros/Estado/ União | Contínuo | Ministério das Cidades/ Ministério da Integração Social/ Prefeituras | |
| 7.3 Monitoramento e controle das áreas de risco | Monitorar continuamente | Prevenir o risco | Prefeituras/ Parceiros/Estado/ União | Contínuo | Ministério das Cidades/ Ministério da Integração Social/ Prefeituras | |
| 8 - Curso regional para formação de agente de Defesa Civil | | | | | | |
| | Criar o curso técnico | Formar agentes capacitados para executar as ações de Defesa Civil no âmbito dos municípios | Estado/Municípios/ Parceiros/União | 2015/2017 | Estado/ Municípios/ Parceiros/União | |
| 9 - Criação da Secretaria Municipal de Defesa Civil | | | | | | |
| | Criar a Secretaria municipal no âmbito dos sete municípios | Dispor de autonomia e orçamento próprio | Consórcio/ Prefeituras | 2013/2017 | Não tem | |
| 10 - Criação do cargo de Agente de Defesa Civil no âmbito regional | | | | | | |
| | Criar o cargo de Agente de Defesa Civil no âmbito regional | Dispor de profissionais tecnicamente preparados para ocupar cargos públicos | União/Estado/ Município/Câmara Municipal/ Consórcio | 2014 | Não tem | |

Eixo de Atuação Desenvolvimento Econômico Regional

Finalidade

- atuar pelo fortalecimento e modernização de complexos e setores estratégicos para a atividade econômica regional, destacando-se o ramo da cadeia produtiva automotiva, do complexo petroquímico, cosmética, moveleira, gráfica, construção civil, metal-mecânica, turismo, comércio e serviços;
- desenvolver políticas de incentivo às micro e pequenas empresas;
- desenvolver atividades de apoio à modernização da economia regional, como a logística, tecnologia da informação, telecomunicações, design, engenharia e gestão da qualidade;
- promover ações visando a geração de trabalho e renda.

Grupos de Trabalho que compõe o eixo

- ✓ Desenvolvimento Econômico
- ✓ Turismo
- ✓ Trabalho e Renda
- ✓ Automotivo
- ✓ Procon Regional



GT DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

| EIXO ESTRUTURANTE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL | | | | | | |
|---|--|---|---|--|---|--|
| Grupo de Trabalho Desenvolvimento Econômico | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 1. Implementação de Programa de Qualificação Profissional | Ampliação e otimização das ofertas ETECs, FATECs em todas as cidades do Grande ABC | Ampliação de oferta de qualificação técnica pública | Consórcio/ GT Desenvolvimento Econômico/ Prefeituras/ Governo do Estado | 2011 | Governo Estadual/ Prefeituras | |
| | 2.1 Desenvolvimento de fornecedores para cadeia Petróleo e gás | Mapeamento da capacidade/ característica instalada. Identificar a demanda da cadeia Petróleo e gás. Desenvolvimento de um núcleo piloto | Consórcio/ GT Desenvolvimento Econômico/ Polo Petroquímico/ Petrobrás/ Empresas da cadeia Petróleo e gás/ Governo Federal e Estadual/ Universidades/ SEBRAE | 2011 | Governo Federal e Estadual/ Petrobrás/ Empresas do Setor/Sistema "S" | |
| 2. Programa de Fortalecimento Setorial | 2.2 Integração dos núcleos tecnológicos regionais | Articular e ampliar a base de serviços de caráter tecnológico | Consórcio/ GT Desenvolvimento/ Universidades/ Institutos de Pesquisa/ CESTEC/ Prefeituras/ Agência de Desenvolvimento do ABC | 2012 | Governo Federal/ Agências de fomento nacionais e internacionais | |
| | 3. Criação do Polo Tecnológico do ABC | Implantação dos parques, rumo ao Polo Tecnológico do ABC e formatação jurídica | Implantação efetiva do Polo Tecnológico do ABC, estimulando a inovação na região do ABC | Consórcio/ GT Desenvolvimento Econômico/Governo Federal e Estadual/ Universidades/ Agência de Desenvolvimento do ABC | Contínuo | Governo Estadual/ Municípios/ Iniciativa Privada/ Universidades/ Instituto de Pesquisa |
| 4. Governança | Redefinir o papel da Agência de Desenvolvimento | Integrar a ação de Consórcio e Agência | Consórcio/ GT Desenvolvimento Econômico/ Prefeituras/ Agência | 2011 | não tem | encaminhar para o GT institucional para verificar a legitimidade |
| 5. Programa Regional de Fortalecimento Empresarial | 5.1 Fomentar a ampliação dos Micros Empreendedores Individuais (MEI) | Ampliação do trabalho formal e criação de renda | Consórcio/ GT Desenvolvimento Econômico/ Prefeituras/ Governo Federal e Estadual/ SEBRAE/ ETEC/ Escolas Técnicas/ Associações | 2012 | Prefeituras/ SEBRAE/ Associações comerciais/ Governo Federal e Estadual | |
| | 5.2 Capacitar os micros empreendedores | Fortalecer as micros e pequenas empresas | Consórcio/ GT Desenvolvimento Econômico/ Prefeituras/ Governo Federal e Estadual/ SEBRAE/ ETEC/ Escolas Técnicas/ Associações | Contínuo | Prefeituras/ SEBRAE/ Associações comerciais/ Governo Federal e Estadual | |
| | 5.3 Modernizar e desburocratizar o atendimento às empresas | Agilizar o processo de abertura, fechamento e manutenção das empresas. Articulação e esforços de infraestrutura legal institucional (lei geral, EPP, MEI, SIL, REDESIM etc) | Consórcio/ GT Desenvolvimento Econômico/ Prefeituras/ SEBRAE/ Governo Federal e Estadual | Contínuo | Prefeituras/ SEBRAE/ Governo Federal e Estadual | |
| 6. Programa de Fomento e Promoção de Negócios do ABC | 6.1 Fomentar novos negócios associados às cadeias produtivas existentes | Ampliar a possibilidade de fornecimento da capacidade industrial instalada | Consórcio/ GT Desenvolvimento Econômico/ Associações comerciais e industriais/ SEBRAE/ Universidades/ Prefeituras | Contínuo | Governo Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa privada | |
| | 6.2 Fomentar novas cadeias produtivas | Criação de centrais de negócios e produtos referentes a novas demandas e oportunidades | Consórcio/ GT Desenvolvimento Econômico/ Associações comerciais e industriais/ SEBRAE/ Universidades/ Prefeituras | Contínuo | Governo Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa privada | |

| EIXO ESTRUTURANTE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO REGIONAL | | | | | | |
|--|---|--|---|--------------------|--|--|
| Grupo de Trabalho Desenvolvimento Econômico | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 6. Programa de Fomento e Promoção de Negócios do ABC | 6.3 Sensibilizar e incentivar o uso de processos industriais com uso de recursos renováveis | Contribuir com desenvolvimento econômico sustentável | Consórcio/ GT Desenvolvimento Econômico/ GT Meio Ambiente/ Universidades/ Institutos de pesquisa/ iniciativa privada | Contínuo | Governo Federal, Estadual/ Agências de fomento nacionais e internacionais/ BNDES | Estudo e interação com o GT Meio Ambiente para manutenção de desenvolvimento econômico sustentável |
| 7. Programa de fortalecimento digital no Grande ABC | 7.1 Incentivar a implantação da banda larga em toda a região do ABC | Promover a inclusão digital e fortalecer o acesso às empresas privadas | Consórcio/ GT Desenvolvimento Econômico/ Governo Federal/ Empresas Privadas/ Concessionárias | Contínuo | Governo Federal/ Iniciativa privada | início em 2011 |
| | 7.2 Implantação de Sistema de Informação regional hospedado no Consórcio (geral) na Agência de Desenv. do ABC | Disponibilização de informações atualizadas da região | Consórcio/ GT Desenvolvimento Econômico/ Agência/ Prefeituras/ Institutos de pesquisa/ Iniciativa privada | 2012 | Consórcio/ Agência | |
| 8. Fomento e Fortalecimento do Polo Tecnológico | Integração entre as incubadoras e universidades/polo tecnológico | Instalação de empresas de base tecnológica na região | Consórcio/ GT Desenvolvimento Econômico/ Governo Federal, Estadual e Municipal/ Universidades/ Iniciativa Privada | Contínuo | Governo Federal, Estadual e Municipal/ Universidades/ Iniciativa Privada | |
| 9. Desenvolvimento Sustentável | Implementar iniciativas desenvolvimento local nas áreas de mananciais. | Evitar a degradação e contribuir para o uso sustentável destas áreas | Consórcio/ GT Desenvolvimento Econômico/ Governo Federal, Estadual e Municipal/ Universidades/ Iniciativa Privada/ Comitê de Bacias Hidrograficas | Contínuo | Governo Federal, Estadual e Municipal/ Universidades/ Iniciativa Privada | |
| 10. Programa de Fortalecimento das Empresas | Ampliar sistema regional de microcrédito | Ampliar o acesso ao credito | Consórcio/ GT Desenvolvimento Econômico/ Governo Federal, Estadual e Municipal/Banco do Povo/ bancos públicos e privados/ sociedade cooperativas de crédito | Contínuo | Governo Federal, Estadual e Municipal/Banco do Povo/ bancos públicos e privados/ sociedade cooperativas de crédito | |
| 11. Programa de Infra-Estrutura para Grande ABC | Qualificar estrutura de suporte para atividade logística | Estabelecer centros logísticos integrados | Consórcio/ GT Desenvolvimento Econômico/ Iniciativa privada/ GT Automotivo/ GT Mobilidade/ GT Infraestrutura/ Governo Federal, Estadual e Municipal | 2017 | Governo Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa privada | |

GT TURISMO

| EIXO ESTRUTURANTE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO REGIONAL | | | | | | |
|--|--|---|--|---|---|------------|
| Grupo de Trabalho Turismo | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 1 - Fortalecimento do GT Turismo frente ao programa de regionalização | | | | | | |
| Criação do Conselho Regional de Turismo no âmbito do Consórcio | Criar, para legitimar, o Conselho Regional de Turismo perante o Consórcio | Formalizar juridicamente a criação do Conselho, e elaborar plano de trabalho anual para as ações do Conselho. | GT Turismo/Consórcio | Início de 2011 | Não tem | |
| 1.2 Fortalecimento do GT Turismo perante o Conselho Regional de Turismo | Fazer com que o GT Turismo participe das ações do Conselho Regional de Turismo | Integrar as ações do Conselho Regional de Turismo às ações do GT Turismo no Consórcio | GT Turismo | Início de 2011 | Não tem | |
| 1.3 Adequação periódica dos Bureaus Municipais | Efetuar compras, obras e serviços para atualizar os Bureaus | Manter atualizado os Bureaus Municipais | Prefeituras e GT Turismo | Contínuo | Prefeituras | |
| 1.4 Implantação do Observatório Regional | Definir o formato do observatório e dos indicadores a serem observados, estabelecer parcerias com universidades para obtenção de dados, compilar estudos já produzidos nas universidades, atualizar os dados municipais nos respectivos Bureaus, divulgação das informações pelas prefeituras, bureaus e Consórcio | Efetivar o acompanhamento constante dos indicadores sobre o turismo na região. | GT Turismo/Ministério do Turismo e Consórcio Intermunicipal | 2011 - abertura total de informações aos municípios e de forma parcial à população. 2012 a 2020 - abertura total para municípios e parcial para população. | GT Turismo/Ministério do Turismo e Consórcio Intermunicipal | |
| 2 - Elaboração do Plano de Marketing | | | | | | |
| 2.1 Elaboração e consolidação da marca regional | 2.1.1 Reunião do GT Turismo para discussão do modelo da logomarca, registro do logo no INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial, formas de inserção do logotipo em sites e materiais a serem impressos, e forma de contratação da logomarca (campanha, concurso ou contratação de empresa publicitária) | Criar identidade visual | GT Turismo/Consórcio/Ministério do Turismo | 2011 | Consórcio/MTur | |
| 2.2 Estabelecer regras de utilização da marca regional | Tornar fácil a utilização da marca regional | Orientar o cumprimento das regras de utilização da marca regional, por diretrizes | GT Turismo/Jurídico do Consórcio | 2011 | Não tem | |
| 2.3 Elaboração de material promocional | Elaborar/Criar material promocional da marca regional. | Informar, divulgar, difundir o turismo da região em feiras e eventos do ABC TUR. | GT Turismo/Mtur/Consórcio/Empresas privadas | 2011 | Mtur/Consórcio/Empresas Privadas | |
| 2.4 Criação de roteiros regionais | * Fomentar o turismo por meio da segmentação do mercado, priorizando segmentos como turismo de negócios cultural e ecoturismo. * Fomentar o desenvolvimento de roteiros e produtos turísticos, a serem operados e comercializados pelas operadoras turísticas da região. | Priorizar atrativos e definir melhores pontos turísticos, por meio de formatação de roteiros. | GT Turismo/Consórcio/Prefeituras (Secretarias Municipais de Turismo/Agências de Turismo) | 2011 | Consórcio/Prefeituras (Secretarias Municipais de Turismo/Agências de Turismo) | |

| EIXO ESTRUTURANTE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL | | | | | | |
|--|---|--|---|--------------------|--|--|
| Grupo de Trabalho Turismo | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 2.4.1 Formatação do roteiro Turistrem | Criar roteiro turístico entre estações ferroviárias do ABC, a partir da estação da Luz até a estação de Rio Grande da Serra, e futuramente até a Baixada Santista | Priorizar o melhor roteiro de trem para a população da região | GT Turismo/Consórcio/ Prefeituras (Secretarias Municipais de Turismo/Agências de Turismo) | 2011 | Consórcio/ Prefeituras (Secretarias Municipais de Turismo/Agências de Turismo) | |
| 2.5 Divulgação de roteiros | Divulgar os melhores pontos turísticos da região | Tornar conhecidos os melhores pontos turísticos da região. Atrair turistas | GT Turismo/ABCTUR/ Jornais da Região/TV Regional | 2011 a 2020 | Consórcio e Prefeituras | |
| 2.6 Criação do Selo Regional | Criação do Selo de turismo regional | Contribuir para o aumento da qualidade dos serviços e produtos turísticos na região, com ações focadas na certificação de pessoas e de empreendimentos | GT Turismo/Mtur/ Consórcio/ Empresas privadas | 2015 a 2017 | Mtur/Consórcio/ Iniciativa Privada | Este programa está vinculado ao programa nº 3.9 Programa e adequação e regularização dos equipamentos |
| 3 - Programa de Desenvolvimento de Infraestrutura | | | | | | |
| 3.1 City Tour Móvel | Reunião GT Turismo para criação do City Tour (Centro de Informações turísticas móvel, que pode ser utilizado em eventos e atrativos nos sete municípios) | Levar informações turísticas para eventos e festas regionais | GT Turismo/Mtur/Consórcio | 2011 | Mtur/Consórcio | |
| 3.1.1 Solicitação de Verba para confecção de projeto do City Móvel | Elaborar documento com justificativas | Conseguir verba para executar o projeto | GT Turismo/Consórcio | 2011 | Não tem | |
| 3.1.2 Licitação para contratar empresa para confecção do projeto do City Móvel | Concorrência Pública (Técnica e preço) | Conseguir melhor oferta e projeto | Consórcio | 2012 | Consórcio | |
| 3.1.3 Encaminhar solicitação de verba para executar o projeto contratado do City Móvel | Elaborar documento com justificativas | Conseguir verba para executar o projeto | Consórcio/GT Turismo | 2012 | Não tem | |
| 3.1.4 Executar o projeto | Executar o projeto em todas as suas especificações (aquisição do veículo, regras para sua utilização, espaço para guardar o veículo etc.) | Tornar real o projeto de divulgação de informações turísticas em eventos dos 7 municípios | Consórcio/GT Turismo/ Empresas privadas contratadas | 2012 a 2014 | Não tem | |
| 3.2 Articulação para adequação de espaços para eventos | Adequação dos espaços para eventos de Turismo do Grande ABC | Organizar e manter atualizado banco de dados sobre espaços de eventos existentes na região/divulgar as informações sobre espaços para eventos/propiciar a adequada captação de eventos para a região | GT Turismo/Prefeituras/ setor privado/Governo Federal | 2015 a 2017 | Não tem | |
| 3.3 Implantação de sinalização Turística Regional | | | | | | |
| 3.3.1 Captação de Recursos para confecção do material | Elaborar documento com justificativas | Conseguir verba para executar o projeto | Consórcio/GT Turismo/Mtur/ Governo Estadual/Prefeituras | jan/11 | Não tem | |
| 3.3.2 Licitação para contratação de empresa que confeccionará o projeto de Sinalização | Realização de Concorrência Pública | Conseguir melhor oferta e projeto | Consórcio | 2012 | Consórcio | |

| EIXO ESTRUTURANTE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL | | | | | | |
|---|--|---|--|--------------------|--|--|
| Grupo de Trabalho Turismo | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 3.3.3 Encaminhar solicitação de verba para executar o projeto contratado de Sinalização | Elaborar documento com justificativas | Conseguir verba para executar o projeto | Consórcio/GT Turismo | 2013 | Consórcio/GT Turismo | |
| 3.3.4 Implementação do projeto de Sinalização | Executar o projeto em todas as suas especificações (confeção e instalação de placas sobre roteiros turísticos da região) | Tornar real o projeto de divulgação de informações turísticas em eventos dos 7 municípios | Mtur/Prefeituras/ Secretarias Municipais/ Desenvolvimento Econômico/Meio Ambiente/Turismo e Cultura | 2012 a 2014 | Não tem | |
| 3.4 Fortalecimento do Turismo Cultural | 3.4.1. Levantamento de dados dos equipamentos culturais | Fortalecer o Turismo Cultural na Região, por meio da formação de produtos turísticos e da promoção segmentada e especializada | GT Turismo/ Prefeituras | 2015 | Não tem | |
| | 3.4.2 Formação de Roteiros turísticos históricos e culturais na região e Fam Tur interno para teste dos roteiros | Fortalecer o Turismo Cultural na Região, através da formação de produtos turísticos e da promoção segmentada e especializada | GT Turismo/Bureaus Municipais/ Prefeitura | 2015 | Consórcio/ Prefeituras/ Parceiros | Necessário locação de ônibus para transporte dos membros do GT |
| | 3.4.3 Articulação com os equipamentos culturais | Fortalecer o Turismo Cultural na Região, através da formação de produtos turísticos e da promoção segmentada e especializada | Prefeituras/Agências/ Parceiros | 2015 | Não tem | |
| | 3.4.4 criação de material impresso específico para este segmento com informações sobre atrativos, calendários de eventos artesanato, hospedagem, alimentação, acesso, história, características da região, entre outros. Foco em atrativos como museus, centros culturais, casario histórico, vila de Paranapiacaba, entre outros. | Fortalecer o Turismo Cultural na Região, através da formação de produtos turísticos e da promoção segmentada e especializada | GT Turismo/Consórcio/ Prefeituras/ Secretarias de Cultura/equipamentos turísticos que se interessarem de participar dos roteiros | 2015/2016 | Mtur/Consórcio/ Prefeitura /Empresas ligadas ao setor cultural/ equipamentos turísticos que se interessarem de participar dos roteiros | |
| | 3.4.5. Idealizar e orçar a arte, escolhendo o tipo de peça publicitária a ser utilizada | Fortalecer o Turismo Cultural na Região, através da formação de produtos turísticos e da promoção segmentada e especializada | GT Turismo/ Consórcio | 2016 | Não tem | |
| | 3.4.6. Captar verba para confecção do material impresso | Fortalecer o Turismo Cultural na Região, por meio da formação de produtos turísticos e da promoção segmentada e especializada | Consórcio/Prefeituras/Petróbrás/Governos Estadual e Federal/Iniciativa Privada | 2016 | Não tem | |
| | 3.4.7 Distribuição do material impresso | Conseguir a verba | Prefeituras/Agências/ Bureaus/Consórcio | 2017 | Não tem | |
| | 3.4.8. Rodadas de negócios com agências de fora da região, especializadas no segmento. | Fortalecer o Turismo Cultural na Região, por meio da formação de produtos turísticos e da promoção segmentada e especializada | Agencias/Consórcio/ Parceiros | 2017 | Não tem | |

| EIXO ESTRUTURANTE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL | | | | | | |
|--|---|--|--|--------------------|--|--|
| Grupo de Trabalho Turismo | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 3.4 Fortalecimento do Turismo Cultural | 3.4.9. Fam. tours com agentes | Fortalecer o Turismo Cultural na Região, por meio da formatação de produtos turísticos e da promoção segmentada e especializada | GT Turismo/ Parceiros/Consórcio | 2017 | Consórcio | Necessário locação de ônibus para transporte dos membros do GT |
| | 3.4.10. Envio de release a mídias especializadas, como revistas, sites, e jornais das áreas de história e cultura. | Fortalecer o Turismo Cultural na Região, através da formatação de produtos turísticos e da promoção segmentada e especializada | Consórcio | 2017 | Não tem | |
| 3.5 Capacitação de Mão de obra específica | 3.5.1 Fomento a capacitação em línguas | Fomentar a capacitação da comunidade a atividade turística em línguas com o intuito de melhorar a recepção a turistas estrangeiros, principalmente durante a Copa de 2014 | MTur/Parceiros | 2012 | Não tem | Cursos on line(Mtur e OSCIPS) |
| | 3.5.2 Fomento a Capacitação de guias e condutores regionais | Capacitação da mão de obra regional para atender demanda | MTur/Parceiros | 2012 | Não tem | Cursos on line(Mtur e OSCIPS) |
| | 3.5.3 Fomento a capacitações específicas | Melhorar a qualidade do produto turístico,fomentar a qualificação de mão de obra dos equipamentos turísticos, fomentar a capacitação de novos profissionais da área turística, inserindo-os no mercado | MTur/Parceiros | 2012 | Não tem | Cursos on line(Mtur e OSCIPS) |
| | 3.5.4 Desenvolvimento do modelo de cartilha | Desenvolver ferramenta no modelo de cartilha para elaboração de projetos de captação de recursos/capacitar gestores públicos para a elaboração de captação de recursos | SEBRAE/Prefeituras | 2018 a 2020 | Consórcio | |
| 3.6 Elaboração de estudos | 3.6.1 Elaboração de estudo de capacidade de suporte de atrativos e trilhas nas UCS Regionais | Determinar a capacidade de suporte de atrativos e trilhas nas UCS Regionais | Órgãos municipais e Estaduais de Meio Ambiente/Prefeituras/ Universidades/ Consórcio | 2018 | Órgãos municipais e Estaduais de Meio Ambiente/prefeituras/Universidades/ Consórcio/Mtur | |
| | 3.6.2 Elaboração de estudo de capacidade de suporte de atividade de turismo náutico na represa Billings | Determinar a capacidade de suporte da represa Billings, para atividades náuticas | Órgãos municipais e Estaduais de Meio Ambiente/Prefeituras/ Universidades/ Consórcio | 2018 | Órgãos municipais e Estaduais de Meio Ambiente/Prefeituras/Universidades/ Consórcio/Mtur | |
| | 3.6.3 Elaboração de estudos de negócios para o turismo regional | Dotar o GT Turismo Regional de ferramenta específica para atuar na atração de investidores | SEBRAE(orientação) | 2016 | Consórcio/Setor privado/Petrobras/ Outros | |
| | 3.6.4 Elaboração de estudo e implementação de Centro Regional multiuso | Dotar a região de um espaço estratégico de eventos regionais | Governo Federal. Governo Estadual, Prefeituras e Consórcio | 2018 a 2020 | Governo Federal e Parcerias Público-Privadas (PPP) | |
| 3.7 Sensibilização da comunidade quanto a recepção de turistas | 3.7.1 Reuniões e oficinas com a comunidade sobre conceitos e aspectos básicos sobre o Turismo e seus impactos na comunidade | Sensibilizar a comunidade sobre os aspectos positivos da atividade turística e da necessidade de receber os visitantes da forma correta | GT Turismo/Consórcio | 2012 a 2013 | GT Turismo/Prefeituras / Iniciativa Privada | |

| EIXO ESTRUTURANTE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL | | | | | | |
|--|--|---|---|--------------------|-----------------------------------|--|
| Grupo de Trabalho Turismo | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 3.7 Sensibilização da comunidade quanto a recepção de turistas | 3.7.2 Incentivo à visitação de atrativos Turísticos da região por turistas de negócios | Aproveitar o fluxo de turistas de negócios na região, para aumentar a visitação a atrativos culturais, naturais e de lazer | Agências e operadoras de viagens e turismo, empresários locais e de outras regiões do estado, Secretarias Municipais de Cultura e Meio Ambiente | Contínuo | Mtur/Petrobrás/Iniciativa Privada | |
| | | | | | | |
| 3.8 Fomento ao Desenvolvimento das associações representativas de classe relacionadas ao Setor Turístico | 3.8.1 Fortalecer as associações representativas de classe relacionadas ao setor Turístico buscando integrar suas atuações às ações do GT Turismo regional para alinhamento de esforços, visando o desenvolvimento turístico regional | Orientação das associações representativas de classe relacionada ao setor turístico | GT Turismo/Consórcio/ Associações de classe de setores relacionados ao turismo do setor privado, como: ABAV, ABRASEL etc. | 2012 a 2013 | Não tem | |
| | 3.8.2 Apoio à formação de APLs de turismo | Apoiar a estruturação de arranjos produtivos locais para o turismo | SEBRAE/Consórcio/ GT Turismo/Prefeituras/ Agência Des. Econ. ABC | 2015 a 2017 | Mtur/SEBRAE/ Consórcio | |
| | 3.8.3 Revisão das legislações municipais de incentivo ao Turismo | Otimizar a situação de incentivos para novos investidores no setor turístico | Consórcio/Câmaras Municipais /Prefeituras | 2015 a 2017 | Consórcio | |
| | 3.8.4 Organização do calendário de eventos regionais | Organizar banco de dados dos eventos da região do ABC, visando divulgá-los e conciliar a realização, evitando a sobreposição de eventos nos sete municípios | Consórcio/GT Turismo/GT Cultura/ GT Esporte | 2011 | Prefeituras e Consórcio | |
| | | | | | | |
| 3.9 Adequação e regularização de Equipamentos Turísticos | 3.8.1 Regulamentação da qualidade em estabelecimentos turísticos | Contribuir para o aumento da qualidade dos serviços e produtos turísticos na região, por meio de ações focadas na qualificação de pessoas e de empreendimentos | Instituto de Hospitalidade, Mtur, SEBRAE, Programa Bem Receber/GT Turismo/Consórcio | 2015 a 2017 | MTur/Setor Privado | www.bemreceber.org.br |
| | 3.8.2 Regularização dos equipamentos e profissionais turísticos | Regularizar prestadores de serviços turísticos que não estejam em condições regulares de funcionamento | Consórcio/GT Turismo/SEBRAE/ Agência Desenvolvimento Econômico ABC | 2015 a 2017 | MTur/Consórcio | |
| | 3.8.3 Modelo de otimização gerencial (MOG) para estabelecimento relacionado à prestação de serviços turísticos | Promover o Desenvolvimento sustentável da região, melhorar a qualidade do produto turístico regional, valorizar os atrativos naturais da região monitorando seu desenvolvimento sustentável, etc. | Consórcio/GT Turismo | 2015 a 2017 | SEBRAE/MTur | |

GT TRABALHO E RENDA

| EIXO ESTRUTURANTE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO REGIONAL | | | | | | |
|--|---|---|--|--|--|-------------------------|
| Grupo de Trabalho e Renda | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 1. Desenvolvimento da Economia Solidária Regional | 1.1 Realizar Diagnóstico da Economia Solidária. | Identificar a situação da Economia Solidária na região | GT Trabalho e Renda/ Consórcio/ Senais/ Sistema "S"/ Universidades/ Entidades de apoio | 2011 | Governos Federal e Municipais | |
| | 1.2 Capacitar Grupos e Gestores de Economia Solidária | Elaborar capacitação específica para grupos e gestores de Economia Solidária. | GT Trabalho e Renda/ Consórcio/ Senais/ Sistema "S"/ Universidades/ Entidades de apoio | Contínuo | Governos Federal e Municipais | a partir do diagnóstico |
| | 1.3 Articular a reestruturação do Fórum Regional de Economia Solidária. | Fortalecer a atuação do Fórum | GT Trabalho e Renda/ Consórcio/ Sociedade Civil/ Entidades de Apoio/ Empreendimentos/ Mídia | 2011 | Governos Federal e Municipais | |
| | 1.4 Dar visibilidade à Economia Solidária | Fomentar a comercialização, incentivar a troca de conhecimentos e da solidariedade, e propiciar o conhecimento pela sociedade | GT Trabalho e Renda/ Consórcio/ Sociedade Civil/ Entidades de Apoio/ Empreendimentos/ Mídia | Contínuo | Governos Federal e Municipais | |
| 2. Qualificação Mão de Obra | 2.1 Realizar um Diagnóstico da Qualificação Profissional | Identificar as ações e demandas existentes na região para o mercado de trabalho. | GT Trabalho e Renda/ GT Educação/ Consórcio/ Universidades/ Institutos de pesquisas/ Sindicatos/ Iniciativa Privada | 2012 | Governos Federal, Estadual e Municipais/ Iniciativa Privada | |
| | 2.2 Elaborar e implantar um Plano Regional de Qualificação | Organizar a estratégia de qualificação da mão de obra de acordo com a demanda regional. | GT Trabalho e Renda/ GT Educação/ Consórcio/ Universidades/ Institutos de Pesquisas/ Sindicatos/ Iniciativa Privada/ Sistema "S" | elaboração a partir do diagnóstico; implantação contínua | Governos Federal, Estadual e Municipais/ Iniciativa Privada/ Sistema "S" | |
| | 2.2.1 Articular as instituições de qualificação públicas e privadas. | Implantar o Plano Regional de Qualificação | GT Trabalho e Renda/ Consórcio/ Universidades e Escolas Técnicas (públicas e privadas)/ Sistema "S" | 2013 | não tem | |
| | 2.2.2 Elaborar agenda Regional para Qualificação Profissional. | Implantar o Plano Regional de Qualificação | GT Trabalho e Renda/ Consórcio/ Universidades e Escolas técnicas (públicas e privadas)/ Sistema "S" | 2013 | não tem | |
| 3. Observatório Regional | 3.1 Criar ou implantar Observatório Regional do Trabalho e Emprego | Realizar o monitoramento do mercado e das condições de trabalho e do emprego | GT Trabalho e Renda/ Consórcio/ Institutos de pesquisa/ Universidades/ Sindicatos/ Governos Federal e Estadual/ OIT | 2011 | Consórcio/ Prefeituras/ Iniciativa Privada | |
| 4. Turismo e Eventos | 4.1 Verificar o calendário regional de Turismo e Eventos | Identificar as oportunidades de emprego, trabalho e renda | GT Trabalho e Renda/ GT Turismo e os demais GT's/ Consórcio | Contínuo | não tem | |
| | 4.2 Realizar diagnóstico do potencial do artesanato regional e organizar Feira Regional de Artesanato | Promover o artesanato e a geração de trabalho e renda | GT Trabalho e Renda/ Consórcio/ Senais/ Sistema "S"/ Entidades de apoio | 2013 | Governos Federal e Municipais | |

| EIXO ESTRUTURANTE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL | | | | | | |
|--|--|--|---|--------------------|---|------------|
| Grupo de Trabalho e Renda | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 5. Trabalho Decente | 5.1 Incentivar a construção de agenda de ações e compromissos do Trabalho Decente. | Promover o Trabalho Decente | GT Trabalho e Renda/ Consórcio/ M.T.E/ OIT | 2013 | Governos Federal e Municipais | |
| | 6.1 Unificar os cadastros dos centros públicos de emprego. | Possibilitar ao trabalhador e ao empregador da região o acesso às oportunidades de emprego | GT Trabalho e Renda/ Consórcio/ Governos Federal, Estadual e Municipais/ Sindicatos/ Iniciativa Privada | 2013 | Governos Federal, Estadual e Municipais | |
| 6. Intermediação pública de Mão de Obra | 6.2 Facilitar a parceria com empresas para encaminhar aprendizes e pessoas com deficiência | Possibilitar a estes trabalhadores e ao empregador da região o acesso às oportunidades de emprego | GT Trabalho e Renda/ Consórcio/ GT Pessoas com Deficiência/ GT Criança Prioridade I | Contínuo | não tem | |
| | 6.3 Interação com grupos de RH da região. | Possibilitar aos trabalhadores e aos empregadores da região o acesso às oportunidades de emprego | GT Trabalho e Renda/ Consórcio/ FIESP/ Associações comerciais/ Associações de RH/ Prefeituras | Contínuo | não tem | |
| 7. Empreendedorismo | 7.1 Incentivar o Empreendedorismo na Região | Ampliar as oportunidades de trabalho e geração de renda na região | GT Trabalho e Renda/ Consórcio/ SEBRAE | Contínuo | SEBRAE/ FIESP/ Consórcio/ Prefeituras/ Associações comerciais | |
| | 7.2 Fortalecer políticas Regionais de Formalização. | Acesso à seguridade social e incremento da arrecadação | GT Trabalho e Renda/ Consórcio/ Associações Comerciais/ Universidades | Contínuo | não tem | |
| | 7.3 Criar mecanismos para aproximar os pequenos empresários do poder público. | Melhorar a relação entre poder público e empreendedores levando as oportunidades ofertadas | GT Trabalho e Renda/ Consórcio/ SEBRAE | Contínuo | SEBRAE/ FIESP/ Consórcio/ Prefeituras/ Associações comerciais | |
| 8. Desenvolvimento da Economia Solidária regional | 8.1 Criar núcleo regional de incubação de cooperativas - Economia Solidária | Elaborar metodologia regional de incubação de cooperativas de economia solidária e promover a Interação entre incubadoras. | GT Trabalho e Renda/ Consórcio/ Prefeituras/ Fóruns de Economia Solidária | 2015 | não tem | |

GT AUTOMOTIVO

| EIXO ESTRUTURANTE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO | | | | | | |
|---|--|---|--|--------------------|---|--|
| Grupo de Trabalho Automotivo | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Intrefaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 1. Obras Viárias | Obras Viárias e de Infraestrutura | Suportar exigências do crescimento logístico em função dos altos volumes de produção das indústrias automobilísticas e de autopeças para os próximos anos, considerando a disponibilização do Rodoanel a partir de maio de 2010 . | Governos Municipais, Estadual, Federal, GT Mobilidade e GT Infraestrutura | 2019 | BID, PAC Governos Municipais, Estadual, Federal | Ações de curto prazo: Estudo de fluxos para identificação das principais demandas, atualização do estudo PIVIR 1 e 2 com validação regional. Médio Prazo: Viabilização de recursos financeiros. Longo prazo: Concretização das obras |
| 2. Porto Seco | Construir EADI – Porto Seco | Simplificar procedimentos referentes a conferência e desembaraço aduaneiro. Armazenamento de mercadorias. | CNT, Governos Municipais, Estadual e Federal, SEST/SENAT, Empresas do setor logístico e do setor automotivo, | 2015 | Não tem | |
| 3. Porto de Santos | 3.1 Monitorar Acesso ao Porto de Santos | Eliminar gargalos e equilibrar a capacidade entre os acessos e as instalações portuárias. | Consórcio, CODESP, Governo Federal, Receita Federal | 2011 | Não tem | |
| | 3.2 Alterar Regimes e Horários de Trabalho no Porto de Santos | Eliminar o descompasso entre a carga horária do funcionamento do Porto de Santos , de um lado, e, de outro, as necessidades da cadeia produtiva da Região. | Consórcio, ANFAVEA, Sindipeças, CODESP, Governo Federal | Curto | Não Tem | |
| 4. Capacitação Logística | Criar Plano de Capacitação de Mão de Obra em Logística | Planejar a criação de novos cursos e aprimorar os já existentes na Região relacionados à logística. (Ex: Técnico, Graduação, Mestrado etc.) | Instituições de ensino técnico e superior | Contínuo | Não tem | |
| 5. Auxílio em Projetos | Criar mecanismo para atender o empresário que precisa elaborar projeto para captação de crédito para autopeças | Colaborar com o empresário que busca a captação de crédito na região e depara-se com elevadas cobranças de consultores para a realização de seus projetos. | Prefeituras do ABC, Consórcio, instituições financeiras, FINEP, Agência de Desenvolvimento | 2012 | Não tem | Capacitação de agentes públicos e ampliação dos pontos de atendimento. |
| 6. Eventos de Crédito | 6.1 Realizar evento sobre crédito para o setor | Informar periodicamente o empresário do setor instalado na Região. | Prefeituras do ABC, Agência de Desenvolvimento | Contínuo | Não tem | |
| | 6.2 Criar a Sociedade Garantidora de Crédito para o ABC | Ampliar o acesso ao financiamento para as empresas de menor porte. | SEBRAE/SP, BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Prefeituras do ABC | 2017 | Não Tem | |
| 7. Cadeia Automotiva | Criar Política de Qualificação Profissional | Fomentar a qualificação profissional para o setor automotivo. | SENAI, FATECs, Instituições de ensino da região, Universidades | Contínuo | Não tem | |

GT PROCON

| EIXO ESTRUTURANTE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL | | | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|---|-------------------------|
| Grupo de Trabalho Procon Regional | | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação | |
| 1. Participação em eventos nacionais e internacionais | 1.1 Fortalecimento da Região junto ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e aos organismos internacionais | Capacitação Técnica, Atualização de temas relacionados à Defesa do Consumidor | IDEC/ DPDC-MJ/ MP/ MPCON/ BRASILCON/ PROTESTE/ Consumers Internacional/ MERCOSUL | Contínuo | Consórcio | | |
| | 2. Congressos, Seminários e Cursos | 2.1 Congresso PROCONS Regional, ABCDMRR | Capacitação Técnica, Atualização de temas relacionados à Defesa do Consumidor; difundir as atribuições do PROCON na região | Universidades/ Sociedade Civil organizada/ Iniciativa Privada/ Governo Federal, Estadual e Municipal/ Poder Judiciário/ OAB | Contínuo | Universidades/ Sociedade Civil organizada/ Iniciativa Privada/ Governo Federal, Estadual e Municipal/ Poder Judiciário/ OAB | Início 2011/ Anualmente |
| | | 2.2 Seminário de Defesa do Consumidor | Capacitação Técnica, Atualização de temas relacionados à Defesa do Consumidor; difundir as atribuições do PROCON na região | Universidades/ Sociedade Civil organizada/ Iniciativa Privada/ Governo Federal, Estadual e Municipal/ Poder Judiciário/ OAB | Contínuo | Universidades/ Sociedade Civil organizada/ Iniciativa Privada/ Governo Federal, Estadual e Municipal/ Poder Judiciário/ OAB | Início 2011/ Anualmente |
| 2.3 Curso de Direito do Consumidor e Educação para o Consumo | | Conscientizar os consumidores, fornecedores e demais interessados | Universidades/ Sociedade Civil organizada/ Iniciativa Privada/ Governo Federal, Estadual e Municipal/ Poder Judiciário/ OAB | Contínuo | Universidades/ Sociedade Civil organizada/ Iniciativa Privada/ Governo Federal, Estadual e Municipal/ Poder Judiciário/ OAB | Início 2011/ Anualmente | |
| 3. Divulgação para visibilidade das ações do GT PROCON | 3.1 Criação de assessoria de imprensa | Dar publicidade às ações e informar o público em geral de seus direitos e deveres | Consórcio/ Mídia da Região | 2011 | Consórcio/ Fundação Procon Estadual | | |
| | 3.2 Criação da página GT PROCON no site do Consórcio | Dar publicidade às ações e informar o público em geral de seus direitos e deveres | Consórcio/ Mídia da Região | 2011 | Consórcio | | |
| 4. Impressos e Periódicos | 4.1 Cartilha informativa sobre Direitos do Consumidor | Prevenção e Educação para o consumo | Universidades/ Sociedade Civil organizada/ Iniciativa Privada/ Governo Federal, Estadual e Municipal/ OAB/ Entidades de Classe | 2012 | Universidades/ Sociedade Civil organizada/ Iniciativa Privada/ Governo Federal, Estadual e Municipal/ OAB/ Entidades de Classe | | |
| | 4.2 Periódico on-line com artigos e notícias de Direito do Consumidor | Prevenção, Educação e Conscientização para o consumo | Consórcio/ Universidades/ Sociedade Civil organizada/ Iniciativa Privada/ Governo Federal, Estadual e Municipal/ OAB/ Entidades de Classe | 2012 | Consórcio/ Universidades/ Sociedade Civil organizada/ Iniciativa Privada/ Governo Federal, Estadual e Municipal/ OAB/ Entidades de Classe | | |
| 5. Parcerias órgãos | 5.1 Firmar parcerias para pesquisas (específicos) | Dar suporte aos PROCONS | Institutos de pesquisa/ Universidades | 2011 | Consórcio/Iniciativa privada | | |
| | 5.2 Contratação e/ou parceria para assessoramento técnico - cálculos contábeis/econômicos, laudos médicos, laudos sociais, engenharia, etc... | Dar suporte técnico | Entidades de Classe/ Universidades/ Institutos públicos/ INMETRO/ IPEM/ entre outros | 2012 | Consórcio/Iniciativa privada | | |

| EIXO ESTRUTURANTE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL | | | | | | |
|--|---|---|---|--------------------|---|---|
| Grupo de Trabalho Procon Regional | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 6. Projeto Superendividamento | 6.1 Estudo e adequação para o projeto do superendividamento | Trazer a discussão do superendividado para o GT PROCON | Interface com outros GT's/ Judiciário/ OAB/ Associação comercial | 2011 | não tem | |
| | 7.1 Solicitar à Assembleia Geral a estruturação dos PROCONS, p/ que a fiscalização seja efetuada (equipe + carro) | Fiscalização em âmbito regional para conseguir receitas próprias | Consórcio/ Prefeituras - PROCONS/ Fundação PROCON | 2011 | Prefeituras/ Consórcio/ PROCONS | Busca do autofinanciamento dos PROCONS através das receitas providas do ato de infração |
| 8. Programa do Consumidor | 8.1 TV PROCON | Difundir e conscientizar a Defesa do Consumidor através de um programa institucional em diversas mídias | Consórcio/ Emissoras de Comunicação e Radio da região | 2012 | não tem | |
| 9. Desenvolvimento Software | 9.1 Contratação técnico para desenvolvimento de software | Desenvolver tecnologia para atendimento on-line compatibilizando os PROCONS das região | Arranjo Produtivo Local de TI (USCS)/ Universidades/ SEBRAE/ Iniciativa Privada/Prefeituras | 2014 | Arranjo Produtivo Local de TI (USCS)/ Universidades/ SEBRAE/ Iniciativa Privada/Prefeituras | |
| 10. Observatório Social | 10.1 Criar o observatório social das relações de consumo | Identificar e tratar as principais demandas com relação ao consumo da região | Universidades/ Entidades de Classe/ MP/ OAB | 2015 | Consórcio/ Prefeituras | |
| 11. Sede Regional do Procon | 11.1 Construção de uma sede com auditório e salas de treinamento | Facilitar e concentrar as ações regionais dos PROCONS | Governo Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada | 2018 | Governo Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada | |

Eixo de Atuação Desenvolvimento Urbano e Gestão Ambiental

Finalidade

- promover o desenvolvimento urbano e habitacional;
- desenvolver ações de requalificação urbana com inclusão social;
- desenvolver atividades de planejamento e gestão ambiental;
- atuar pela implantação de um sistema integrado de gestão e destinação final de resíduos sólidos industrial, residencial, da construção civil e hospitalar;
- promover a articulação regional dos planos diretores e legislação urbanística;
- desenvolver atividades de controle e fiscalização integrada das ocupações de áreas de manancial, com participação da sociedade civil no processo de monitoramento;
- desenvolver atividades de educação ambiental;
- executar ações regionais na área de recursos hídricos e saneamento;
- criar instrumentos econômicos e mecanismos de compensação para a gestão ambiental;
- estabelecer programas integrados de coleta seletiva do lixo, reutilização e reciclagem.

Grupos de Trabalho que compõe o eixo

- ✓ Meio Ambiente
- ✓ Planejamento Urbano
- ✓ Inspeção Veicular
- ✓ Lei Específica
- ✓ Resíduos Sólidos



GT MEIO AMBIENTE

| EIXO ESTRUTURANTE DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO AMBIENTAL | | | | | | |
|---|--|--|--|-------------------|---|--|
| Grupo de Trabalho Meio Ambiente | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes / Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusã | Origem do Recurso | Observação |
| 1. Saneamento Ambiental | Compatibilizar os planos municipais de saneamento previstos na Lei Federal 11.445 | 1.A) Realizar Diagnósticos municipais (criação lei / decreto, água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos) | Consórcio/GT Meio Ambiente/Prefeituras/Empresas de Saneamento/MMA/Governo do Estado/Instituições de Ensino Superior | 2011 | FEHIDRO Prefeituras Min. Cidades | Parceria com GT Resíduos Sólidos |
| | | 1.B) Discutir alternativas regionais para compatibilização dos temas água, drenagem, esgoto e resíduos sólidos | GT Meio Ambiente/Consórcio/GT Resíduos Sólidos/GT Infraestrutura/GT Planejamento Urbano | 2011 | Não tem | Parceria com GT Resíduos Sólidos Ação posterior ao diagnóstico |
| | | 1.C) Elaborar Plano de compatibilização regional de Saneamento Ambiental | GT Meio Ambiente/Consórcio / GT Resíduos Sólidos / GT Infraestrutura / GT Planejamento Urbano / Instituições de Ensino Superior | 2012 | FEHIDRO Prefeituras Min. Cidades | Parceria com GT Resíduos Sólidos |
| 2. Plano de Controle da Qualidade do Ar | 2.1 Definir uma agenda para enfrentamento da poluição do ar | Identificar todas as fontes geradoras de poluição do ar | CETESB /Consórcio/Gt Meio Ambiente/Institutos de Pesquisa/Prefeituras | 2012 | Iniciativa Privada / Prefeituras / Governos Estadual e | Parcerias com GTs do Consórcio |
| | 2.2 Ações de Mitigação e Fiscalização | Propor políticas de controle para as fontes geradoras de poluição do ar | CETESB/Consórcio/GT Meio Ambiente/Institutos de Pesquisa/Prefeituras/Câmaras Municipais | 2013 | não tem | Parcerias com GTs do Consórcio |
| 3. Lei Especifica | Compatibilização à Lei Especifica | Realizar Diagnósticos municipais referentes à compatibilização das legislações municipais à Lei Especifica (13.579/09) | Consórcio/GT Meio Ambiente/Secretaria do Meio Ambiente do Gov. Estado/Câmaras Municipais/Subcomitê Billings | 2011 | não tem | GT Lei especifica - Levantamento de leis e seus prazos já previstos |
| 4. Agenda Ambiental na Administração Pública | 4.1 Criar Agenda Ambiental no Administração Pública no Grande ABC | Analisar / Compilar as agendas ambientais existentes para a criação de uma regional | Prefeituras/Consórcio/GT Meio Ambiente/Economia Mista/Governos Federal e Estadual/Instituições de Ensino Superior/Iniciativa Privada | 2011 | Governos Federal e Estadual | Parceria GT Resíduos Sólidos |
| | 4.2 Divulgação da proposta do Ministério do Meio Ambiente | Incentivar os municípios implementarem a agenda ambiental na administração pública (A3P) | Prefeituras/Consórcio/GT Meio Ambiente/Economia Mista/Governos Federal e Estadual/Iniciativa Privada | 2012 | Governos Federal e Estadual | |
| 5. Plano Regional das APPs | Definir critérios de atuação nas APPs a partir de discussão das legislações e plano em vigor | 5.A) Levantar as APPs da região e verificar suas conformidades | Governo Estadual/Prefeituras/Consórcio/Gt Meio Ambiente/Emplasa/Institutos de Ensino/Iniciativa Privada | 2012 | Governos Estadual Federal / Prefeituras / Emplasa / Institutos de Ensino / Iniciativa Privada | |
| | | 5.B) Acompanhar alterações do Código Florestal e sua influência na região | GT Meio Ambiente/Consórcio | 2011 em diante | não tem | |
| | | 5.C) Discutir a aplicação do Código Florestal e Planos Diretores Municipais da região | GT Meio Ambiente/ Consórcio/SMA/ Prefeituras | em aberto | não tem | a partir do prazo de publicação da lei, os trabalhos serão iniciados |
| | | 5.D) Realizar formação de técnicos municipais quanto às APPs | GT Meio Ambiente/Consórcio/Governo Estadual/Prefeituras/Emplasa/ Institutos de Ensino/Iniciativa Privada | 2011 | Consórcio / Prefeituras / Instituições de Ensino Superior | O primeiro prazo prevê a capacitação considerando as orientações em vigor |
| 6. Delegacia Ambiental | Implantar delegacias de crimes ambientais que supram a demanda regional | Articular a criação de delegacias ambientais que cubram toda a região | Governo Estadual/Consórcio/GT Meio Ambiente/Prefeituras | 2013 | não tem | dois existentes (São Bernardo e Diadema) |
| 7. ZEEs | Elaboração de um zoneamento ambiental regional | Analisar os zoneamentos existentes e propor um com caráter regional | Prefeituras/Consórcio/GT Meio Ambiente | 2011 | não tem | Discussão sobre a zona de amortecimento do parque estadual da serra do mar |

GT PLANEJAMENTO URBANO

| EIXO ESTRUTURANTE DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO AMBIENTAL | | | | | | |
|---|--|---|---|--------------------|--|---|
| Grupo de Trabalho Planejamento Urbano | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 1. Plano Diretor Regional | 1.1 Elaborar um plano de uso e ocupação regional | Estudar a compatibilização do uso e ocupação do solo dos diferentes municípios. Aumentar a permeabilidade do solo | GT Planejamento Urbano/ Municípios/ EMLPLASA | 2013 | Governos Federal, Estadual e Municipal | Pendência sobre a forma de participação dos conselhos |
| | 1.2 Definição de diretrizes regionais de regularização fundiária | Orientação dos Municípios | Consórcio/ GT Planejamento Urbano/ OAB/ ANOREG | 2012 | não tem | |
| | 1.3 Consolidar o mapeamento regional das áreas de risco e desocupadas. | Orientar um plano regional para a intervenção em áreas de risco | Consórcio/ GT Planejamento Urbano/ Instituições de ensino e pesquisa | 2012 | Governo Federal, Estadual e Municipal/ Empresas Públicas | Amarração com o GT Defesa Civil |
| | 1.4 Atualização dos estudos e discussões sobre divisas. | Redefinição dos limites regionais em áreas de conflito | Consórcio/ GT Planejamento Urbano/ Governo do Estado | 2011 | não tem | |
| | 1.5 Definição de diretrizes regionais sobre Adensamento | Definir um adensamento compatível com a capacidade de suporte | Municípios/ Consórcio/GT Planejamento Urbano/ EMLPLASA | 2011 | não tem | |
| | 1.6 Definição de diretrizes regionais relativas à mobilidade urbana e à articulação com a região metropolitana | Articular o planejamento do sistema de mobilidade dos vários municípios | Consórcio/GT Planejamento Urbano/GT Mobilidade | 2012 | não tem | Trabalhar em conjunto com o GT Mobilidade |
| 2. Criação de Agência Reguladora de Saneamento Ambiental | Formulação dos estudos de viabilidade de criação da Agência de Saneamento Ambiental | Integrar a legislação e as operações de saneamento em nível regional. | Consórcio/ GT Planejamento Urbano/ Municípios/ Governo Federal | 2011 | Governo Federal | |
| 3. Habitação | Definir diretrizes para uma política regional de habitação | Definição de política regional | GT Planejamento Urbano/ Governos Federal, Estadual, Municipal/ Consórcio | 2012 | não tem | Prioridade para HIS |
| 4. Transporte | 4.1 Diagnóstico regional dos impactos intraurbanos do Rodoanel | Orientar políticas públicas regionais e municipais | Consórcio/ GT Planejamento Urbano/Universidades/ ONG's | 2011 | Consórcio | |
| | 4.2 Instrumentalizar ação política junto ao Governo do Estado por parte do Consórcio | Cumprimento das contrapartidas e ações previstas pelo Governo do Estado aos Municípios | Consórcio/ GT Planejamento Urbano/ | 2011 | não tem | |
| 5. Acompanhamento das ações regionais de saneamento | Construir articulação entre os GT's envolvidos e com os organismos de planejamento metropolitano | Aportar visão de planejamento urbano nas decisões sobre saneamento regional | GT Planejamento Urbano/Consórcio/ GT Infraestrutura/ GT Meio Ambiente/ EMLPLASA/ SABESP/ CETESB | contínuo | não tem | Trabalhar em conjunto com os GT's pertinentes |
| 6. Monitoramento Regional do Desenvolvimento Urbano | 6.1 Construir indicadores regionais urbanos e comparar com os metropolitanos | Medir desempenho | GT Planejamento Urbano/ Consórcio/Governo Federal e Estadual/ Instituições de Ensino e Pesquisa | 2014 | Financiamento externo/ Consórcio/ Governo Federal e Estadual | |
| | 6.2 Implantar Observatório Regional | Análise e avaliação das políticas públicas do desenvolvimento urbano. | Consórcio/ GT Planejamento Urbano/ Instituições de Ensino e Pesquisa | 2014-2017 | Financiamento externo/ Consórcio/ Governo Federal e Estadual | Estimular a continuidade das ações regionais |
| 7. Sistema Regional de Gestão Urbana Integrada | Avaliar e buscar integrar permanentemente as ações estratégicas dos vários programas/ projetos anteriores | Garantir a consolidação dos instrumentos das ações de curto e médio prazo | GT Planejamento Urbano/ Consórcio/ Instituições de Ensino e Pesquisa | contínuo | Financiamento externo/ Consórcio/ Governo Federal e Estadual | |

GT INSPEÇÃO VEICULAR

| EIXO ESTRUTURANTE DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO AMBIENTAL | | | | | | |
|--|---|---|--|--------------------|--|---|
| Grupo de Trabalho Inspeção Veicular | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ações | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 1. Implementação do Programa de Inspeção Veicular | 1.1 Definir parâmetros P/IM | Estabelecimento da forma e padrão de atendimento | Governo do Estado/ Consórcio | 2011 | não tem | |
| | 1.2 Elaborar estudo de viabilidade econômica | Definição dos parâmetros do IM / estabelecimento do preço público máximo | Governo do Estado/ Consórcio | 2011 | Consórcio/ Organismos públicos e empresas privadas/ outros agentes | sem a contratação deste estudo não há possibilidade de dar andamento no projeto |
| | 1.3 Elaborar modelo de gestão do IM | Definição das atribuições do Consórcio, das Prefeituras e dos demais envolvidos | Consórcio/ GT Inspeção Veicular | 2011 | não tem | |
| | 1.4 Elaborar Termo Referência para licitação | Criar diretrizes das partes para contratação | Consórcio/ GT Inspeção Veicular | 2011 | | Se o estudo de viabilidade for finalizado no 1º sem. de 2011 / poderá haver a necessidade de contratação de consultoria |
| | 1.5 Realizar a licitação | Contratação da Concessão | Consórcio/ GT Inspeção Veicular | 2012 | não tem | licitações com exigências de empresas certificadas ambientalmente |
| | 1.6 Reestruturar Consórcio para Gestão (equipe, TI, ponte com o DETRAN, base legal) | Operacionalização do Programa | Consórcio/ GT Inspeção Veicular | 2012-2013 | Consórcio / Concessionária | |
| | 1.7 Iniciar a Inspeção com a frota particular dos municípios e veículos oficiais | Mitigação dos impactos da poluição atmosférica veicular | Governo do Estado/ Consórcio/GT Inspeção Veicular | 2012-2013 | Concessionária | a Inspeção poderá ser iniciada de forma imediata ou gradativa (Diesel e OTTO) |
| | 1.8 Criar disque-denúncia de veículos poluidores | Canal de acesso junto à sociedade | Sociedade Civil e Poder Público | 2013 | Prefeituras | |
| | 1.9 Fiscalização de ruído veicular e fumaça preta (blitz) | Melhoria da qualidade ambiental e retirar de circulação os veículos que não atendem ao programa | Prefeituras / Polícia Militar | 2013 | Prefeituras | |
| 2 Programa de Conscientização para Inspeção Veicular | 2.1 Conscientizar a população sobre a importância da Inspeção Veicular | Educar a sociedade sobre os benefícios da Inspeção Veicular | Consórcio/ GT Inspeção Veicular/ Poder Público/ Empresas Públicas e Privadas/ entidades não governamentais/ Universidades / Concessionária | contínuo | Consórcio/ Poder Público/ Empresas públicas e privadas/ entidades não governamentais/ Universidades / concessionária | |
| | 2.2 Capacitação dos Gestores Públicos | Capacitar os gestores públicos através de seminários, cursos, congressos, simpósios, workshops, palestras, cooperação técnica, etc. | Consórcio/ GT Inspeção Veicular/ Poder Público / Universidades / Empresas Privadas | contínuo | Consórcio/ Poder Público/ Empresas públicas e privadas/ entidades não governamentais/ universidades / Concessionária | |
| 3 Monitoramento e aprimoramento do Programa de Inspeção Veicular | 3.1 atualização tecnológica | Garantir que novas tecnologias sejam implementadas no programa | Concessionária | contínuo | Concessionária | |
| | 3.2 Auditar o programa | avaliar a eficácia da Inspeção e Manutenção do Programa de Inspeção | Institutos de certificação e de pesquisa | contínuo | Consórcio (com subsídio da taxa) | |
| | 3.2 Efetuar a correlação de dados da saúde pública com a qualidade do ar | Avaliar o ganho ambiental com a implantação da Inspeção Veicular | Institutos de pesquisas/ centro de vigilância epidemiológica/ órgãos públicos e privados | contínuo | Consórcio (com subsídio da taxa) | |
| 4 Reavaliação dos resultados do Programa de Inspeção Veicular | 4.1 Garantir a eficácia do programa | Atingir o índice da qualidade do ar atestada como "boa regionalmente" por órgão competente | Consórcio/GT Inspeção Veicular | 2018-2020 | Consórcio e demais envolvidos | |

GT LEI ESPECÍFICA

| EIXO ESTRUTURANTE DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO AMBIENTAL | | | | | | |
|--|--|--|---|--------------------|------------------------------|---|
| Grupo de Trabalho Lei Específica | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 1. Adequação dos Planos Diretores | Adequação dos Planos Diretores Municipais à Lei Específica | Compatibilizar as legislações municipais com a Lei Estadual | Consórcio/ GT Lei Específica/Estado/ Municípios/ Câmaras Municipais/ Subcomitê Billings | 2011 | não tem | |
| 2. Criação das leis específicas para as Bacias Hidrográficas dos rios Guaiú e Taiaçupeba | Acompanhar e cobrar a elaboração de leis específicas para o GUAÍÓ e TAIACUPEBA e respectivos PDPA's | Atender ao determinado na Lei Estadual 9866/97 | Consórcio/ GT Lei Específica/Estado/ Municípios/ Câmaras Municipais/ Subcomitê Tietê-Cabeceiras/ AMAT | 2012 | não tem | |
| 3. Rodoanel | 3.1. Cobrar e acompanhar as ações previstas para implementação do Rodoanel (emergências) | Medidas compensatórias do trecho sul, implementadas. | Consórcio/ Município/ GT Lei Específica/ Subcomitê Billings e Tietê-Cabeceiras | 2011 (sul) | não tem | |
| | 3.2 Cobrar e acompanhar as ações previstas para implementação do Rodoanel (emergências) | Medidas compensatórias do trecho leste, implementadas. | Consórcio/ Município/ GT Lei Específica/ Subcomitê Billings e Tietê-Cabeceiras | 2014 (leste) | não tem | |
| 4. Agendas de Trabalho | Articular com o Subcomitê Billings - Tamanduatei para estabelecer trabalhos que não sejam redundantes. | Compatibilizar agendas para otimização dos trabalhos de cada instituição | Consórcio/GT Lei Específica/Municípios/ Subcomitê Billings | contínuo | não tem | |
| 5. Regularização de uso e ocupação do solo | Acompanhar a regularização do Uso e Ocupação - artigo 74 (Lei 13579/09) | Regularizar uso e atividades desconformes | Consórcio/GT Lei Específica/Municípios/ Subcomitê Billings | 2013 | não tem | |
| 6. PDPA Billings | Cobrar finalização do PDPA e sua divulgação | Cobrar o relatório de situação da qualidade ambiental da APRM-B. Gerenciamento da Bacia Billings | Consórcio/GT Lei Específica/Municípios/ Subcomitê Billings/ Estado/ SABESP/ CETESB/ EMAE/ EMLASA/ DAEE | 2011 | não tem | Relatório antecede o PDPA (art.116) |
| 7. SGI - Billings | Cobrar a implementação do Sistema Gerencial de Informações | Recebimento do banco de dados em funcionamento. | Consórcio/GT Lei Específica/Municípios/ Subcomitê Billings/ Estado/ SABESP/ CETESB/ EMAE/ EMLASA/ DAEE | 2011 | Consórcio/Municípios/ Estado | Cobrar do Estado Resolução prevista no art. 34 do decreto Estadual 55342/2010 |
| 8. Fiscalização Integrada | Acompanhar as ações e cobrar as atividades do Grupo de Fiscalização Integrada | Cobrar a efetividade da fiscalização integrada | Consórcio/GT Lei Específica/Municípios/ Subcomitê Billings/ Estado/ SABESP/ CETESB/ EMAE/ EMLASA/ DAEE/ Polícia Militar Ambiental | contínuo | não tem | Cobrar a resolução estabelecendo os procedimentos de fiscalização integrada |
| 9. PRIS - Programa de Recuperação de Interesse Social | Delimitação dos PRIS em cada Município | Cobrar a Identificação e o encaminhamento de áreas para regularização de habitação de interesse social | Municípios/Consórcio/GT Lei Específica | 2011 | não tem | Vencido em julho/2010 |
| 10. Criação do Escritório Regional | Cobrar a criação do órgão técnico APMR-B | Escritório Regional implementado | Consórcio/ GT Lei Específica/ Município/ Comitê e Subcomitê Billings/ FABHAT/ Estado | 2011 | não tem | Art.2º - parágrafo 6º |
| 11. Monitoramento da Qualidade da Água | Cobrar a implementação do Sistema de Monitoramento da Qualidade da Água | Sistema de monitoramento e acompanhamento da qualidade da água, em funcionamento | CETESB/ SMA/ Empresas Concessionárias | 2011 | não tem | |

| EIXO ESTRUTURANTE DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTAO AMBIENTAL | | | | | | |
|---|---|---|--|--------------------|-------------------|---------------------|
| Grupo de Trabalho Lei Especifica | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 12. Pesca e Agropecuária | Cobrar a criação do grupo interdisciplinar previsto no art. 29 do decreto | Regulamentação específica para atividades de pesca e agropecuária | Consórcio/ Municípios/ GT Lei Especifica/ Subcomitê/ Estado | jan/12 | não tem | |
| 13. Atividades poluidoras e impactantes | Cobrar a publicação do decreto regulamentador do art.65 | Identificar atividades potencialmente poluidoras e/ou impactantes | Consórcio/ Municípios/ GT Lei Especifica/ Subcomitê/ SMA/CETESB | jul/05 | não tem | |
| 14. Objetivos Principais da Lei | Acompanhamento dos programas e ações previstos na Lei | Avaliar do aumento da cobertura vegetal/ Avaliar redução de Carga Meta/ Acompanhar as ações do PDPA/ Acompanhar a regularização do Uso e Ocupação do Solo | Consórcio/ GT Lei Especifica/Municípios/ Estado/ Subcomitê | contínuo | não tem | |
| 15. Implantação do PRIS | Acompanhar a implantação dos PRIS | PRIS Implantados | Consórcio/ GT Lei Especifica/Municípios/ Estado/ Subcomitê | 2017 | não tem | |
| 16. Parâmetros Urbanísticos | Acompanhar a reavaliação dos parâmetros urbanísticos | Atender os objetivos da Lei | Consórcio/ GT Lei Especifica/ Municípios/ Estado/ Subcomitê | 2015 | não tem | |
| 17. PRIS | Avaliar a implementação dos PRIS | Porcentual de Ocupações regularizadas | Consórcio/ GT Lei Especifica/Municípios/ Estado/ Subcomitê/ Concessionárias/ Cartórios/ MP | 2020 | não tem | Meta a ser definida |

GT RESÍDUOS SÓLIDOS

| EIXO ESTRUTURANTE DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO AMBIENTAL | | | | | | |
|---|--|---|--|--------------------|--|--------------------------------|
| Grupo de Trabalho Resíduos Sólidos | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| Gestão da Informação e indicadores | Elaboração de inventário dos Resíduos Sólidos da região | Obter informações sobre a situação real do lixo - coleta, beneficiamento, processamento, destinação. | Consórcio/ GT Resíduos Sólidos/ Municípios/ Entes Governamentais/ Empresas privadas/ Instituições de Ensino e Pesquisa (IEP) | 2011 | Governo Federal, Estadual, Municipal/ Empresas Privadas | |
| | Realização de seminários/ cursos sobre novas tecnologias para aproveitamento dos resíduos sólidos | Manter atualizada a região das novas tecnologias do mercado e modelos para tomada de decisão, bem como Capacitação dos agentes sobre Lei Nacional de Resíduos | Consórcio/ GT Resíduos Sólidos/ Municípios/ Entes Governamentais/ Empresas privadas/ Instituições de Ensino e Pesquisa (IEP) | contínuo | Empresas Privadas/ Concessionárias | Seminários Anuais. |
| PPP (Parceria Público Privado) para gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos | Levantamento e planejamento para usina de compostagem | Destinação mais adequada, economia para os municípios e geração de renda | Consórcio/ GT Resíduos Sólidos/ Municípios/ Instituições de Ensino e Pesquisa (IEP) | 2011 | Consórcio/ Municípios/ Entes Governamentais/ Empresas privadas | |
| | Incentivar a coleta seletiva e reciclagem através de cooperativas e PPP | Implantação da reciclagem de forma a atingir progressivamente 5 e 10% do total | Consórcio/GT Resíduos Sólidos/Municípios/ Instituições de Ensino e Pesquisa (IEP)/ Sociedade Civil/ instituições privadas | contínuo | Entes Governamentais e Empresas Privadas | |
| | Instalar e integrar os pontos de coleta de resíduos especiais | Gestão integrada de resíduos sólidos, destacando-se os resíduos especiais | Consórcio/ GT Resíduos Sólidos/Municípios/ empresas privadas/ | 2011 | Consórcio/ Municípios/ Empresas privadas fabricantes | |
| | Elaborar estudo, montar e publicar edital para implantação da Usina de beneficiamento de materiais inertes | Reinserir o material na economia, redução de custos para o município, destinação correta do material, geração de renda | Consórcio/ GT Resíduos Sólidos | 2012 | Governo Federal, Estadual, Municipal/ Empresas Privadas | |
| Regulação de Mercado | Incentivo a investimentos privados junto a instituições de ensino e pesquisa para solução de problemas causados pelos resíduos | Envolver a academia na solução de problemas | Municípios/ Consórcio/ GT Resíduos Sólidos | contínuo | não tem | |
| | Criação de Bolsa de Resíduos para vendas conjuntas | Agregar valor na venda dos produtos recicláveis | Consórcio/ GT Resíduos Sólidos/ Empresas Privadas/ Cooperativas | 2011 | não tem | No futuro sistemas eletrônicos |
| | Desenvolver instrumentos para que o poder público exija nas licitações produtos recicláveis | Fortalecer o mercado de reciclagem | Municípios/ Consórcio/ GT Resíduos Sólidos | 2011 | não tem | |

EIXO ESTRUTURANTE DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO AMBIENTAL

Grupo de Trabalho Resíduos Sólidos

| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
|--|--|---|--|---------------------------|---|-------------------|
| Regulação de Mercado | Incentivar as empresas para que desenvolvam tecnologias de redução de resíduos sólidos e utilizem material reciclável como matéria-prima | Redução da quantidade de matéria-prima processada, energia, etc. | Governos Federal, Estadual e Municipal / Sociedade Civil | contínuo | não tem | |
| Educação Ambiental | Campanha de sensibilização para minimização dos resíduos sólidos urbanos. | Fortalecer a educação ambiental. Implementar a legislação que incentiva o consumo consciente | Consórcio/ GT Resíduos Sólidos/Municípios/ Entes Governamentais/ Empresas privadas/ Instituições de Ensino e Pesquisa (IEP)/ Sociedade Civil | 2011 | Governo Federal, Estadual e Municipal/ Empresas Privadas/ Consórcio | |
| PPP (Parceria Público Privado) para gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos | Incentivar a coleta seletiva e reciclagem através de cooperativas e PPP | Implantação da reciclagem de forma a atingir progressivamente 10 a 15% do total | Consórcio/GT Resíduos Sólidos/Municípios/ Instituições de Ensino e Pesquisa (IEP)/ Sociedade Civil/ instituições privadas | contínuo | Entes Governamentais e Empresas Privadas | |
| | Implantação de tecnologia de geração de energia a partir do resíduo sólido (excluídos os resíduos recicláveis) | Redução de aterros, redução da emissão de carbono, produção de energia, contribuir para a melhoria da saúde pública | Municípios/ Consórcio/GT Resíduos Sólidos/ PPP/ Empresas públicas | 2017 | PPP | |
| | Usina de compostagem - construção e preparação | Destinação mais adequada, economia para os municípios e geração de renda | Consórcio/GT Resíduos Sólidos/Municípios/ PPP | 2015 | Consórcio/ Municípios/ Entes Governamentais/ Empresas privadas | |
| PPP (Parceria Público Privado) para gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos | Incentivar a coleta seletiva e reciclagem através de cooperativas e PPP | Coleta e Destinação final 100% "adequada", com coleta seletiva atingindo no mínimo 20% | Consórcio/GT Resíduos Sólidos/Municípios/ Instituições de Ensino e Pesquisa (IEP)/ Sociedade Civil/ instituições privadas | contínuo | Entes Governamentais e Empresas Privadas | |

Eixo de Atuação Saúde

Finalidade

- organizar redes regionais integradas para assistência em diversas especialidades, envolvendo os equipamentos municipais e estaduais da região;
- aprimorar os equipamentos de saúde;
- ampliar a oferta de leitos públicos e o acesso às redes de alta complexidade;
- melhorar e ampliar os serviços de assistência ambulatorial e de clínicas;
- fortalecer o sistema de regulação municipal e regional;
- aprimorar o sistema de vigilância sanitária;
- fortalecer o sistema de financiamento público, municipais e regional de saúde;
- oferecer programas regionais de educação permanente para os profissionais da saúde;
- promover ações integradas voltadas ao abastecimento alimentar

Grupo de Trabalho que compõe o eixo

✓ Saúde



GT SAÚDE

| EIXO ESTRUTURANTE SAÚDE | | | | | | |
|---|--|--|--|--------------------|--|------------|
| Grupo de Trabalho Saúde | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 1. Apoio à Gestão | 1.1 Regulação | | | | | |
| | 1.1.1 Qualificação do complexo regulador regional | Permitir o acesso de acordo com necessidades da população e com equidade | GT Saúde/ Consórcio/SMS (Secretaria Municipal Saúde)/SES (Secretaria Estadual Saúde) | Contínuo | Tripartite | |
| | 1.1.2 Revisão permanente da PPI (Programa de Pactuação e Integrada) | | | | | |
| | 1.1.3 Negociar com a SES (Secretaria Estadual Saúde) referência na capital enquanto persistir insuficiência da atenção à urgência | | | | | |
| | 1.1.4 Pactuação do perfil regulamentação dos AMES no CGR (Colegiado de Gestão Regional) | | | | | |
| | 1.2 Financiamento | | | | | |
| | 1.2.1 Desenvolvimento de um PDI (Plano Diretor de Investimento) para o Hospital Nardini | Ampliar os recursos financeiros da forma tripartite p/garantir a implantação das ações de Saúde à população. | Consórcio/GT Saude/ Prefeituras/Secretários de Saúde/Assembleia Geral de Prefeitos | Contínuo | Tripartite | |
| | 1.2.2 Propor para a Assembleia Geral dos Prefeitos processo de articulação para discussão de responsabilidade no financiamento do SUS | | | | | |
| | 1.2.3 Propor para a Assembleia Geral de Prefeitos, Gestão política visando a regulamentação da EC 29 | | | | | |
| | 1.2.4 Seminário, no Consórcio, para articular com os parlamentares da região sobre emendas que atendam as prioridades da região. | | | | | |
| | 1.3 Judicialização | | | | | |
| | 1.3.1 Apoio dos Prefeitos na aprovação da Lei Tião Viana, sobre a judicialização da saúde | Subsidiar o judiciário com relação às Políticas Públicas de Saúde que garantem a equidade | Consórcio/Câmaras Municipais/Conselhos de Saúde/SMS(Secretaria Municipal de Saúde)/Prefeituras/ Secretários de Saúde/ Secretários de Assuntos Jurídicos | 2011 | Não tem | |
| | 1.3.2 Encontro dos Prefeitos , secretários de Saúde e juizes de Direito, para discussão das demandas judiciais ligadas à área de Saúde | | | | | |
| | 1.4 Trabalho Médico | | | | | |
| | 1.4.1 Construir diretrizes e estratégias para a gestão do trabalho médico na região | Elaborar estratégia para gestão e regulação do trabalho médico | GT Saúde/ Consórcio/Cosems/ Entidades Médicas/ | Contínuo | Não tem | |
| | 1.4.2 Pautar no Consórcio a discussão sobre serviço civil dos profissionais médicos | | | | | |
| | 1.5 Relação Público Privado | | | | | |
| 1.5.1 Discussão da relação público privado e planos de saúde | Integrar a Saúde Suplementar ao SUS | SMS/Gestores e Operadores dos Planos/GT Saúde/ Consórcio/ANS | Contínuo | Não tem | Prestadores de Serviços Privados/ Entidades médicas/ ANS | |
| 1.6 Controle Social | | | | | | |
| 1.6.1 Formular estratégias para ampliar a participação da sociedade civil no diálogo sobre Saúde no ABC | Ampliar a participação da Sociedade civil nas questões de saúde | GT Saúde/ Consórcio/ Conselho Municipal Saúde | Contínuo | Não tem | | |

| EIXO ESTRUTURANTE SAÚDE | | | | | | |
|-----------------------------------|--|---|---|--------------------|-----------------------------|------------|
| Grupo de Trabalho Saúde | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 1. Apoio à Gestão | 1.7 Observatório | Propiciar planejamento das ações regionais e municipais c/maior embasamento | SMS (Secretaria Municipal Saúde)/SES (Secretaria Estado Saúde)/Fundap/ GT Saúde/ Prefeituras/Consórcio | Contínuo | Não tem | |
| | 1.7.1 Conhecer, Integrar e divulgar o Observatório da Saúde | | | | | |
| 2. Vigilância | Fortalecer as ações coordenadas de combate à Dengue | Manter a Dengue sob controle regional | SMS(Secretaria Municipal Saúde) /SUSCEM (Superintendência de Controle de Emergências) /SociedadeCivil/ Prefeituras/ Consórcio/GT Saúde | Contínuo | Tripartite | |
| 3. Assistenciais (Hospitais UTI) | 3.1 Hospitais UTI | Ampliar leitos de UTI e internação na Região | Consórcio/Gt Saúde/ SMS (Secretaria Municipal Saúde)/SES (Secretaria Estado Saúde)/Ministério da Saúde | 2011 -2012 | Tripartite | |
| | 3.1.1 A) Rever o perfil do HED (Hospital Estadual de Santo André) e HESA (Hospital Estadual de Diadema) UTI, urgências, internações , etc | | | | | |
| | 3.1.1 B) Ampliar leitos UTI | | | | | |
| | 3.1.1 C) Ampliar leitos de UTI nos Hospitais Nardini, Serraria e Mário Covas | | | | | |
| | 3.1.1 D) Criação dos leitos de UTI do Hosp. de Ribeirão Pires | | | | | |
| | 3.1.1 E) Construção do Hospital de Clínicas em SBC com 60 leitos de UTI + 180 leitos de internação | | | | | |
| | 3.1.1 F) Criação de Hospital Regional de retaguarda (destinado a receber pacientes crônicos (longa permanência) e fora de possibilidades terapêuticas, adultos) | Aumentar a rotatividade dos leitos de Hospital Geral / Aumentar a resolutividade dos hospitais gerais/ Melhorar o acesso dos leitos hospitalares dos hospitais gerais | Consórcio/Gt Saúde/ SMS (Secretaria Municipal Saúde)/SES (Secretaria de Estado Saúde)/Ministério da Saúde | 2014 - 2017 | Governos Federal e Estadual | |
| 3. Assistência (Saúde Mental) | 3.2.1 Criar/Ampliar residências terapêuticas | Reorganizar e ampliar a rede regional de forma a atender as necessidades da população | Consórcio/Gt Saúde/ SMS (Secretaria Municipal Saúde)/SES (Secretaria de Estado Saúde)/Ministério da Saúde/Ministério Público | 2011 - 2012 | Tripartite | |
| | 3.2.2 Ampliar o número de CAPS | | | | | |
| | 3.2.3 Planejar ações Regionais, no sentido de formular estratégias regionais de enfrentamento ao problema da dependência química | | | Contínuo | | |
| 3. Assistência (Ambulatório) | 3.3.1 Redefinir o perfil do ambulatório da Faculdade de Medicina do ABC e dos novos AMES | Integrar o ambulatório à Rede Regional, de forma a atender as necessidades da população. | Consórcio/Gt Saúde/SMS (Secretaria Municipal Saúde)/ SES (Secretaria Estado Saúde)/Fundação ABC | 2011 - 2012 | Tripartite | |
| 4. Assistência Farmacêutica | Descentralizar medicamentos de alto custo, mantendo sob responsabilidade dos equipamentos estaduais | Facilitar o acesso da população ao medicamento de alto custo | Consórcio/GT Saúde/ SMS(Secretaria Municipal Saúde) /SES (Secretaria Estado Saúde) | 2011 | Tripartite | |
| 5. Promoção à Saúde | 5.1 Construir uma agenda regional priorizando o tema Saúde e estratégias ligadas a ele. | Promover a melhoria de qualidade de vida da população com sustentabilidade, de forma intersectorial e interdisciplinar e com participação da comunidade | Consórcio/GT Saúde/ Prefeituras/Sociedade Civil/Universidades/Conselho de Saúde | Contínuo | Tripartite | |
| | 5.2 Planejar ações no sentido de formular estratégia regional de enfrentamento da violência e suas consequências sobre a Saúde | | | | | |
| | 5.3 Implantação de estratégias previstas na Política Nacional de Saúde | | | | | |

Eixo de Atuação Educação, Cultura e Esportes

Finalidade

- fortalecer a qualidade do ensino infantil nos principais aspectos, dentre outros: regulamentação, atendimento à demanda, gestão educacional, melhoria dos equipamentos públicos, gestão financeira, manutenção da rede física, informatização, educação inclusiva, participação da família, qualificação dos profissionais;
- atuar pela qualidade do ensino fundamental; ensino médio regular e profissionalizante;
- desenvolver ações de alfabetização de jovens e adultos;
- promover a elevação da escolaridade e qualificação profissional;
- desenvolver ações de capacitação dos gestores públicos e profissionais da educação;
- desenvolver ações em prol do acesso e melhoria da qualidade do ensino superior;
- atuar em prol das políticas de preservação e recuperação do patrimônio cultural e histórico;
- estimular a produção cultural local;
- desenvolver atividades de circulação e divulgação da produção cultural regional;
- atuar para a excelência da região em modalidades esportivas, tanto amadoras quanto dos esportes de competição;
- desenvolver ações e programas voltados especificamente para a terceira idade.

Grupos de Trabalho que compõe o eixo

- ✓ Educação
- ✓ Cultura
- ✓ Esportes



GT EDUCAÇÃO

| EIXO ESTRUTURANTE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES | | | | | | |
|---|--|---|--|--------------------|--|--|
| Grupo de Trabalho Educação | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos / Metas | Agentes / Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 1. Fóruns e Seminários sobre Educação | 1.1 Ampliar a inclusão dos temas transversais no currículo | 1.A) Ampliar as oportunidades e práticas de aprendizagem e conhecimento do mundo 1.B) Cumprir a legislação vigente, trabalhando em sala de aula os temas de Meio Ambiente, Música, Dança, ECA, Gênero, Defesa Civil, Educação para o Consumo, entre outros | Consórcio/GT Educação / GTs do Consórcio / Governos Federal e Estadual / Conselhos Municipais / Instituições de Ensino Superior | 2012 | Consórcio / Prefeituras / Governos Federal e Estadual / Instituições de Ensino Superior / Fundos das três esferas / Conselhos / FUNDEB | |
| | 1.2 Realizar fóruns e seminários sobre Educação na região | Divulgar e informar sobre a legislação vigente referente à Educação para os GTs, os profissionais da Educação e famílias | Consórcio/GT Educação / GTs do Consórcio/ Governos Federal e Estadual / Conselhos Municipais / Instituições de Ensino Superior / Terceiro setor | 2011 | Consórcio / Prefeituras / Governos Federal e Estadual / Instituições de Ensino Superior / Iniciativa Privada | |
| 2. Legislação | Discussão das novas diretrizes do plano de carreira e estatuto do magistério | Elaborar / Revisar os planos de carreira e estatuto do magistério municipais | Consórcio/GT Educação / IES / Consultorias e Assessorias especializadas / Associações e Sindicatos de Professores | 2011 | Prefeituras/Consórcio | |
| 3. Qualificação continuada | Formação continuada e de qualidade. | Garantir a qualidade do ensino na região | Consórcio/GT Educação / IES / Consultorias e Assessorias especializadas / Terceiro Setor / Governos Estadual e Federal | 2011 | Governos Federal, Estadual e Municipal/IES/Iniciativa Privada/Terceiro Setor | Plataforma Paulo Freire (início ago/10) Pró-letramento Dar ênfase à especialização em Educação Inclusiva e Alunos em medidas socioeducativas |
| 4. Regime de Colaboração | Articular o regime de colaboração com o Estado. | Estabelecer e facilitar a gestão pública da educação na região | Consórcio/GT Educação/Governos Estadual e Municipais | 2011 | Governos Estadual e Municipais | recursos humanos |
| 5. Programa de Erradicação do Analfabetismo na região | 5.1 Compilar / Realizar Levantamento educacional | Superar os índices de analfabetismo na região | GT Educação/ Consórcio/Entidades religiosas / Escolas / Sec. Saúde, entre outras municipais / ONGs / Associações de bairro / Assistência social / Sindicatos/ INEP / Conselhos | 2011 | Entidades religiosas / Escolas / Sec. Saúde, entre outras municipais / ONGs / Associações de bairro / Assistência social / Sindicatos / INEP / Conselhos | |
| | 5.2 Promover a Mobilização de alfabetização de adultos | Superar os índices de analfabetismo na região | GT Educação/ Consórcio/Entidades religiosas / Escolas / Sec. Saúde, entre outras municipais / ONGs / Associações de bairro / Assistência social / Sindicatos/ INEP / Conselhos | 2011 | Prefeituras / Mídia / Consórcio / Entidades | |
| | 5.3 Efetivar a alfabetização de adultos e crianças | Superar os índices de analfabetismo na região | GT Educação/ Consórcio/Entidades religiosas / Escolas / Sec. Saúde, entre outras municipais / ONGs / Associações de bairro / Assistência social / Sindicatos/ INEP / Conselhos | contínuo | Prefeituras / Mídia / Consórcio / Entidades conveniadas / Governos Estadual e Federal / Iniciativa Privada / IES | |
| 6. Educação Inclusiva | Efetivar o cumprimento da legislação referente à Educação inclusiva nos municípios da região | Implementar a Educação Inclusiva na região | GT Educação/ Consórcio/Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social / Terceiro Setor / Governos Estadual e Federal / GT Pessoas com Deficiência | 2011 | Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social / Governos Estadual e Federal | Discutir temas intrínsecos |

| EIXO ESTRUTURANTE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES | | | | | | |
|--|--|--|---|---|--|--|
| Grupo de Trabalho Educação | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos / Metas | Agentes / Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 7. Programa de Alimentação Escolar | Discutir regionalmente o programa de alimentação escolar | Garantir a alimentação de qualidade nas escolas. Trocar estratégias de gestão da alimentação escolar | GT Educação/ Consórcio/Conselhos / Prefeituras / Governos Estaduais e Federal | contínuo | Conselhos / Prefeituras / Governos Estaduais e Federal | |
| | 8.1 Ampliar o número de vagas em creches da região | Criar condição para atendimento da demanda | GT Educação/ Consórcio/Governos Estadual e Federal / Prefeituras | contínuo | Governos Estadual e Federal / Prefeituras | |
| 8. Educação Infantil | 8.2 Discutir formas de atendimento em creche | Acordar em critérios básicos para atendimento em creches na região | GT Educação/ Consórcio/Poder Judiciário / Prefeituras / Escolas / Conselhos, inclusive Tutelares / Entidades conveniadas / Terceiro Setor | contínuo | Poder Judiciário / Prefeituras / Escolas / Conselhos, inclusive Tutelares / Entidades conveniadas / Terceiro Setor | recursos humanos |
| | 9. Programa de Informática nas escolas da região | Levar às escolas da região a Tecnologia da Informação e Comunicação | Utilizar a ferramenta no processo de ensino-aprendizagem | GT Educação/ Consórcio/IES / Governos Estadual e Federal / Prefeituras / Iniciativa Privada | contínuo | IES / Governos Estadual e Federal / Prefeituras / Iniciativa Privada |
| 10. Integração Família e Escola | Participação da família | Integrar a escola junto à comunidade | GT Educação/ Consórcio/Conselhos Escolares / APMs / Escolas / Prefeituras / IES / ONGs | contínuo | Conselhos Escolares / APMs / Escolas / Prefeituras / IES / ONGs | |
| 11. Educação Profissional | Facilitar a parceria de empresas para encaminhar os aprendizes / ensino profissionalizante | Facilitar o ingresso no mercado de trabalho | GT Educação/ Consórcio/Sistema "S" / Terceiro Setor / Prefeituras / Governos Estadual e Federal / GT Trabalho e Renda / GT Criança Prioridade | 2014 | Sistema "S" / Terceiro Setor / Prefeituras / Governos Estadual e Federal | Revisão da legislação |
| 12. Educação Básica de 4 a 17 anos | Aplicar a legislação referente à Educação Básica de 4 a 17 anos | Implantar a Educação Básica de 4 a 17 anos | Governos Federal, Estadual e Municipal/ GT Educação/ Consórcio | 2016 | Governos Federal, Estadual e Municipal | |
| 13. Educação Básica em tempo integral | Aplicar a legislação referente à Educação Básica em tempo integral | Implantar a Educação Básica em tempo integral | Governos Federal, Estadual e Municipal/ Terceiro Setor / Entidades conveniadas / IES/ GT Educação/ Consórcio | 2020 | Governos Federal, Estadual e Municipal/Terceiro Setor/Entidades conveniadas / IES | |

GT ESPORTE

| EIXO ESTRUTURANTE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES | | | | | | |
|--|--|--|---|--------------------|---|------------|
| Grupo de Trabalho Esporte | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 1. Diagnóstico Política Pública Esporte e Lazer | Produção de estudo diagnóstico sobre a importância da Política Pública de Esporte e Lazer, e elencar suas diretrizes | Integrar e difundir as políticas públicas dos municípios e região | Consórcio/ GT Esporte/ Prefeituras/ Estado/ União/ Universidades/ Clubes Esportivos/ Ligas | 2011 | Consórcio/ Prefeituras | |
| 2. Calendário Esportivo | Criar material de divulgação | Mobilizar e divulgar o material produzido às demais áreas do governo municipal e sociedade civil | Consórcio/ GT Esporte/ Prefeituras/ Estado/ União/ Universidades/ Clubes Esportivos/ Ligas/ Mídia | contínuo | Consórcio/ Iniciativa Privada | |
| 3. Capacitação e Seminários | Realizar oficinas, seminários e debates | Requalificar os profissionais, adequando-os ao contexto regional | Consórcio/ GT Esporte/ Prefeituras/ Estado/ União/ Universidades/ Clubes Esportivos/ Ligas | contínuo | Consórcio/ Prefeituras/ Iniciativa Privada/ Governos Federal e Estadual | |
| 4. Estrutura Física da Região | Levantamento de recursos físicos regional, público e privado | Conhecimento da capacidade física regional | Consórcio/ GT Esporte/ Prefeituras/ Iniciativa Privada | 2011 | Consórcio/ Prefeituras | |
| 5. Grandes Eventos Esportivos | 5.1 Discutir a Copa do Mundo de 2014 | Apresentar a realidade regional | Consórcio/ GT Esporte/ Prefeituras/ Estado/ União/ Universidades/ Clubes Esportivos/ Ligas/ Mídia | 2011 | não tem | |
| | 5.2 Discutir ações sobre Jogos Olímpicos de 2016 | Apresentar a realidade regional e as possibilidades de formação de atletas | Consórcio/ GT Esporte/ Prefeituras/ Estado/ União/ Universidades/ Clubes Esportivos/ Ligas/ Mídia | 2011 | não tem | |
| 6. Captação de Recursos | Articulação do Consórcio para buscar verbas para eventos | Viabilizar os eventos regionais | Consórcio/ GT Esporte/ Prefeituras/ Estado/ União/ Universidades/ Clubes Esportivos/ Ligas | contínuo | Governos Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada | |
| 7. Eventos Esportivos | Elaborar o formato regional para os festivais esportivos e competições regionais | Fomentar, integrar e promover a prática esportiva na região (formal e informal) | Consórcio/ GT Esporte/ Prefeituras/ Estado/ União/ Universidades/ Clubes Esportivos/ Ligas/ Mídia | contínuo | Governos Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada | |
| 8. Atendimento às Pessoas com Deficiência | Cursos e eventos esportivos | Incluir as pessoas com deficiência no Esporte e Lazer | Consórcio/ GT Esporte/ GT. Pessoas com deficiência/ Prefeituras/ Estado/ União/ Universidades/ Clubes Esportivos/ Ligas | contínuo | Governos Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada | |
| 9. Rubrica Orçamentária | Viabilizar legalmente a possibilidade de receber repasse | Autogestão | Consórcio/ GT Esporte | 2011 | não tem | |
| 10. Jogos da Região | Criar jogos regionais das equipes menores | Fortalecer o esporte de alto rendimento na região | Consórcio/ GT Esporte/ Prefeituras/ Estado/ União/ Universidades/ Clubes Esportivos/ Ligas/ Mídia | 2014 | Governos Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada | |

GT CULTURA

| EIXO ESTRUTURANTE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES | | | | | | |
|---|--|---|---|--------------------|---|---|
| Grupo de Trabalho Cultura | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Intrefaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 1 Políticas de divulgação do patrimônio material e imaterial dos sete municípios | Registro, catalogação e divulgação dos patrimônios materiais e imateriais, e também do circuito cultural existente na região | Incluir a região no calendário esportivo dos dois eventos de caráter mundial que acontecerão no Brasil. | Consórcio/ GT Cultura/GT Turismo/ Ministério de Turismo/ Ministério de esporte/ Ministério de Cultura/ Conselhos/ Órgãos públicos relacionados ao patrimônio histórico, ambiental e cultural/ SEBRAE/ Associações comerciais - hoteleiras do Grande ABC e SP/ Universidades | 2013 | Convênios/ Iniciativa Privada/ Consórcio/ Governos Federal, Estadual e Municipal/ Sistema "S" | |
| 2 Censo Cultural | Realizar mapeamento sociocultural | Fornecer subsídios para o planejamento estratégico de políticas de atuação regional, a partir do levantamento de dados qualitativos e quantitativos dos produtores, agentes e gestores culturais, grupos e manifestações culturais, equipamentos públicos e privados de cultura e a porcentagem da participação econômico do segmento cultural da região. | Consórcio/ GT Cultura/ Ministério da Cultura/ Universidades/ Sistema "S"/ Institutos Pólis, entre outros/ Conselhos de Cultura | 2012 | Iniciativa privada - Lei Rouanet/ MINC | Criar um grupo temático específico para discussão do tema de captação de recurso. Atualizá-lo a cada 5 anos |
| 3 Capacitação dos gestores, produtores e mediadores culturais | Estratégias de formação/ especialização de políticas públicas e gestão de projetos | Ampliar/ atualizar o conhecimento específico na área | Consórcio/ GT Cultura/Ministério da Cultura/ Sistema "S"/ Universidades/ Terceiro setor/ GT Educação | 2011 | Consórcio/ Ministério da Cultura/ Sistema "S"/ Universidades/ Terceiro setor/ GT Educação | Ao menos dois ao ano. |
| 4 Intercâmbio Cultural | Consolidar ações permanentes de intercâmbio através de edital regional | Promover intercâmbio permanente de produção cultural da região, considerando todas as linguagens e manifestações culturais | Consórcio/ GT Cultura/ Pontos de Cultura/ GT Turismo/ MINC/ Terceiro Setor/ mídia regional/ produtores independentes/ Universidades | 2011 | Prefeituras/ MINC/ Terceiro Setor/ mídia regional/ produtores independentes/ Universidades/ Pontos de Cultura | Atingir todos os públicos, inclusive os segmentos LGBTQT, Cultura Popular e Indígena no circuito cultural, entre outros. Criar palco itinerante |
| 5 Agenda Regional | Comunicação intermunicipal | Utilizar o setor de comunicação regional (revista, site, folder) | Consórcio/GT Cultura/ mídia/ pontos de cultura/ Universidades/ Iniciativa privada/ Associações comerciais. | 2012 | Consórcio/ Prefeituras/ mídia/ pontos de cultura/ Universidades/ Iniciativa privada/ Associações comerciais. | |
| 6 Feira Regional do Livro | Difundir o livro e a leitura | Estabelecer a interação entre escritores, leitores e editoras | Governos Federal, Estadual e Municipal/ editoras/ universidades/ mídia/ pontos de cultura/ livrarias | 2012 | Governos Federal, Estadual e municipal/ editoras/ universidades/ mídia/ pontos de cultura/ livrarias | Bienal/ Viabilidade de criação de GT de Leitura |
| 7 Realização de Congressos e Seminários no Grande ABC | Contribuir com a articulação de gestão e recursos de congressos e seminários culturais no Grande ABC | Garantir a criação/ continuação dos Congressos e Seminários Culturais do Grande ABC | Consórcio/ GT Cultura/Governos Federal, Estadual e Municipal/ Universidades/ mídia/ pontos de cultura/ entre outros dependendo do tema do evento | contínuo | Governos Federal, Estadual e municipal/ universidades/ mídia/ pontos de cultura | Varição de parceiros e patrocinadores dependendo do tema. Ex: Congresso de História |
| 8 Conselho Regional de Cultura | Convocar plenárias por linguagem ou por segmento de produção de conteúdo cultural | Estimular debates de ações culturais a nível regional | Sociedade Civil/ Consórcio/ GT Cultura/ Terceiro Setor/ produtores independentes/ universidades | 2012 | não tem | |

| EIXO ESTRUTURANTE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES | | | | | | |
|--|---|---|---|--------------------|--|--|
| Grupo de Trabalho Cultura | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Intrefaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 9 Plano Regional de Cultura | Realização de plenárias temáticas por linguagem ou segmento de produção cultural | Articular políticas públicas de cultura na região, visando o desenvolvimento de todas as linguagens e manifestações culturais | Sociedade Civil/ Consórcio/ GT Cultura/ Terceiro Setor/ produtores independentes/ Universidades | 2014 | não tem | lembrar do Plano regional de livro e leitura |
| 10 Fundo Regional de Cultura | Elaborar projeto de estudo para criação de um Fundo Regional de Cultura | Criar mecanismos de financiamento e fomento a projetos | MINC/ Consórcio Grande ABC e outros consorcios/ GT Cultura/ Governos Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa privada/ Poder Legislativo | 2015 | não tem | |
| 11 Ações Culturais Integradas | 11.1 Identificar os espaços para realização de ações culturais integradas de grande porte | Potencializar a região para realização de grandes eventos culturais | Consórcio/ GT Cultura/GT Turismo e Esporte/ Prefeituras/ Iniciativa privada/ SESC/ Governos Federal, Estadual | 2018 | Prefeituras/ Iniciativa privada/ SESC/ Governos Federal, Estadual/ PPP | |
| | 11.2 Realizar eventos por linguagens, manifestações culturais e/ ou tema | divulgar, integrar, otimizar recursos para a cultura regional | GT Cultura/GT Turismo e Esporte/ Prefeituras/ Iniciativa privada/ SESC/ Governos Federal, Estadual | 2020 | Prefeituras/ Iniciativa privada/ SESC/ Governos Federal, Estadual/ PPP | |

Eixo de Atuação Assistência, Inclusão Social e Direitos Humanos

Finalidade

- desenvolver atividades de articulação regional visando superar a violação de direitos da infância e adolescência em risco, em especial nas situações do trabalho infantil, da vida na rua e da exploração sexual;
- definir fluxos e padrões de atendimento à população de rua para a operação em rede dos serviços e programas da região, de forma integrada com ações para geração de trabalho e renda, atendimento em saúde e garantia de moradia;
- fortalecer o sistema de financiamento público das políticas de assistência social;
- ampliar a rede regional de serviços voltados à proteção das mulheres em situação de violência e risco de vida;
- desenvolver ações em favor da defesa dos direitos humanos e contra quaisquer discriminações.

Grupos de Trabalho que compõe o eixo

- ✓ Assistência Social
- ✓ Gênero
- ✓ Direitos Humanos
- ✓ Pessoa com deficiência
- ✓ Igualdade Racial
- ✓ Criança Prioridade 1



GT ASSISTÊNCIA SOCIAL

| EIXO ESTRUTURANTE ASSISTÊNCIA, INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS | | | | | | |
|---|---|--|--|--------------------|---|---|
| Grupo de Trabalho Assistência Social | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 1. Observatório Regional de Vigilância Social | 1.1 Elaborar o mapa de vulnerabilidade social - Diagnóstico Regional | Conhecer a realidade regional para criar metas e ações de enfrentamento às desigualdades sociais na região | Consórcio/ GT Assistência Social/ Prefeituras/ Universidades | 2011 | Governos Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa privada | Censo 2010 |
| | 1.2 Implantar observatório de Indicadores da Assistência Social/Regional | Garantir estudos atualizados do perfil das pessoas atendidas e das situações de vulnerabilidade e violações de direitos e subsídios para implementação da rede de serviços a partir destas informações | Consórcio/ GT Assistência Social/ Prefeituras/ Universidades | 2012 | Governos Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa privada | Reforçar o estudo de violações referentes às pessoas idosas |
| 2. População em situação de rua | Fórum sobre população em situação de rua (Políticas Públicas) | Discutir ações realizadas nos municípios em nível regional | Consórcio/ GT Assistência Social/ GT Saúde/ GT Segurança/ Prefeituras/ CREAS/ GT Trabalho e Renda | 2011 | Consórcio/ Municípios | |
| 3. Nota Fiscal Paulista | Campanha Nota Fiscal Paulista - Divulgação Regional | Sensibilizar as entidades e a Sociedade Civil | Consórcio/ GT Assistência Social/ Associação Comercial/ Conselhos Municipais de Assistência Social/ GT Desenvolvimento Econômico | Contínuo | Consórcio/ Prefeituras/ Iniciativa Privada | |
| 4. Proteção especial às pessoas idosas | 4.1 Políticas de atenção às pessoas idosas | Criar estratégias regionais para o atendimento da população idosa | Consórcio/ GT Assistência Social/ GT Saúde/ Prefeituras/ Conselho Municipal do Idoso/ Ministério Público | 2011 | Governos Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada | |
| | 4.2 Implantação de serviços de acolhimento provisório para pessoas idosas | Atendimento regional às pessoas idosas em situação de violação de direitos | Consórcio/ GT Assistência Social/ GT Saúde/ Prefeituras/ Conselho Municipal do Idoso/ Ministério Público | 2012 | Governos Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada | |
| | 4.3 Implantar instituição de acolhimento para pessoas idosas acamadas | Atendimento regional às pessoas idosas acamadas | Consórcio/ GT Assistência Social/ GT Saúde/ Prefeituras/ Conselho Municipal do Idoso/ Ministério Público | 2011 | Governos Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada | |
| 5. Seminários e Campanhas Regionais | 5.1 Seminários de discussão da Política de Assistência Social | Discussão permanente da Política de Assistência Social e fortalecimento do comando único da Política de Assistência Social | Consórcio/ GT Assistência Social/ Organizações de Assistência Social/ Sociedade Civil/ GT Saúde/ GT Gênero/ GT Criança Prioridade I/ GT Pessoa com Deficiência/ GT Igualdade Racial/ Fórum de Assistência Social (F.A.S) | Contínuo | Prefeituras/ Consórcio/ Iniciativa Privada/ Entidades financeiras | anual |
| | 5.2 Campanha de valorização dos profissionais da área social | Dar mais importância e visibilidade as ações desenvolvidas pela área social | Consórcio/ GT Assistência Social/ Entidades Cívicas/ Prefeituras/ Mídia | Contínuo | Prefeituras/ Consórcio/ Iniciativa Privada/ Entidades financeiras | |

| EIXO ESTRUTURANTE ASSISTÊNCIA, INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS | | | | | | |
|---|---|--|---|--------------------|---|---|
| Grupo de Trabalho Assistência Social | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 6. Envelhecimento Ativo | Implementar programas regionais voltados ao envelhecimento ativo | Implementar e acompanhar políticas voltadas às pessoas idosas. Reforçar regionalmente o Programa Cidades Amigas das Pessoas Idosas | Consórcio/ GT Assistência Social/ GT Saúde/ Conselho Municipal do Idoso | Contínuo | Governos Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada/ Instituições financeiras nacionais e internacionais | |
| | 7.1 Formação continuada dos técnicos - nível regional - diversos segmentos SUAS | Ampliar e atualizar conhecimentos dos trabalhadores (as) da Assistência Social | Consórcio/ GT Assistência Social/ Governos Federal e Estadual/ | Contínuo | Governos Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada/ Instituições financeiras nacionais e internacionais | |
| 7. Formação continuada | 7.2 Formação continuada para parcerias nos diversos segmentos (Rede) | Fortalecer e atualizar conhecimentos da Rede de Proteção Social | Consórcio/ GT Assistência Social/ Prefeituras/ Universidades/ Governos Federal e Estadual/ Entidades Cíveis | Contínuo | Governos Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada/ Instituições financeiras nacionais e internacionais | |
| | 8.1 Fortalecimento da capacidade de financiamento da Política de Assistência Social | Buscar recursos adicionais para implementação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) | Consórcio/ GT Assistência Social | Contínuo | Governos Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada/ Instituições financeiras nacionais e internacionais | |
| 8. Captação de Recursos | 8.2 Implantação de três casas de passagem para mulheres e crianças | Atendimento regional às mulheres e crianças em situação de violação de direitos | Consórcio/ GT Assistência Social/ GT Saúde/ GT Gênero/ GT Criança Prioridade I/ Governo Estadual/ Prefeituras | 2012 | Governos Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa privada | Três casas distribuídas em curto, médio e longo prazo |
| | 8.3 Implantação de uma rede regional de atendimento às pessoas em situação de rua | Atendimento regional às pessoas em situação de rua | Consórcio/ GT Assistência Social/ GT Saúde/ GT Gênero/ GT Criança Prioridade I/ Governo Estadual/ Prefeituras/ GT Segurança Pública | Contínuo | Governos Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa privada | Os serviços serão distribuídos em curto, médio e longo prazo. Integrados com as ações dos outros GT's |

EIXO ESTRUTURANTE ASSISTÊNCIA, INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Grupo de Trabalho Assistência Social

| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
|--------------------------------|--|--|--|--------------------|--|--|
| 8. Captação de Recursos | 8.4 Buscar co-financiamento para casa abrigo regional para mulheres vítimas de violência doméstica | Ampliar a rede de atendimento para mulheres em situação de violência doméstica | Consórcio/ GT Assistência Social/ GT Gênero | 2012 | Governos Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa privada | |
| | 8.5 Implantar três CREAS Regionais (Centro de referência Especializado de Assistência Social) | Para atendimento das famílias e pessoas das divisas e também das cidades de pequeno porte | Consórcio/ GT Assistência Social/ Prefeituras/ Governos Federal e Estadual | 2012 | Governos Federal, Estadual e Municipal | Três CREAS implantados em curto, médio e longo prazo. 1º CREAS para RGS, RP, S.A (Parque Andreense e Paranapiacaba), SBC (Represa Baraldi). 2º CREAS para S.A e S.C.S 3º CREAS para S.B.C e Diadema |
| 9. Monitoramento | Acompanhar a aplicação orçamentária da Política de Assistência Social Estadual | Encaminhar anualmente propostas regionais para serem incorporadas à Lei Orçamentária Anual (LOA) Estadual. | Consórcio/ GT Assistência Social | Contínuo | não tem | |

GT GÊNERO

| EIXO ESTRUTURANTE ASSISTENCIA, INCLUSAO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS | | | | | | |
|--|--|---|---|--------------------|--|---|
| Grupo de Trabalho Gênero | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 1. Pesquisa sobre o Mercado de trabalho sob a perspectiva de gênero | 1. Contratar pesquisa sobre como as mulheres estão ou não inseridas no mercado de trabalho | Obter informações sobre o perfil das das mulheres que estão inseridas no mercado de trabalho, levando em conta aspectos tais como: raça, idade, escolaridade, salário, condições laborativas, posição da mulher na família. | Consórcio/ GT Gênero/GT Desenvolvimento SEADE/DIEESE/Sindicatos/C entrais sindicais/Universidades/ Governo Federal/OIT/ Associações Comerciais e Industriais/IBGE | 2013 | SEADE/DIEESE/ Sindicatos/ Centrais sindicais/ Consórcio/GT Gênero/Universidades/Governo Federal/OIT/ Associações Comerciais e Industriais/IBGE | Articular com o GT de Desenvolvimento Econômico que incluem esta perspectiva na pesquisa que vão realizar sobre este mesmo tema |
| 2. Elevação de escolaridade, Qualificação Profissional e Geração de emprego e renda para mulheres em situação de violência | 2.1 Garantir atendimento prioritário nos sistemas e programas governamentais/ públicos de elevação de escolaridade, para as mulheres em situação de violência | Articular recursos e parceiros para disponibilizar cursos de elevação de escolaridade para mulheres em situação de violência (mulheres abrigadas e mulheres não abrigadas) | GT Gênero/Consórcio/MOVA/ EJA,/Governo Estadual/Governos Municipais | 2013 | Município / ONG - alfabetização/ Município e Estado - escolaridade | Articulação no GT Educação |
| | 2.2 Programa de Emprego e Geração de Renda para mulheres em situação de violência | Articular recursos e parceiros para disponibilizar cursos de qualificação profissional para mulheres em situação de violência (mulheres abrigadas e mulheres não abrigadas) | GT Gênero/Consórcio/Planseq - Formação profissional para beneficiados do Bolsa Família/Sistema "S" (SEBRAE, SENAI, SENAC, SESI)/ Centrais Sindicais/Centros Públicos de Formação/Faculdades Públicas e Privadas | 2013 | Governos Federal/ Estadual e municipal/ Centrais Sindicais/Faculdades Privadas | Articulação no GT Educação e GT Desenvolvimento Econômico |
| | | Identificar as tendências do mercado de trabalho para oferta de cursos de formação | GT Gênero/Consórcio/Centros Públicos de Formação | 2013 | Governos Federal, Estadual e Municipal/Centrais Sindicais/Faculdades Privadas | Articulação com GT Desenvolvimento Econômico e GT Trabalho e Renda |
| 3. Centro de Profissionalização para mulheres | Implantar / Implementar Centro de Profissionalização para Mulheres | Garantir espaço físico e recursos específicos para mulheres, oferecendo cursos de qualificação continuada, conforme tendências de mercado | GT Gênero/Consórcio/Centros Públicos de Formação/Sistema S (SEBRAE, SENAC, SENAI, SESI) | 2017 | Centros Públicos de Formação/Sistema "S" (SEBRAE, SENAC, SENAI, SESI)/ Governo Federal, Estadual e Municipal/ Empresas | |
| 4. Trabalho Decente sob a perspectiva de gênero | Articular com o GT Trabalho e Renda, com base na Agenda Nacional, contribuições ao Plano Nacional do Trabalho Decente, incorporando os aspectos de gênero e considerando a dimensão étnico racial. | Verificar o cumprimento da legislação, inserção, condições de trabalho, garantia da igualdade etc. | GT Gênero/GT Trabalho e Renda/Consórcio | 2013 | Governos Federal, Municipal e Estadual/Centrais sindicais/OIT | Articulação com GT Trabalho e Renda |
| 5. Creches / pré-escola públicas melhores e em maior número, incluindo creches noturnas e finais de semana | Articular a construção, reforma e aparelhagem de creches e pré-escolas e melhorar a qualidade dos equipamentos existentes | A) Garantir espaço físico e recursos para atender a demanda de creche e pré-escola da região | GT Gênero/Consórcio/GT Educação/GT Criança Prioridade 1/GT Trabalho e Renda | 2017 | Governos Federal, Estadual e Municipal | Articulação com GT Educação |
| | | B) Garantir formação continuada das funcionárias das creches e pré-escolas com recorte de gênero | GT Gênero/ Consórcio/Secretarias Municipais e Estadual de Educação | 2017 | Municípios/Governos Federal - Secretarias Políticas para as Mulheres e FNDE/ Universidades | Articulação com GT Educação |

| EIXO ESTRUTURANTE ASSISTENCIA, INCLUSAO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS | | | | | | |
|--|---|--|---|--------------------|--|---|
| Grupo de Trabalho Gênero | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 5. Creches / pré-escola públicas melhores e em maior número, incluindo creches noturnas e finais de semana | Articular a construção, reforma e aparelhagem de creches e pré-escolas e melhorar a qualidade dos equipamentos existentes | C) Realizar estudo sobre a viabilidade de se ampliar a carga diária de cobertura do serviço de creches e pré-escolas (período noturno e finais de semana, sem férias e recesso) | GT Gênero/Consórcio | 2017 | Secretarias Municipais de Educação/GT Gênero, Educação e Prioridade 1 | Início do estudo em 2011 |
| 6. Sensibilização dos/das educadores(as) das redes municipais para a discussão de gênero, machismo e homofobia | Promover a formação inicial e continuada de gestores(as) e profissionais da educação para a equidade de gênero, raça/etnia e o reconhecimento da diversidade sexual | Eliminar conteúdos sexistas, heteronormativos e discriminatórios e promover a inserção de conteúdos de educação para a equidade de gênero e valorização das diversidades nos currículos, materiais didáticos e paradidáticos da educação básica, EJA e educação profissionalizante | Governos Federal - Secretaria de Políticas das Mulheres/Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania/Consórcio/GT Gênero/GT Educação/GT Direitos Humanos/GT Igualdade Racial | 2013 | Governos Federal / Secretaria de Políticas das Mulheres e Secretaria de Direitos Humanos | |
| 7. Núcleo de Gênero nas Universidades do Grande ABC | Propor Núcleo de gênero nas universidades | Estimular a produção e difusão de conhecimentos sobre gênero, identidade de gênero, orientação sexual e raça/etnia em âmbito acadêmico | Governo Federal - Secretaria de Políticas das Mulheres/Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania/GT Gênero/Consórcio/GT Educação/GT Direitos Humanos/Igualdade Racial/Universidades | 2017 | Governos Federal e Estadual (CNPq, CAPES, FAPESP)/Universidades | Início em 2012 |
| 8. Educação de gênero, étnico-racial, religiosa, geracional, por orientação sexual e identidade de gênero nos currículos | 8.1 Propor nos currículos universitários as temáticas de gênero e equidade - Direitos Humanos | Contribuir para a redução da desigualdade de gênero e para o enfrentamento do preconceito e da discriminação de gênero, étnico-racial, religiosa, geracional, por orientação sexual e identidade de gênero, por meio da formação dos estudantes de graduação. | Consórcio/GT Gênero/ MEC/SPM/Secretaria de Direitos Humanos/SEPPIR/Universidades | 2020 | MEC/SPM/Secretaria de Direitos Humanos/SEPPIR/Universidades | Articulação com GT Educação/ Início em 2011 |
| | 8.2 Propor nos currículos das escolas municipais as temáticas de gênero e equidade | Contribuir para a redução da desigualdade de gênero e para o enfrentamento do preconceito e da discriminação de gênero, étnico-racial, religiosa, geracional, por orientação sexual e identidade de gênero | Consórcio/GT Gênero/ MEC/SPM/Secretaria de Direitos Humanos /Secretarias Municipais de Educação/SEPPIR/Universidades | 2020 | MEC/SPM/ Secretaria de Direitos Humanos/ SEPPIR/ Universidades | Articulação com GT Educação/ Início em 2011 |
| 9. Serviço regionalizado de atendimento à violência sexual | 9.1 Sensibilizar por meio de cursos gestores / técnicos para implantação da Norma técnica da Saúde sobre violência sexual | Diminuir os casos de DTS/AIDS e gravidez não desejada causada por violência sexual e realizar os abortos legais humanizados e com segurança | Prefeituras; Governo Estadual; Governo Federal e GT Saúde/GT Gênero/Consórcio | 2013 | Prefeituras; Governo Estadual; Governo Federal | |
| | 9.2 Implantar serviços de atendimento à violência sexual conforme portaria do SUS (incluindo aborto legal) | Diminuir os casos de DTS/AIDS e gravidez não desejada causada por violência sexual e realizar os abortos legais humanizados e com segurança | Prefeituras/Governo Estadual/Governo Federal/GT Saúde/Consórcio /GT Gênero | 2017 | Prefeituras/ Governo Estadual/ Governo Federal | |
| 10. Programa Regional de atenção integral de saúde da Mulher qualificado e humanizado a toda a rede de saúde | Desenvolver cursos de formação continuada aos profissionais da rede de saúde, englobando todas as categorias e especialidades. | Garantir e ampliar o atendimento integral e qualificado às mulheres na rede de saúde | Prefeituras / GT Saúde/ Governo Federal/GT Gênero/Consórcio | 2020 | Prefeituras/ Governo Estadual/ Governo Federal | |

EIXO ESTRUTURANTE ASSISTENCIA, INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Grupo de Trabalho Gênero

| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
|---|--|--|--|--------------------|---|------------------------|
| 11. Programa Regional de Desabrigo das Casas Abrigos | 11.1 Criar Lei de aluguel social em todas as cidades da região para às mulheres em processo de desabrigo | Proporcionar apoio financeiro temporário para moradia à mulher em situação de violência domestica, potencializando a sua independência e autonomia | Consórcio/GT Gênero/ Prefeituras/Governos Estadual e Federal | 2011 | Prefeituras | |
| | 11.2 Criar programa regional de auxílio financeiro para desabrigo das C.A. | Proporcionar apoio financeiro temporário para moradia à mulher em situação de violência domestica, potencializando a sua independência e autonomia | Consórcio/GT Gênero/ Prefeituras/Governo Federal | 2011 | Governos Federal, Estadual e Municipal | |
| | 11.3 Viabilizar que os programas habitacionais possam priorizar as mulheres em processo de desabrigo. | Acessar alternativas de moradia permanente para mulheres em processo de desabrigo | Consórcio/GT Gênero/Prefeituras (Secretarias de Habitação)/Governos Estadual (CDHU) e Federal (Ministério das Cidades) | 2012 | Prefeituras/ Governo Estadual/ Governo Federal | CDHU e Governo Federal |
| 12. Casa Transitória para Mulheres | 12.1 Implantar 1ª Casa de passagem para mulheres em situação de violência | Abrigo temporário para mulheres em situação de violência | Prefeituras/Governo Federal/Governo Estadual/Consórcio/GT Gênero | 2011 | Prefeituras/ Governo Estadual/ Governo Federal | |
| | 12.2 Implantar 2ª casa de passagem para mulheres | Abrigo temporário para mulheres em situação de violência | Prefeituras/Governo Estadual/Governo Federal/Consórcio/ GT Gênero | 2017 | Prefeituras/ Governo Estadual/ Governo Federal | |
| | 12.3 Implantar 3ª casa de passagem para mulheres | Abrigo temporário para mulheres em situação de violência | Prefeituras/Governo Estadual/Governo Federal/Consórcio/ GT Gênero | 2020 | Prefeituras/ Governo Estadual/ Governo Federal | |
| 13. Casa Abrigo Regionalizada | Criar a terceira casa abrigo regional | Atendimento à demanda reprimida | Prefeituras/Consórcio/ Governos Estadual e Federal/GT Gênero | 2014 | Prefeituras/ Consórcio/ Governos Estadual e Federal | |
| 14. Lei Maria da Penha | Criar campanha de efetivação da Lei 11.340 | Garantir a implementação da Lei Maria da Penha e demais normas jurídicas nacionais e internacionais | Consórcio/GT Gênero/ Prefeituras/ Governo Estadual/ Governo Federal/ Poder Judiciário/ Ministério Público/ OAB/ CRESS/ CRP | 2011 | Governos Federal, Estadual e Municipal / Centrais Sindicais / Instituições de Ensino Superior / OAB / CRESS / CRP | |
| 15. Fortalecimento da Rede de atendimento às mulheres vítimas de violência | Promover formação das áreas de segurança pública, saúde, educação, assistência social, justiça e demais áreas da rede de atendimento | Desconstruir estereótipos e representações de gênero, além de mitos e preconceitos em relação à violência contra a mulher | Governo Federal/Secretaria de Políticas das Mulheres / GT Gênero/Consórcio / GT Educação / Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania / GT Direitos Humanos | 2013 | Governos Federal, Estadual e Municipal/Centrais Sindicais / IES | |
| 16. Centros de Referência para Mulheres em Situação de Violência | Articular implantação de Centros de Referência para Mulheres em Situação de Violência em todos os municípios | Proporcionar às mulheres em situação de violência um atendimento humanizado, integral e qualificado nos serviços especializados e na rede de atendimento | Prefeituras/Consórcio/ GT Gênero | 2012 | Governos Federal, Estadual e Municipal | |

| EIXO ESTRUTURANTE ASSISTENCIA, INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS | | | | | | |
|---|--|--|---|--------------------|---|------------|
| Grupo de Trabalho Gênero | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 17. Plano Regional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres | 17.1 Elaborar Plano Regional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres | Promover ações de prevenção a todas as formas de violência contra as mulheres nos espaços público e privado | GT Gênero/Consórcio | 2011 | Governos Federal, Estadual e Municipal | |
| | 17.2 (Pressionar autoridades para) Fomentar a criação do Juizado de Violência Doméstica contra Mulheres, por meio de atividades envolvendo a Sociedade Civil | Ampliar e garantir o acesso à justiça e à assistência jurídica gratuita às mulheres em situação de violência | GT Gênero/Consórcio/Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania | 2013 | Governos Federal e Estadual | |
| 18. Acesso à Justiça e assistência jurídica às mulheres em situação de violência doméstica | 18.1 Criar Núcleo de Defesa da mulher e discriminação na defensoria pública | Garantir a implementação da Lei Maria da Penha e demais normas jurídicas nacionais e internacionais | GT Gênero/Consórcio/OAB/Defensoria Pública/Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania/Ministério Público/DEAM/Delegacias Seccionais | 2013 | Governos Federal e Estadual | |
| | 18.2 Articular a designação de defensoras/es para mulheres no Juizado | Assegurar / Acompanhar atendimento qualificado para as mulheres em situação de violência | GT Gênero/Consórcio/Defensoria Pública/OAB/Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania | 2012 | Governo Estadual e Governo Federal | |
| 19. DDMs | Articular DDM nos sete municípios | Garantir às mulheres em situação de violência atendimento especializado em seu município | Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania/OAB/SSP/Prefeituras - Espaço/ GT Gênero/Consórcio | 2017 | Prefeituras/ Governos Federal e Estadual | |
| 20. Programa Regional de Responsabilização de Pessoas autoras de violência | Criar um Programa Regional de Responsabilização de Pessoas autoras de violência | Promover uma mudança cultural nas relações de Gênero | GT Gênero/GT Direitos Humanos/Consórcio/Prefeituras/Governo Estadual/Governo Federal/Ministério Público/Poder Judiciário/OAB | 2017 | Governos Federal, Estadual e Municipal | |
| 21. Direitos humanos das mulheres em situação de cumprimento de pena privativo de liberdade | Articular mais uma unidade penitenciária feminina na região | Garantir estabelecimentos penais que assegurem a dignidade das detentas | GT Gênero/ Consórcio/ GT Direitos Humanos/OAB/Secretaria de Administração Penitenciária/Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania | 2020 | Governos Estadual e Federal | |
| 22. Direitos humanos das mulheres em situação de cumprimento de pena privativo de liberdade | Garantir direitos e políticas públicas na penitenciária feminina (saúde, educação, jurídico, assistência social) | Assegurar atendimento qualificado e cidadania para as mulheres encarceradas | GT Gênero/Consórcio/ GT Direitos Humanos/ GT Saúde/GT Educação/ GT Trabalho e Renda/Secretaria de Administração Penitenciária inclusive Ouvidoria/Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania/IES | 2013 | Prefeituras/ Governo Estadual/ Governo Federal/Centrais Sindicais/IES | |
| 23. Direitos humanos das mulheres em situação de cumprimento de pena privativo de liberdade | 23.1 Articular regionalmente a implantação / fortalecimento de programas de penas alternativas às mulheres | Viabilizar o cumprimento da pena de forma digna, conforme o protocolo municipal | GT Gênero/Consórcio/ GT Direitos Humanos/OAB/ Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania | 2020 | Governos Federal, Estadual e Municipal/ Defensoria Pública | |
| | 23.2 Criar Programa de apoio e inclusão de mulheres egressas do sistema prisional | Garantir o acesso das mulheres egressas aos programas de educação e inclusão no Mercado de Trabalho | GT Gênero/Consórcio/ GT Igualdade Racial/ GT Trabalho e Renda/ GT Saúde/GT Gênero/GT Educação/ GT Desenvolvimento/ GT Direito Humanos/ Governo Federal, Estadual e Municipal/OIT / Associações Comerciais e Industriais/Sistema "S" | 2017 | Governos Federal, Estadual e Municipal/ Sistema "S" | |

| EIXO ESTRUTURANTE ASSISTENCIA, INCLUSAO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS | | | | | | |
|---|--|---|--|--------------------|---|--|
| Grupo de Trabalho Gênero | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 24. Mulheres nos espaços de poder e decisão | 24.1 Curso Regional de Formação de mulheres para ocupar qualificadamente os Espaços de Poder e decisão, com recorte de igualdade de gênero | Estimular a ampliação da participação de mulheres nos cargos de liderança política e de decisão no âmbito dos partidos políticos, entidades representativas de movimentos sociais, sindicatos, conselhos de naturezas diversas, e em todos os tipos de associação em que mudanças nesse sentido se façam necessárias. | Governos Federal, Estadual e Municipal/GT Gênero/ Consórcio/Centrais Sindicais/ Sistema "S"/IES/Partidos Políticos/Categorias de Classe | 2020 | Centrais sindicais / IES / Partidos Políticos / Governos Federal, Estadual e Municipal / Categorias de classe / Sistema "S" | Defesa da igualdade de gênero a ser trabalhada na formação |
| | 24.2 Articular a participação de mulheres nos espaços de poder político, social. | Garantir a participação equitativa das mulheres nos espaços de poder e decisão | Governos Federal, Estadual e Municipal/GT Gênero/Consórcio/Centrais Sindicais/Sistema "S"/IES/Partidos Políticos/Categorias de Classe | 2020 | Centrais sindicais / IES / Partidos Políticos / Governos Federal, Estadual e Municipal/ Categorias de classe / Sistema S | |
| 25. Comunicação e Mídia Igualitárias, democráticas e não discriminatórias | 25.1 Criação de Observatório Permanente de monitoramento, para denúncias de abordagens discriminação/etnia, gênero e diversidade sexual na mídia nacional | Denunciar qualquer tipo de discriminação de gênero nos meios de comunicação e incentivar comportamentos e atitudes que não reproduzam conteúdos discriminatórios e que valorizem o gênero feminino em toda a sua diversidade nos veículos de comunicação | SPM (Secretaria de Políticas Para Mulheres)/ Secretaria de Direitos Humanos/Conselhos de Defesa de Direitos da Mulher/ONGS/Imprensa/IES dando ênfase às Faculdades de Comunicação, Audiovisual e de Artes Cênicas/GT Gênero/Consórcio/Ministério da Comunicação | 2017 | Governos Federal/Estadual e Municipal | |
| | 25.2 Apresentação de Proposta para inserir na Programação da TV aberta e fechada, informação sobre a desconstrução da imagem feminina de forma discriminatória, esclarecimento sobre programas e propagandas que mostram a mulher como objeto de satisfação de desejo e como um objeto à venda | Refletir sobre o papel da mídia na reprodução da violência, na transformação do gênero feminino em objeto, e ao estímulo "a venda do corpo" para conquista de objetivos | SPM -Secretaria de Políticas Para Mulheres, Secretaria de Direitos Humanos, Conselhos de Defesa de Direitos da Mulher,ONGS, Imprensa, IES dando ênfase às Faculdades de Comunicação, Audiovisual e de Artes Cênicas, GTGênero/Consórcio/ Ministério da Comunicação | 2017 | Governos Federal/Estadual e Municipal | |
| | 25.3 Realização de Campanhas Permanentes de enfrentamento a violência e toda e qualquer forma de discriminação sexual. | Enfrentar a violência contra a mulher/Informar sobre dados de violência contra mulher, Lei Maria da Penha, e locais de atendimento | SPM (Secretaria de Políticas Para Mulheres)/ Secretaria de Direitos Humanos/ Conselhos de Defesa de Direitos da Mulher/ONGS/Imprensa/IES dando ênfase às Faculdades de Comunicação, Audiovisual e de Artes Cênicas/ GT Gênero/Consórcio/Ministério da Comunicação | 2013 - 2017 | Governos Federal/Estadual e Municipal | |
| | 25.4 Realização de Programas Educativos tratando: violência doméstica, exploração sexual, tráfico de pessoas | Prevenir a violência contra o gênero feminino | SPM (Secretaria de Políticas Para Mulheres)/ Secretaria de Direitos Humanos/Conselhos de Defesa de Direitos da Mulher/ONGS/Imprensa/IES dando ênfase às Faculdades de Comunicação, Audiovisual e de Artes Cênicas/GT Gênero/Consórcio/Ministério da Comunicação | 2013 - 2017 | Governos Federal/Estadual e Municipal | |
| 26. Conselho da Mulher | Articular criação de conselhos municipais de mulher nas sete cidades | Estimular a criação de mecanismos para o controle social das políticas para as mulheres | Governos Federal, Estadual e Municipal/GT Gênero/ Consórcio/ Sociedade Civil | 2017 | Governos Federal/Estadual e Municipal | |

| EIXO ESTRUTURANTE ASSISTENCIA, INCLUSAO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS | | | | | | |
|---|--|--|--|--------------------|---------------------------------------|------------|
| Grupo de Trabalho Gênero | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 27. Plano Nacional de Políticas para Mulheres | 27.1 Articular a implantação do Plano Nacional de Políticas para Mulheres de forma regional | Viabilizar as ações do Plano Nacional regionalmente | Governos Federal, Estadual e Municipal/GT Gênero/Consórcio/Sociedade Civil | 2017 | Governos Federal/Estadual e Municipal | |
| | 27.2 Realizar Conferências Municipais e Regional como preparação para as Conferências Estadual e Federal | Discutir as políticas públicas para as mulheres | Governos Federal, Municipal e Estadual/GT Gênero/Consórcio/Sociedade Civil/Conselhos de Classe/Centrals Sindicais/Iniciativa Privada/Institutos de Financiamento | 2011 | Governos Federal/Estadual e Municipal | |
| 28. Fundo de Políticas Públicas de Gênero | Articular Fundo de Políticas Públicas de Gênero | Obter recursos para o financiamento de políticas públicas de gênero na região | Governos Federal, Estadual e Municipal/GT Gênero/Consórcio/Sociedade Civil/Conselhos de Classe/Centrals Sindicais/Iniciativa Privada/Institutos de Financiamento | 2017 | Governos Federal/Estadual e Municipal | |
| 29. Centro Regional de Saúde Especializado a pessoas travestis e transexuais | Criar Centro de Saúde específico para pessoas travestis e transexuais | Dar o atendimento especializado a esta população | Governos Federal, Estadual e Municipal/Consórcio/GT Gênero /IES/ GT Direitos Humanos | 2017 | Governos Federal/Estadual e Municipal | |
| 30. Centro Especializado para travestis, transexuais e profissionais do sexo | Criar Centro Especializado para travestis, transexuais e profissionais do sexo (mulheres e homens) | Dar o atendimento especializado a esta população, com o recorte da reinserção no mercado de trabalho | Governos Federal, Estadual e Municipal/Consórcio/GT Gênero/IES/Rede Privada/Sistema "S"/ GT Direitos Humanos | 2017 | Governos Federal/Estadual e Municipal | |
| 31. Subcomissão Lei 10.948 | Criar subcomissão para garantia da Lei 10.948 (pune homofobia) | Atender a população vítima de homofobia da região do Grande ABC | Prefeituras e Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania/Defensoria Pública/OAB/GT Gênero/Consórcio/GT Direitos Humanos | 2013 | Governos Federal/Estadual e Municipal | |
| 32. Atendimento a mulheres lésbicas, travestis e transexuais | Sensibilização e formação permanente da Rede de Saúde para o atendimento especializado à mulheres lésbicas, travestis e transexuais | Sensibilizar os profissionais da rede de saúde, especialmente com foco ginecológico, urológico, endocrinológico, psicológico e psiquiátrico | Governos Federal, Estadual e Municipal/GT Gênero/Consórcio/GT Saúde/GT Direitos Humanos | Contínuo | Governos Federal/Estadual e Municipal | |
| 33. Formação continuada para o atendimento à população de travestis e transexuais | Criar Campanha na Rede de Saúde, Assistência social e Educação para formação continuada para o atendimento à população de travestis e transexuais para o respeito do nome social | Sensibilizar a rede de saúde e educação para o atendimento, de acordo com a legislação para o respeito do nome social | Governos Federal, Estadual e Municipal/GT Gênero/Consórcio/GT Saúde/GT Educação/GT Direitos Humanos/GT Assistência Social/Conselhos de Classe/Centrals Sindicais | 2013 | Governos Federal/Estadual e Municipal | |
| 34. GT Diversidade Sexual | Articular sociedade civil e gestoras/es para trabalharem as questões LGBTTT para criar GT de Diversidade Sexual | Acompanhamento das Políticas LGBTTT na região ABCDMRR/Sensibilizar gestores e assessores municipais/Contribuir para o fortalecimento dos movimentos de mulheres e LGBTTT | Prefeituras/Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual/GT Gênero/Consórcio/GT Direitos Humanos | 2013 | Não tem | |
| 35. Curso para gestores sobre políticas públicas para LGBTTT e Gênero | Realizar curso para gestores sobre políticas públicas para LGBTTT e Gênero | Capacitar e sensibilizar gestores para as políticas voltadas à diversidade sexual | Prefeituras/Coordenação de Assuntos da Diversidade Sexual Estadual/GT Gênero/Consórcio/GT Direitos Humanos | 2013 | Governos Federal/Estadual e Municipal | |

EIXO ESTRUTURANTE ASSISTENCIA, INCLUSAO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

| Grupo de Trabalho Gênero | | | | | | |
|---|--|--|---|---|--|---------------------------------------|
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 36. Políticas Públicas para a população LGBTT | Articular com os Poderes Judiciário / Executivo a criação de Políticas Públicas para a população LGBTT | Fortalecer o segmento | Governos Federal, Estadual e Municipal/Conselhos de Classe/IES/Centrais Sindicais/Consórcio/GT Gênero | Contínuo | Governos Federal/Estadual e Municipal | |
| | 37. Observatório Regional de Gênero | 37.1 Produzir, organizar e disseminar dados, estudos e pesquisas que tratem das temáticas de gênero, raça/etnia, violência contra as mulheres, diversidade sexual, geração e direitos humanos; | Ampliar o conhecimento sobre a situação das mulheres na região do Grande ABC e das políticas públicas de gênero | GT Gênero/Consórcio/IES/Conselhos de Classe/Centrais Sindicais/Governos Federal, Estadual e Municipal | 2020 | Governos Federal/Estadual e Municipal |
| | 37.2 Coletar dados sobre o perfil das mulheres em situação de violência atendidas pela rede pública | Conhecer o perfil das mulheres em situação de violência atendidas para consolidar, melhorar e propor novas políticas de enfrentamento a violência | GT Gênero/Consórcio/Universidades/outros órgãos Públicos/Organizações não Governamentais/Rede de Saúde/Segurança Pública/Assistência Social | 2015 | Governos Federal/Estadual e Municipal | |
| 38. Estimular políticas públicas voltadas a temática do tráfico de pessoas | Estimular o estudo e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao tráfico de pessoas | Desenvolver ao menos um seminário por ano para debater a temática nas 7 cidades/ Reproduzir cartilhas/Folder informativos a respeito do tráfico de pessoas | Unidade Temática de Gênero da Rede de Mercocidades/GT Direitos Humanos/GT Criança Prioridade 1/ GT Desenvolvimento Econômico/GT Trabalho e Renda/ Escritório de Tráfico da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania/ Governo Federal | 2020 | Unidade Temática de Gênero da Rede de Mercocidades; Governos Federal, Estadual e Municipal | |

GT DIREITOS HUMANOS

| EIXO ESTRUTURANTE ASSISTÊNCIA, INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS | | | | | | |
|---|---|---|--|--------------------|---|---|
| Grupo de Trabalho Direitos Humanos | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 1. Disseminação do PNDH 3 | Realização de Seminários e Fóruns regionais e municipais | Levar ao conhecimento dos gestores públicos e sociedade civil | Consórcio/ GT Direitos Humanos/ Municípios/ Governos Federal e Estadual/ Mídia | 2011 | Governos Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada | 1º semestre 2011 |
| 2. Planejamento de ações previstas no Plano Nacional | 2.1 Delimitar os temas a serem abordados pelo GT | Estabelecer as metas para a implantação do plano (PNDH 3) na região | Consórcio/ GT Direitos Humanos/ Municípios | 2011 | não tem | |
| | 2.2 Compatibilizar as ações dos Municípios com a região | Implantar as ações nas agendas municipais | Consórcio/ GT Direitos Humanos/ Municípios | contínuo | não tem | |
| 3. Monitoramento e avaliação | Acompanhamento e avaliação das ações na região | Monitorar as metas estabelecidas. Estabelecer indicadores de avaliação | Consórcio/ GT Direitos Humanos/ Municípios/ Universidades | contínuo | Governos Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada/ Consórcio | trimestral |
| 4. Observatório Regional de D.H | Criação de Observatório Regional de Direitos Humanos | Constituir e manter um banco de dados de Direitos Humanos da região | Consórcio/ GT Direitos Humanos/ Municípios/ Universidades | 2012 | Governos Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada/ Consórcio | |
| 5. Conferências Regionais de Direitos Humanos | GTDH coordenar as Conferências Regionais de Direitos Humanos. | Discutir e identificar os anseios regionais para as conferências: Estadual e Nacional | Consórcio/ GT Direitos Humanos/ Municípios/ Universidades/ Sociedade Civil | contínuo | Governos Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada/ Consórcio | |
| 6. Promover a intersetorialidade do GTDH com outros GT's | identificar os temas comuns dos outros GT's | Garantir a transversalidade das ações | Consórcio/ GT Direitos Humanos e demais GT's | contínuo | não tem | |
| 7. Participação Social e Estrutura de gestão | 7.1 Incentivar a criação dos Conselhos Municipais | Participação social do cidadão | Consórcio/ GT Direitos Humanos/ Municípios/ Sociedade Civil | 2012 | não tem | |
| | 7.2 Incentivar a criação de departamento/ estrutura de Direitos Humanos nas prefeituras . | Desenvolver a gestão pública | Consórcio/ GT Direitos Humanos/ Municípios | 2013 | não tem | |
| 8. Gestão do PNDH | Plano regional de DH-cumprimento das metas regionais do Plano Nacional | Dar continuidade à implantação do Plano Nacional de D.H. | Consórcio/ GT Direitos Humanos/ Municípios | contínuo | Governos Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada/ Consórcio | |
| 9. Participação Social e Estrutura de gestão | Consolidar departamentos/ estrutura e Conselhos Municipais de DH | Desenvolver a gestão pública | Consórcio/ GT Direitos Humanos/ Municípios/ Sociedade Civil | 2016 | Municípios | |
| 10. Monitoramento e avaliação | Acompanhamento e avaliação das Políticas Públicas | Monitorar as metas implantadas. Trabalhar com os indicadores de avaliação estabelecidos | Consórcio/ GT Direitos Humanos/ Municípios/ Universidades | 2018-2020 | Governos Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada/ Consórcio | Produção de relatório das políticas implementadas e eventos de divulgação |
| 11. Observatório Regional de D.H. | Manutenção das informações | Produção de indicadores regionais | Consórcio/ GT Direitos Humanos/ Municípios/ Universidades | 2018-2020 | Governos Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada/ Consórcio | |

GT PESSOA COM DEFICIÊNCIA

| EIXO ESTRUTURANTE ASSISTÊNCIA, INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS | | | | | | |
|---|---|---|--|---|---|------------------------------------|
| Grupo de Trabalho Pessoa com Deficiência | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 1 Banco de Dados | Dossiê de dados sobre PcD no ABCDMRR | Criar o projeto Cidades Inclusivas (metas, controle social e indicadores)/ Implementar Legislação Atual das PcD/ Elaborar indicadores sociais | Conselhos Municipais/ Consórcio / GT PCD/Institutos de pesquisa/ Secretarias Municipais | 2012 | não tem | |
| | 2 Plano Regional de Acessibilidade | 2.1 Escrever um Plano Regional de Acessibilidade (comitês constituídos por pessoa com deficiência) | Tornar o Grande ABC Acessível | Consórcio/GT PDC/Instituições/ ONG's / Sociedade Civil organizada / Poder Público / Conselhos Municipais / Consórcio / Iniciativa privada | 2011 | Parcerias |
| 2.2 Implementar Guia de Verificação de Acessibilidade | | Diagnóstico dos serviços públicos prestados | Poder público e concessionárias | 2012 | Prefeituras / Consórcio / Parceria com iniciativa privada | |
| 3 Visibilidade da PCD (Pessoa com deficiência) | 3.1 Campanhas/ Sensibilização/Eventos | Produzir guia de serviços regionais para PCD (Pessoa com Deficiência) | Instituições/ ONGs / Sociedade Civil / Poder Público / Conselhos Municipais / Consórcio / GT PDC/Iniciativa privada | 2013 | Prefeituras / Consórcio / Parceria com iniciativa privada | |
| | 3.2 Campanhas/ Sensibilização/Eventos | Informar os direitos das PCD | Instituições/ ONG's / Sociedade Civil organizada/ Poder Público / Conselhos Municipais / Consórcio / GT PCD/Iniciativa privada | contínuo | Prefeituras / Consórcio / Parceria com iniciativa privada | |
| | 3.3 Concurso fotográfico "Assim vivemos no Grande ABC" | Sensibilização e inclusão da PCD | Instituições/ ONG's / Sociedade Civil organizada/ Poder Público / Conselhos Municipais / Consórcio / GT PCD/Iniciativa privada | contínuo | Prefeituras / Consórcio / Parceria com iniciativa privada | deverá ser realizado bi anualmente |
| | 3.4 Passeio Jeep Clube | Sensibilização e inclusão da PCD | Instituições / Sociedade Civil organizada / Poder Público / Consórcio / GT PCD/ Iniciativa privada | contínuo | Prefeituras / Consórcio / Parceria com iniciativa privada | |
| | 3.5 Bike-Nic | Sensibilização e inclusão da PcD | Instituições / Sociedade Civil organizada/ Poder Público / Consórcio / GT PCD/Iniciativa privada | contínuo | Prefeituras / Consórcio / Parceria com iniciativa privada | |
| | 3.6 Criar Campanha de sensibilização à participação de pessoas surdas | Inclusão | Instituições / Sociedade Civil organizada/ Poder Público / Consórcio / GT PCD/Iniciativa privada | contínuo | Prefeituras / Consórcio / Parceria com iniciativa privada | Iniciar a campanha nos eventos |
| 4 Formação Contínua | 4.1 Seminário Educação Inclusiva | Capacitação dos profissionais da educação, familiares e comunidade | Instituições/ ONG's / Sociedade Civil organizada/ Poder Público / Conselhos Municipais / Consórcio / GT PCD/Iniciativa privada | contínuo | Prefeituras / Consórcio / Parceria com iniciativa privada | deverá ser realizado bi anualmente |
| | 4.2 Seminário Esporte Adaptado | Capacitação dos profissionais que atuam na área esportiva pública e privada | Poder público/ iniciativa privada/Consórcio/GT PCD | contínuo | Prefeituras / Consórcio / Parceria com iniciativa privada | deverá ser realizado bi anualmente |
| | 4.3 Formação regional dos conselheiros da PcD | Capacitar os conselheiros dos municípios. | Consórcio/ GT PCD/Conselho Estadual | contínuo | não tem | |
| | 4.4 Capacitação para gestores e técnicos em acessibilidade | Capacitação dos gestores públicos | Prefeituras/ Consórcio/ GT PCD/Orgão Público | 2011 | Parcerias | |

| EIXO ESTRUTURANTE ASSISTÊNCIA, INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS | | | | | | |
|---|---|---|---|--|--|--|
| Grupo de Trabalho Pessoa com Deficiência | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfases | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 4 Formação Contínua | 4.5 Seminário descentralização de reabilitação física, visando plena inclusão | Provocar diferentes olhares sobre descentralização de serviços | Consórcio/ GT PCD/ Prefeituras/Universidades/Governos Federal e Estadual | 2012 | Consórcio/ GT PCD/ Prefeituras/Universidades/Governos Federal e Estadual | |
| | 5.1 Trazer anualmente serviço itinerante de órteses e próteses (Lucy Montoro) | garantir a distribuição de órteses e próteses | Prefeituras/ Consórcio/ GT PCD/Governo Estadual | 2011 | não tem | |
| 5. Reabilitação | 5.2 Articulação regional para Centro de Reabilitação | Aumentar a oferta de serviços oferecidos na região | Instituições de reabilitação | 2013 | Parcerias | |
| | 6.1 Qualificar Centro de Empregabilidade - Cursos profissionalizantes, Inserção de PcD no mercado de Trabalho ³ | Garantir bom atendimento e fomentar a inserção ao PCD | Centrais de Emprego/Sistema "S"/Centrais Sindicais/ Sindicatos Filiados/ OIT(organização Internacional de Trabalho)/GT Trabalho e Renda | 2014 | MP(Ministério Público)/ Prefeituras/ Conselhos Municipais/ Sistema "S"/ Sindicatos Filiados/OIT (organização Internacional de Trabalho)/GT Trabalho e Renda | |
| 6. Geração de Trabalho e Renda | 6.2 Sensibilizar os empresários para receber trabalhadores e adaptar o ambiente de trabalho | Articular a capacitação dos empresários, empregadores e funcionários não deficientes para melhor receber os deficientes no trabalho | Consórcio/GT PCD/Centrais de Emprego/Sistema "S"/Centrais Sindicais/CIESP/FIESP/Associações Comerciais/ e demais entidades de classe/Governos Estadual e Federal/Iniciativa Privada | 2014 | Consórcio/GT PCD/Centrais de Emprego/ Sistema "S"/Centrais Sindicais/ CIESP/FIESP/ Associações Comerciais/ e demais entidades de classe/ Governos Estadual e Federal/ Iniciativa Privada | |
| | 7. Feiras Regionais | Realizar feiras regionais de PcD e tecnologias | Divulgar tecnologias e ajudas técnicas na região | Prefeituras/Consórcio/GT PCD/Terceiro Setor/Universidades/Iniciativa privada/Governos Federal e Estadual | 2015 | Prefeituras/ Consórcio/ Terceiro Setor/ Universidades/ Iniciativa privada/ Governos Federal Estadual |
| 8. Articulação de ações de Saúde | 8.1 Centro Regional de Diagnóstico | Atender a grande demanda existente que migra para outras regiões | Prefeituras/Consórcio/GT PCD/Universidades/Governos Federal e Estadual | 2016 | Prefeituras/ Universidades/ Governos Federal e Estadual | |
| | 8.2 Articulação de um Centro de confecção de órteses e próteses e ajuda técnica | Atender a grande demanda existente que migra para outras regiões | Prefeituras/Consórcio/GT PCD/Universidades/Governos Federal e Estadual | 2016 | Prefeituras/Universidades/Governos Federal e Estadual | |
| 9. Transporte Público para PCD | 9.1 Implantar a carteirinha intermunicipal para que os deficientes possam pegar ônibus sem custo independente dele residir em um município específico (Ex: Mora em Santo André e faz fisio em Mauá) | Facilitar a mobilidade de PCD e acompanhantes | Prefeituras/Permissionárias/ Governo Estadual/Camaras Legislativas/ | 2014 | Não Tem | Ação que deverá ter a participação do GT Mobilidade |
| | 9.2 Gestão para o monitoramento do transporte modal adaptado | Monitorar o cumprimento da legislação | Prefeituras/Consórcio/GT PCD/GT Mobilidade/Conselhos de Direito/MP | 2014 | Não Tem | Ação que deverá ter a participação do GT Mobilidade |

GT IGUALDADE RACIAL

| EIXO ESTRUTURANTE ASSISTENCIA, INCLUSAO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS | | | | | | |
|---|--|---|---|---|---|---|
| Grupo de Trabalho Igualdade Racial | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 1. Promoção da Saúde das populações negra, cigana e indígena | 1.1 Promover seminário regional de saúde da população negra, cigana e indígena | Capacitar a equipe da rede de saúde para entendimento das peculiaridades da população negra, cigana e indígena | Secretarias Municipais Saúde e Educação / Consórcio/ GT Igualdade Racial/ Terceiro Setor/Ministério da Saúde/Secretaria Estadual da Saúde/SEPIR/FUNASA | 2011 | Secretarias Municipais Saúde e Educação/ Consórcio/ Terceiro Setor/Ministério da Saúde/Secretaria Estadual da Saúde/SEPIR | |
| | 1.2 Criar comitê técnico regional de saúde da população negra, cigana e indígena | Fortalecer e monitorar as políticas regionais de saúde das populações negra, cigana e indígena | Consórcio/GT Igualdade Racial/Prefeituras/Governo do Estado | 2012 | Consórcio/ Prefeituras/ Governo do Estado | |
| | 1.3 Criar interface com saúde e as comunidades tradicionais (terreiros e grupos indígenas) | Reconhecer e Capacitar as lideranças das comunidades tradicionais como promotores (agentes) de saúde. | Prefeituras/Consórcio/GT Igualdade Racial/Governo do Estado/Comunidades tradicionais (terreiros e grupos indígenas) | 2013 | Prefeituras/ Governo do Estado | |
| 2. Programa de Combate ao Racismo Institucional | 2.1 Produzir cartilhas sobre o estatuto da igualdade racial | Divulgar e promover informações sobre o Estatuto da Igualdade Racial | Governos Federal, Estadual e Municipal/Sociedade Civil/Iniciativa Privada/Legislativo | 2011 | Governos Federal, Estadual e Municipal/ Sociedade Civil/Iniciativa Privada | |
| | 2.2 Dar publicidade às leis contra o racismo nos espaços públicos dos municípios | Informar, orientar, educar e enfrentar o racismo na região | Governos Federal, Estadual e Municipal / Poder Legislativo / Poder Judiciário / Sociedade Civil / Iniciativa Privada/Consórcio/ GT Igualdade Racial/Centraís Sindicais | 2011 | Governos Federal/Estadual e Municipal/ Sociedade Civil/Iniciativa Privada/Centraís Sindicais | Colocar pauta no Poder Legislativo e Judiciário |
| | 2.3 Reeditar a Campanha Questão Cor | Informar, orientar, educar e enfrentar o racismo na região | Prefeituras/Consórcio/GT Igualdade Racial/SEPIR/Governos do Estado/Terceiro Setor | 2011 | Prefeituras/ Consórcio/SEPIR/ Governo do Estado | |
| | 2.4 Elaborar um mapeamento das comunidades e dos templos de religião de matrizes africanas, indígenas e ciganas nos municípios | 2.4.A) Identificar e conhecer as comunidades tradicionais africanas, indígenas e ciganas | GT Igualdade Racial/Consórcio/Lideranças religiosas / Comunidades tradicionais / Prefeituras / Governo do Estado / SEPIR / Secretaria Especial dos Direitos Humanos / Terceiro Setor / FUNAI / Fundação Cultural Palmares | 2011 | Organizações Internacionais/ Prefeituras/ Estado/SEPIR/ SDH/Fundação Palmares | Ano Internacional de Igualdade Racial - ONU |
| | | 2.4.B) Criar mecanismo de diálogo entre religiosos e órgãos públicos com objetivo de favorecer a legalização e instalação de terreiros com alvará de funcionamento. | Prefeitura/Poder Legislativo/Consórcio/ GT Igualdade Racial | 2011 | Prefeitura | |
| | 2.5 Elaborar campanhas de combate à intolerância religiosa | Informar, orientar, educar e enfrentar a intolerância religiosa na região | GT Igualdade Racial/Consórcio/Comunidades tradicionais / Fundação Palmares / SEPIR / ONGs / Prefeituras / FUNAI / Federações religiosas / Governo do Estado | 2012 | Prefeituras/ Governo do Estado/SEPIR/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Terceiro Setor/Fundação Cultural Palmares/ Organizações Internacionais | |
| | 2.6 Promover encontro regional no mês de novembro (exceto dia 20) | Fortalecer o enfrentamento do racismo na região | Prefeituras / Consórcio/GT Igualdade Racial | 2011 | Prefeituras/ Consórcio | |
| 2.7 Instalar um Fórum de enfrentamento à violência policial | Seminário de segurança pública com foco em direitos humanos | Prefeituras/Consórcio/GT Igualdade Racial/Polícia Militar/Secretaria de Segurança Pública/Secretaria de Justiça/GT Direitos Humanos/GT Criança Prioridade | 2013 | Prefeituras / Consórcio / Governo do Estado | | |

| EIXO ESTRUTURANTE ASSISTÊNCIA, INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS | | | | | | |
|---|--|--|---|--------------------|---|------------|
| Grupo de Trabalho Igualdade Racial | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 3. Programa de Educação Étnico-Racial | Seminário anual de monitoramento das leis 10.639/03 e 11.645/08 | 3.A) Implantar efetivamente as leis 11.645/08 e 10.639/03 | GT Igualdade Racial/Consórcio/Secretarias Municipais de Educação/Secretaria Estadual de Ensino/Instituições do Ensino Superior/MEC/Terceiro Setor/Escolas Públicas e Particulares / Sistemas de Ensino/Editoras | 2013 | Secretarias Municipais de Educação/ Secretaria Estadual de Ensino/ Instituições do Ensino Superior/ MEC/ Escolas Particulares/ Sistemas de Ensino | |
| | | 3.B) Monitorar a revisão do material didático destinado ao ensino básico com o olhar da promoção da igualdade racial e étnica | GT Igualdade Racial/Consórcio/Secretarias Municipais de Educação/Secretaria Estadual de Ensino/Instituições do Ensino Superior/MEC/Terceiro Setor/Escolas Públicas e Particulares / Sistemas de Ensino/Editoras | 2013 | Secretarias Municipais de Educação/ Secretaria Estadual de Ensino/ Instituições do Ensino Superior/ MEC/ Escolas Particulares/ Sistemas de Ensino | |
| | | 3.C) Introduzir no currículo das universidades história da África e cultura negra e indígena. | GT Igualdade Racial/Consórcio/Secretarias Municipais de Educação/Secretaria Estadual de Ensino/Instituições do Ensino Superior/MEC/Terceiro Setor/Escolas Públicas e Particulares / Sistemas de Ensino/Editoras | 2012 | Secretarias Municipais de Educação/ Secretaria Estadual de Ensino/ Instituições do Ensino Superior/ MEC/ Escolas Particulares/ Sistemas de Ensino | |
| | | 4.D) Capacitar professores e gestores para implementação das leis 11.645/08 e 10.639/03 e também em relação ao quesito raça/cor | GT Igualdade Racial/Consórcio/Secretarias Municipais de Educação/Secretaria Estadual de Ensino/Instituições do Ensino Superior/MEC/Terceiro Setor/Escolas Públicas e Particulares / Sistemas de Ensino/Editoras | 2011 | Secretarias Municipais de Educação/ Secretaria Estadual de Ensino/ Instituições do Ensino Superior/ MEC/ Escolas Particulares/ Sistemas de Ensino | |
| 4. Programa Regional de Formação de Profissionais de Comunicação | Curso de formação de servidores da área de comunicação das prefeituras para a Diversidade | Capacitar profissionais de comunicação das prefeituras para a Diversidade, com foco na questão étnico-racial nos materiais de comunicação | GT Igualdade Racial/ Consórcio/GT Pessoa com Deficiência/GT Gênero/ GT Direitos Humanos/ Prefeituras/SEPIR/ SEDH/SPM/Mídia/Iniciativa Privada/FUNAI/Institutos de Ensino Superior/ONGs | 2012 | Prefeituras/SEPIR/SE DH/SPM/Mídia/Iniciativa Privada/Institutos de Ensino Superior/ONGs/ Ministério da Justiça | |
| 5. Ações Afirmativas Regionais para a População Negra e Indígena | 5.1 Reuniões estratégicas de ações afirmativas nas faculdades municipais (Autarquias Municipais) | Sensibilizar as 3 IES municipais para a lei de quotas/Garantir o acesso da população à universidade/Promover ações que garantam a permanência da população negra e indígena à universidade | GT Igualdade Racial/Consórcio/Fundação Santo André/USCS/Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo/SEPIR/MEC/Prefeituras/ Fundação Palmares/ONGs | 2011 | Prefeituras / Consórcio | |
| | 5.2 Seminário de Ações Afirmativas nas Faculdades Municipais (Autarquias) | Sensibilizar as 3 IES municipais para a lei de quotas/Garantir o acesso da população à universidade/Promover ações que garantam a permanência da população negra e indígena à universidade | GT Igualdade Racial/Consórcio/Fundação Santo André / USCS / Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo / SEPIR / MEC / Prefeituras / Fundação Palmares / ONGs | 2012 | Prefeituras/ Consórcio | |

| EIXO ESTRUTURANTE ASSISTÊNCIA, INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS | | | | | | |
|---|--|--|--|--------------------|--|---|
| Grupo de Trabalho Igualdade Racial | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 6. Programa de Gestão democrática e Controle Social | 6.1 Pautar os conselhos da região quanto à questão étnico-racial | Garantir a discussão sobre políticas públicas étnico-raciais nos conselhos da região | Prefeituras/Conselhos/ Comunidades tradicionais/Consórcio/ GT Igualdade Racial/ONGs | 2012 | Prefeituras/ Consórcio/ Conselhos | Estratégia: Reunir presidentes de conselhos em um evento |
| | 6.2 Formar lideranças das comunidades tradicionais sobre controle social e políticas públicas | Incluir lideranças das comunidades negras, indígenas e ciganas nas discussões dos conselhos da região | Prefeituras/Conselhos/ Comunidades tradicionais/Consórcio/ GT Igualdade Racial/IES | 2012 | Prefeituras/ Consórcio/ Conselhos | Ligação com Evento do dia 20 de novembro - Conselhos e Órgãos de IR |
| | 6.3 Discutir a criação de Conselhos e Órgãos municipais de Igualdade Racial na região | Garantir as políticas públicas relacionadas à questão étnico-racial Fortalecer o controle social das comunidades tradicionais na região | Prefeituras/Conselhos/ Comunidades tradicionais/Poder Legislativo/Consórcio/ GT Igualdade Racial | 2012 | Prefeituras | |
| 7. Programa Cultura Viva | Criar casas regionais de cultura com olhar para as comunidades tradicionais (negra, indígena e cigana) | Valorizar e fortalecer o patrimônio cultural, histórico e imaterial das comunidades tradicionais | GT Igualdade Racial /Consórcio/Prefeituras/ Governo Federal/Fundação Palmares | 2017 | Prefeituras/ Governo Federal/ Fundação Palmares | |
| 8. Selo da Diversidade | Implementar o selo da diversidade nas indústrias e empresas da região | Enfrentar a desigualdade étnico-racial no mercado de trabalho regional Promover a inclusão social | Instituto Ethos/Iniciativa Privada/Consórcio/GT Igualdade Racial/Prefeituras/ GT Desenvolvimento Econômico/Agência de Desenvolvimento Econômico/Associações de Classe/Centrais Sindicais/ GT Trabalho e Renda/Conselhos regionais profissionais/Grupos de RH/GT Direitos Humanos/Institutos de Ensino Superior e de Pesquisa | 2017 | Instituto Ethos/Iniciativa Privada/Consórcio/ Prefeituras/ Agência de Desenvolvimento Econômico/ Associações de Classe/Centrais Sindicais/Institutos de Ensino Superior e de Pesquisa/PNUD | |
| 9. Mapa socioeconômico das comunidades tradicionais | Produzir mapa socioeconômico sobre a população negra, indígena e cigana | Dar visibilidade às desigualdade socioeconômicas com enfoque a questão étnico-racial | Consórcio/GT Igualdade Racial/Prefeituras/IES/Institutos de Pesquisa - IBGE/ONGs/Comunidades Tradicionais | 2018 | Consórcio/ Prefeituras/IES/ Institutos de Pesquisa - IBGE/ONGs/ Iniciativa Privada | Pressuposto: recorte do Censo IBGE considerando etnias cigana, negra e indígena |

GT CRIANÇA PRIORIDADE I

| EIXO ESTRUTURANTE ASSISTÊNCIA, INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS | | | | | | |
|---|--|--|---|--------------------|---|--|
| Grupo de Trabalho Criança Prioridade I | | | | | | |
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 1. Criação Observatório | Criar Observatório Regional | Para integração regional da rede e acesso às informações/ Implantar sistema infoinfra SUAS/SINASE em toda região. Criação de projeto regional de divulgação de ações e orientações no enfrentamento à violação de direitos | Prefeituras/ CMDCA/ Consórcio/ CONDECA/ CONANDA/ Conselhos tutelares/ SIPIA/ mídia | 2013 | CONANDA/CONDECA/ Iniciativa Privada | deverá ser apresentado na conferência regional |
| 2. Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos | Diagnosticar a estrutura e o funcionamento dos órgãos que compõem o SGD | Fortalecer e apresentar as necessidades para estrutura/ capacitação adequada | Consórcio/ Prefeituras/ Conselhos tutelares/ CMDCA/ Judiciário | 2013 | Governos Federal e Estadual/ iniciativa privada | |
| 3. Criação de novos órgãos | Criação das delegacias especializadas para criança e adolescentes vinculada a cada seccional | Atendimento mais humanizado, especializado e multiprofissional | Governo do Estado/ Consórcio | 2013 | Governo do Estado/ Consórcio | Atendimento tanto às crianças e adolescentes vitimizados, quanto a atos infracionais |
| 4. Integração Inter-regional | Articulação periódica com cidades (fora consórcio) para discussão do S.G.D. | Discussão de agenda em comum conforme o tema | Região Metropolitana/ Consórcio | Contínuo | não tem | |
| 5. Capacitação | Capacitação Regional p/ os profissionais do S.G.D. | Melhorar a qualidade do atendimento e unificar procedimentos | CONANDA/CONDEC/ Universidades/ Governo Federal e Estadual | Contínuo | Iniciativa Privada/ Governo federal, estadual e municipal | |
| 6. Ações Regionais de Proteção à Criança e Adolescente | Construir ações regionais com intuito de combate ao trabalho infantil | Erradicação do trabalho infantil | Ministério do Trabalho/ OIT/ Governos Federal e Estadual/ Municípios/ iniciativa privada/ ABC Integrado | Contínuo | Ministério do Trabalho/ OIT/ Governos Federal e Estadual/ Municípios/ Iniciativa Privada/ ABC Integrado | início em 2011 |
| 7. Apoio e Monitoramento para criação e implantação dos Planos Municipais | Fórum regional de acompanhamento da implementação dos planos municipais | Garantir a criação e implantação dos Planos Municipais dos sete municípios com base na política nacional (CONANDA CNAS) | CMDCA/ CMAS/ Consórcio/ Prefeituras | 2011-2013 | Governos Federal, Estadual e Municipal | |
| 8. Crianças e Adolescentes Desaparecidos | Implantar ação regional p/ o atendimento à situação de desaparecimento | Identificar os fatores que geram o desaparecimento. Apoio psicossocial, jurídico às crianças, adolescentes e famílias. Participar da rede SAP. | Polícia Civil/ OAB/ Defensoria Pública/ Universidades/ Conselho Tutelar/ Governo Federal/ Governo Municipal | Contínuo | Governos Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada | |

EIXO ESTRUTURANTE ASSISTÊNCIA, INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Grupo de Trabalho Criança Prioridade I

| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
|--|---|--|--|--------------------|--|---|
| 9. Ações Estratégicas contra o uso abusivo de substâncias psicoativas | Buscar interfaces com outros GT's | Ações conjuntas para enfrentamento do uso abusivo de substâncias psicoativas | Consórcio/ Polícia Civil e militar/ OAB/ Defensoria pública/ Universidades/ Conselho tutelar/ Governo Federal/ Governo Estadual/ Governo Municipal | Contínuo | SUS | |
| 10. PPCAAM | Firmar convênio entre o Consórcio e o Governo Federal | Garantir a proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte | Consórcio/ Governo Federal/ Entidades Sociais | 2011 | Consórcio/ Governo Federal | |
| 11. Atendimento ao adolescente em conflito com a Lei | Desenvolver um programa regional para as medidas de internação e semiliberdade | Qualificar e unificar o atendimento ao adolescente em cumprimento de medida | Fundação Casa/ Estado/ Prefeituras/ Entidades Conveniadas/ Poder Judiciário/ Defensoria Pública/ MP | 2013 | Fundação Casa/ Governo Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada | |
| 12. Programa de Sensibilização | Campanha regional de divulgação dos Incentivos fiscais existentes para os fundos municipais | Captação de recursos para os fundos municipais de crianças e adolescentes | Consórcio/ Iniciativa Privada/ mídia | Contínuo | Consórcio/ Iniciativa Privada | |
| 13. Fortalecimento da convivência familiar comunitária | Criação do Plano Regional de convivência familiar e comunitária | Articulação e mobilização dos sistemas de garantia de direito e das redes municipais | Judiciário/ Conselhos Tutelares/ CRAS e CREAS/ terceiro setor/ MP/ | 2014 | CONANDA/ CONDEC/ MDS/ | Discutir a criação de casa de passagem regional |
| 14. Protagonismo Infância Juvenil | 14.1 Incentivar a criação do Fórum Infância Juvenil | Efetivação do Protagonismo Infância Juvenil | Prefeituras/ Sociedade Civil | Contínuo | CMDCA/ CONDECA/ CONANDA/ Iniciativa Privada/ ONG's | |
| | 14.2 Fomento a Construção de repúblicas com apoio adequado aos adolescentes desabrigados pós 18 anos | garantir o direito pós acolhimento | MDS/ Secretarias de Habitação/ | 2014 | Governos Federal, Estadual e Municipal/ Iniciativa Privada | |
| 15. Orçamento Criança | Promover discussão envolvendo os gestores municipais e legislativo sobre a destinação privilegiada de recursos estabelecidos no ECA | Viabilizar a política integrada para crianças e adolescentes | Poderes executivos e legislativos municipal e estadual | Contínuo | não tem | |

Eixo de Atuação Segurança Pública

Finalidade

- desenvolver atividades regionais de Segurança Pública capazes de integrar as ações policiais nos níveis municipal, estadual e federal com ações de caráter social e comunitário, tendo por meta reduzir drasticamente os níveis de violência e criminalidade;
- integrar ações de Segurança Pública regional à rede de serviços de assistência e inclusão social, requalificação profissional dos servidores públicos, campanhas e ações de prevenção, mediação de conflitos e promoção da cultura de paz;
- dar atenção específica à segurança dos equipamentos públicos destinados a atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer, garantindo o direito à sua utilização.

Grupo de Trabalho que compõe o eixo

✓ Segurança Pública



GT SEGURANÇA PÚBLICA

| EIXO ESTRUTURANTE SEGURANÇA PÚBLICA - Grupo de Trabalho Segurança Pública Regional | | | | | | |
|---|---|---|--|--------------------|---|------------|
| Nome do Programa/Projeto | Ação Estratégica | Objetivos/Metas | Agentes/ Parceiros Interfaces | Prazo de Conclusão | Origem do Recurso | Observação |
| 1 - Programa Formação Integrada em Segurança Pública | 1.1 Criação do Centro de Formação Integração | Padronizar e uniformizar as ações operacionais e uma filosofia comum de formação para ingresso, acesso e requalificação constante das 6 guardas civis municipais. | Prefeituras do Consórcio e Ministério da Justiça | 2011 a 2013 | Pronasci e parceiros | |
| | 1.2 Elaboração Projeto para Captação de recursos | Fortalecimento da integração regional | Prefeituras do Consórcio e Governo Federal | 2011 a 2013 | Governo federal com contrapartida das Prefeituras | |
| | 1.3 Projeto de formação em Segurança Urbana | Integração regional das guardas municipais, agentes de trânsito e Defesa Civil | Prefeituras | 2011 a 2013 | Prefeituras | |
| 2 - Programa de Gestão de Informação e Comunicação | 2.1 Projeto de Comunicação integrada | Integrar a comunicação das guardas em uma única frequência. | Prefeituras e Governo Federal | dez/11 | Governo Federal - Pronasci | |
| | 2.2 Projeto de Gestão integrada de informação | Unificação dos registros de ocorrência e de banco de dados | Prefeituras | Contínuo | Prefeituras | |
| | 2.3 Instalação de Observatório Regional de segurança pública | Planejar e subsidiar as ações integradas das secretarias e das guardas | INFOCrim/INFOSEG/Governo Estadual/Governo Federal/DATASUS/Ministério da Saúde,etc. | Contínuo | Prefeituras e Governo Federal | |
| | 2.4 Projeto de Vídeo Monitoramento | Monitorar as fronteiras dos municípios da região, fortalecendo a prevenção | Prefeituras e Governo Federal | Contínuo | Prefeituras e Governo Federal | |
| | 2.5 Fortalecimento das unidades ambientais das guardas Civis Municipais | Preservação e fiscalização permanente das áreas ambientais e de mananciais | Prefeituras e Governos do Estado e Federal | Contínuo | Prefeituras e Governos do Estado e Federal | |
| 3 - Programa de Integração com as Polícias | 3.1 Projeto "Todos Municípios no PRONASCI" | Estabelecer termo de cooperação entre o Ministério da Justiça e todos os municípios da região | Governo Federal | Contínuo | Governo Federal | |
| | 3.2 Instalação do Gabinete de Gestão Integrada Regional (GGIR) | Fortalecer a integração regional | Prefeituras, Governos estadual e Federal | Contínuo | Governo federal | |
| | 3.3 Projeto de estruturação de gestão orçamentária | Assegurar uma rubrica orçamentária específica dos gastos dos municípios com as polícias estaduais | Prefeituras | Contínuo | Prefeituras | |
| | 3.4 Gestão junto ao Estado para suprir o déficit dos efetivos das polícias | Cobrir o déficit humano e material do efetivo das polícias civil e militar da região | Consórcio e Governo do Estado | Contínuo | Governo Estadual | |
| | 3.5 Projeto de regulamentação das Guardas Civis Municipais | Instituir as guardas civis municipais como polícias municipais preventivas e comunitárias | Prefeituras, Governo Federal e Congresso Nacional | Contínuo | Não tem | |
| 4 - Programa de Prevenção Integrada | 4.1 Projeto articulação com GTs | Articulação com os demais GT's do Consórcio | Consórcio e GT's | Contínuo | Não tem | |
| | 4.2 Projeto de atuação integrada | Integrar as dinâmicas regionais e os fatores de risco à violência (drogas, armas, etc) | Prefeituras, Secretarias Sociais, Consórcio e GT's | Contínuo | Prefeituras | |
| | 4.3 Projeto de Campanhas Integradas | Campanha de promoção de políticas de prevenção (anti-drogas, desarmamento, entre outros) | Prefeituras, Secretarias Sociais, Consórcio e GT's | Contínuo | Prefeituras | |
| | 4.4 Projeto + sociedade civil | Conselho de segurança municipal com a mesma composição do CONASP | Poder público e sociedade civil | Contínuo | Não tem | |
| | 4.5 Projeto Consolidação RPS (Rede de Proteção Social) | Articulação com os demais GT's do Consórcio | Consórcio | Contínuo | Não tem | |
| | 4.6 Criação de legislação integrada relacionada ao enfrentamento da violência | Integrar as ações regionais | Consórcio e Câmaras Municipais | Contínuo | Não tem | |



